



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 151

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 08 de setembro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados, a Sra. Presidente deu início à reunião com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados os seguintes votos:

- **Voto de Congratulação referente à participação do atleta Paulo Henrique nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pelo Deputado Cláudio Almeida, usou, seguidamente, da palavra o Deputado Ricardo Cabral (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação referente às bodas de prata do Grupo Folclórico dos Rosais**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a leitura do voto pela Deputada Ana Espínola, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de saudação ao povo do Faial que perdeu o medo perante a prepotência e o poder socialista**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

A leitura do voto esteve a cargo do Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), tendo participado no debate os Deputados Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Jorge Costa Pereira (*PSD*).

De seguida, usaram da palavra a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), para um protesto e um contraprotesto, respetivamente.

Colocado à votação, o voto referenciado foi rejeitado.

- **Voto de Protesto Ao Governo Regional por não cumprir com a Resolução da ALRAA n.º 14/2012 “Tempo de serviço prestado em creches e ateliers de tempos livres (ATL) para efeitos de cálculo de graduação profissional em processo de concurso de pessoal docente**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Apresentado o voto pela Deputada Zuraída Soares, intervieram, seguidamente, no debate a Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), o Deputado Joaquim Machado (*PSD*), bem como a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

O voto em apreço, após votação, foi rejeitado.

Ainda no Período de Tratamento de Assuntos Políticos, a Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*) proferiu uma declaração política, tendo usado da palavra os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Marinho (*PSD*) e José San-Bento (*PS*), bem como a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Já no âmbito da Agenda da reunião, foram debatidos os seguintes pontos:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 75/X – “Aprova o Regime jurídico da Responsabilidade Técnica pela direção e orientação das**

atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física (Fitness), designadamente os ginásios, academias ou clubes de saúde (Health Clubs), estabelecidas na Região Autónoma dos Açores”.

Apresentado o diploma pelo Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*), intervieram, seguidamente, no debate os Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Votada a proposta de DLR, a mesma foi aprovada.

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/X – “Condiciona o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a leitura do projeto de DLR pela Deputada Zuraida Soares, participaram no debate a Deputada Judite Parreira (*PSD*), os Deputados Nuno Meneses (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e António Parreira (*PS*), a Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), assim como o Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Colocado à votação, o diploma supramencionado foi rejeitado.

Finalizando a discussão deste ponto, a Deputada Zuraida Soares (*BE*) proferiu uma declaração de voto.

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 73/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus**

reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Justificado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Deputado Paulo Estêvão (PPM), usou da palavra a Deputada Graça Silveira (CDS-PP).

O pedido em questão foi colocado à votação, tendo sido rejeitado.

Concluindo este ponto, proferiram declarações de voto os Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Berto Messias (PS) e ainda a Deputada Graça Silveira (CDS-PP).

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 76/X – “Cria a derrama regional a vigorar na Região Autónoma dos Açores e aprova o respetivo regime jurídico”**.

Lida a proposta de DLR pelo Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), intervieram no debate o Deputado Aníbal Pires (PCP), a Deputada Graça Silveira (CDS-PP), os Deputados Jorge Macedo (PSD), Francisco César (PS), a Deputada Zuraida Soares (BE) e o Deputado Paulo Estêvão (PPM).

Eram 19 horas e 36 minutos.

Presidente: [*Corte na gravação*]

Eram 10 horas e 13 minutos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Letícia Maria Dias Lourenço **Vieira**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 47 Sras. e Srs. Deputadas/os. Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP.

Vamos começar pelos votos, como é habitual.

O primeiro é um voto de congratulação referente à participação do atleta açoriano Paulo Henrique nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida, pelo PSD.

Deputado Cláudio Almeida (PSD):

Voto de congratulação

Participação do atleta açoriano Paulo Henrique nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016

Paulo Henrique Rodrigo Cabral, conhecido como Paulo Henrique, nascido a 23 de Outubro de 1996, natural da freguesia dos Fenais da Luz, concelho de Ponta Delgada, é o segundo açoriano a participar nos Jogos Olímpicos, depois do judoca Fernando Costa Matos, em Tóquio 1964.

Iniciou-se como atleta federado com 13 anos, no Marítimo Sport Clube, mais conhecido como Marítimo da Calheta. No ano seguinte, transferiu-se para o Santa Clara, onde fez a sua formação até ingressar na equipa sénior ainda como Júnior. Na época 2015/2016 transferiu-se para o Futebol Clube Paços de Ferreira, clube que milita na primeira divisão nacional, onde permanece atualmente.

Joga na posição de defesa esquerdo quer no Futebol Clube de Paços de Ferreira, quer na Seleção Nacional.

Para além da sua participação na Seleção Olímpica, Paulo Henrique foi internacional português no prestigante torneio de Toulon, sendo eleito para o melhor 11 do torneio, na Seleção Nacional de Sub.19, e mais recentemente foi

chamado pelo técnico Rui Jorge à Seleção de Esperanças (Sub.21) para disputar a fase de apuramento para o Europeu de Sub.21 no próximo ano.

Um jovem humilde, trabalhador e persistente, pois só assim é possível alcançar o sucesso desportivo. Um exemplo de dedicação e empenho para muitos jovens que ambicionam atingir o Alto Rendimento.

O sucesso desportivo de um atleta é também fruto do trabalho e empenho dos treinadores e equipas técnicas.

É um sentimento de orgulho não só para aqueles que o viram crescer como atleta como para todos os açorianos, pelo feito da sua participação nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

De acordo com as disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de congratulação ao atleta açoriano Paulo Henrique pela sua participação nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Federação Portuguesa de Futebol, à equipa técnica da Seleção Portuguesa de Futebol Sub.21, ao Clube Desportivo Paços de Ferreira, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia dos Fenais da Luz, ao atleta e aos pais do atleta Paulo Henrique.

Horta, sala das sessões, 08 de Setembro de 2016

Os Deputados: *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Cláudio Almeida e Luís Garcia.*

Deputados António Marinho e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo, Sr. Membro do Governo:

É um orgulho para os Açores e é um orgulho para o Clube Desportivo Santa Clara ter um atleta olímpico.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: O Paulo Henrique foi um jogador que, bem cedo, foi para o Clube Desportivo Santa Clara e, logo nas primeiras horas dos primeiros treinos, percebeu-se que ele era um atleta de eleição.

Fez toda a sua formação no Clube Desportivo Santa Clara, que é das escolas de futebol mais importantes do país, e fez o seu trajeto e rapidamente toda a gente percebeu a qualidade e a classe do jogador.

Ainda júnior, foi com maturidade jogar na equipa sénior, fez um brilhante trabalho e, depois, foi para uma equipa da primeira divisão.

A razão por que a escola do Clube Desportivo Santa Clara, quem passa por lá percebe da qualidade e é um trampolim para o futebol nacional e internacional,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é bem assim!

O Orador: ... como outros, como o Pauleta também passou pelo clube.

A participação nos Jogos Olímpicos foi um orgulho e cada vez mais quem passa pelo Clube Desportivo Santa Clara percebe que é um clube campeão e formador de jogadores para todo o país e até internacionalmente.

Para nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é um orgulho ter um atleta nos Jogos Olímpicos, vamos esperar que nos próximos Jogos Olímpicos tenhamos mais atletas açorianos e é para isso que o Governo Regional dos Açores e a Secretaria e Direção Regional trabalham arduamente, todos os dias,...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... para formar atletas para dignificar e honrar a RAA.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo CDS e refere-se às bodas de prata do Grupo Folclórico dos Rosais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Bodas de Prata do Grupo Folclórico de Rosais

O grupo folclórico de Rosais celebrou as suas Bodas de Prata no passado dia 4 de agosto.

Este grupo tem como principal objetivo a divulgação dos usos e costumes da freguesia de Rosais, bem como a preservação das suas tradições de Folclore.

As atividades culturais desta índole garantem a divulgação de saberes e costumes da nossa terra, preservam o passado e garantem a perpetuação no tempo das nossas raízes identitárias.

São ainda um valioso veículo de promoção turística das nossas localidades, das nossas ilhas e dos Açores.

E são os membros deste grupo que, prescindindo do seu tempo pessoal e familiar, garantem que os usos e costumes do nosso passado sejam transmitidos às gerações vindouras e àqueles que nos visitam.

O grupo folclórico de Rosais realizou uma recolha de trajes que foram um pouco mais além no tempo e que depois foram adaptados para o usos dos elementos que constituem o grupo, nas suas atuações.

A base fundamental dos trajes é o linho, a baieta, o cotim, a chita, o fio em pua e a lã.

No calçado são utilizados os caturnos, as albarcas, os sapatos, as botas e as galochas de madeira.

Para cobrirem a cabeça os homens usam: chapéu de feltro, boné de cotim, chapéu de palha, chapéu de baieta e carapuça de lã. As mulheres usam lenço de merine, chapéu de palha e mantilha em tule de algodão.

De todos os trajes são de salientar os de “Mordoma do Espírito Santo”, o do “Cavaleiro do Espírito Santo” e o “Traje Domingueiro”.

Os instrumentos utilizados por este grupo são a viola da terra, o violão, o bandolim e o violino, que acompanham as modas comuns a todas as ilhas do arquipélago diferenciando-se pela sua melodia, ritmo, quadras e passagens no bailar.

O Grupo Folclórico de Rosais apresenta no seu repertório as seguintes modas: Ladrão, Samacaio, Tirana, São Gonçalo, Sapateia, Chamarrita do Meio, Saudade, Fado, Líria, Bela Aurora, Chamarrita de Torreão, Praia, Casacas, Pezinho e Solteiras.

Durante os 25 anos de existência, o Grupo Folclórico de Rosais atuou em quase todas as ilhas dos Açores, no Continente Português e na Madeira, tendo também participado em diversos festivais.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta um voto de congratulação ao Grupo Folclórico de Rosais pelo trabalho desenvolvido no último quarto de século em prol da nossa cultura, ao preservar as nossas tradições culturais, pela disponibilidade das pessoas que se entregaram de alma e coração a esta

instituição e pelo entusiasmo e empenho para manter vivas as memórias do nosso passado.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Grupo Folclórico de Rosais, à Junta de Freguesia de Rosais e Câmara e Assembleia Municipal das Velas.

Os Deputados: *Ana Espínola, Artur Lima, Graça Silveira.*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é conjunto, é um voto de saudação subscrito pelo PPM e pelo CDS, é um voto de saudação ao povo de Faial.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM):

Voto de saudação

Ao povo do Faial que perdeu o medo perante a prepotência e o poder

Socialista

O dia 7 de Setembro constitui um marco histórico na democracia nos Açores.

O povo do Faial libertou-se da prepotência e da mentira reiterada do Partido Socialista, impondo-se na rua, manifestando a sua vontade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O mérito não pertence a nenhum partido.

Deputado André Bradford (PS): Muito menos do PPM!

O Orador: O mérito é das pessoas que se manifestaram livremente em defesa dos legítimos interesses da sua terra.

Este singular gesto é um indício claro do princípio do fim das maiorias absolutas do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais os deputados abaixo assinados apresentam um voto de saudação ao povo do Faial que se manifestou de forma livre e sem medo.

Horta, 8 de Setembro de 2016

Os Deputados: *Paulo Estêvão e Artur Lima.*

Deputado André Bradford (PS): Isso foi escrito agora!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É uma luta, mas não vale tudo. É como aquelas ondas de surf que são grandes mas depois morrem na areia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(Apartes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Berto Messias (PS): Eu posso sentar-me outra vez! Não tem problema nenhum!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Berto Messias possa fazer a sua intervenção.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estando nós no último Plenário desta legislatura e estando nós agora a apreciar este voto de saudação apresentado aqui pela coligação dos 3%, uma espécie de Associação de Socorros Mútuos, registo que o Sr. Deputado Monárquico

cumpra sempre o seu papel. Mais uma vez cumpra o seu papel, que é o papel de nos fazer rir.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não seja deselegante!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não há deputados do Faial aí?

Deputado José Ávila (PS): Deselegante foi aí!

O Orador: Portanto, registo a sua coerência e a sua capacidade para nos fazer rir.

Registo também com alguma perplexidade o facto desta coligação dos 3%, o CDS e o PPM, que fazem parte da direita reacionária do nosso espectro político-partidário, virem saudar uma manifestação. Não deixa de ser curioso que o CDS-PP e o PPM venham aqui saudar uma manifestação, mas também registo com agrado, em nome do Partido Socialista, o facto do CDS e do PPM, neste voto, irem à tribuna deste Parlamento reconhecer a vitória do Partido Socialista nas próximas eleições regionais, do próximo dia 16 de outubro, quando dizem, “Este singular gesto é o indício claro do fim da maioria absoluta do Partido Socialista”. Portanto, que vão àquela tribuna reconhecer a vitória do Partido Socialista,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... no próximo dia 16 de outubro e nas próximas eleições regionais. E também é com alguma perplexidade que vejo a postura do CDS-PP nesta matéria, convencendo o PPM a fazer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor aí fala do que não sabe!

O Orador: ... este voto para desviar as atenções daquelas que são as suas responsabilidades inequívocas quando estava...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... no Governo da República e não colocou no caderno de encargos, aquando da privatização da ANA, que a pista do Aeroporto da Horta fosse ampliada no âmbito desse processo de privatização.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, um grupo de faialenses manifestou-se, legitimamente, entendeu que tinha razões e motivos para se manifestar, veio à porta do Parlamento manifestar-se, reuniu com todos os partidos políticos, entregou a todos um caderno reivindicativo, que nós, naturalmente, analisaremos com muita atenção. Aliás, não é a primeira vez que há uma manifestação à porta do Parlamento dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas é a primeira vez que são assobiados desta maneira!

O Orador: Felizmente e ainda bem.

Sra. Presidente, o Partido Socialista está como sempre esteve, ao lado dos faialenses, ao lado dos açorianos, mas o Partido Socialista, enquanto partido político, não se apropria por conveniência pré-eleitoral...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... de movimentos cívicos, de movimentos de cidadania legítimos, que todos devemos respeitar.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor é que desrespeita!

Deputado Luís Garcia (PSD): Que arrogância!

O Orador: E este voto desrespeita todos os manifestantes e desrespeita os faialenses que acreditam legitimamente que é possível melhorar as condições do Aeroporto da Horta.

Deputado Luís Garcia (PSD): Arrogância!

O Orador: Portanto, lamento profundamente que esta coligação dos 3% do CDS e do PPM tenha, com este voto, sobretudo,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Arrogância! A sua intervenção é a prova de que os senhores precisam de ir para a oposição!

O Orador: ... desrespeitado profundamente quem, ontem, se manifestou e desrespeitado profundamente os faialenses.

Disse.

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa arrogância!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De uma forma muito breve.

A desonestidade intelectual e política do Sr. Deputado Berto Messias ficou, hoje, bem patente aqui na sua declaração.

Sr. Deputado Berto Messias,...

Deputado Berto Messias (PS): Diga!

O Orador: ... podemos ser a coligação dos 3% (já agora, é 3,9%), mas somos uma coligação que concorreu seriamente às eleições; somos uma coligação que não compra votos; somos uma coligação que não põe gente nas instituições; somos uma coligação que não anda na compra do voto aí todos os dias.

Deputado Francisco César (PS): Quem compra votos é ali!

Deputado António Marinho (PSD): Está a falar para aqui! Vou-te falar de uma que se passou aqui!

O Orador: E é isso, Sr. Deputado Berto Messias, que o senhor não pode dizer do seu partido.

Deputado José San-Bento (PS): Só o senhor é sério!

O Orador: É isso que o senhor não pode dizer!

E mais, Sr. Deputado Berto Messias, quanto à sua... E mais! Não oferecemos empregos nem andamos a oferecer empregos em troca de votos nem andamos a fazer política para apoiar votos, Sra. Presidente. E mais.

Deputado Berto Messias (PS): Isto tem a ver o voto?

O Orador: Quando o senhor diz que eu influenciei o Deputado Paulo Estêvão, Sr. Deputado, o senhor devia ter um bocadinho mais de respeito é exatamente quando os outros o influenciam a si. Portanto, eu sei que o incomoda,...

Deputado Berto Messias (PS): Não incomoda nada!

O Orador: ... mas há declarações do ex-Presidente do Governo e deste Governo, se o Governo da República não o fizer, será o Governo Regional a fazer e a ampliar o Aeroporto da Horta. É mentira! Os senhores mentiram aos faialenses e mentem todos os dias. E mais. Tem uma casa cheia, tem, e a gente sabe como. É que se os funcionários das Câmaras não forem,...

Deputado Berto Messias (PS): E o caderno de encargos?

O Orador: ... são marcados; se os funcionários das Secretarias não forem, são marcados;...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente, mas que é isto?

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... se os funcionários das repartições públicas não forem, estão marcados;...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, isto tem a ver com o voto?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... se os funcionários das empresas públicas não forem, são marcados. Portanto, são coagidos a irem às manifestações do Partido Socialista e aos comícios do Partido Socialista.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Coagidos a ir aos comícios!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Menos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É mais! São coagidos!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): São coagidos a ir aos comícios e a não ir às manifestações! Ameaçados!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A mim não me ameçam!

Presidente: Srs. Deputados!

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(Apartes de alguns Deputados da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Ainda agora começamos os nossos trabalhos, não os vamos interromper já!

Eu agradeço que criem condições para que o Sr. Deputado Aníbal Pires possa fazer a sua intervenção.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aqui, antes de mais, um esclarecimento relativamente à questão das obrigações do concessionário.

O concessionário ficou obrigado, através do contrato de concessão e do acordo técnico, a garantir as condições de operacionalidade e segurança...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Espero que acabes bem!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Mas ficou ou não ficou?

O Orador: ... das infraestruturas aeroportuárias que lhes estão concessionadas. Isto para dizer que daqui decorre a obrigação do concessionário dos aeroportos, designadamente do Aeroporto da Horta,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Então, ficou ou não ficou garantido?

O Orador: ... de garantir essas condições de segurança e de operacionalidade. E isso implica a construção das zonas de segurança nas cabeceiras da pista do aeroporto do Faial, uma vez que este aeroporto...

Deputado Luís Garcia (PSD): É garantido ou não é garantido?

O Orador: ... deve, eventualmente, ser dos únicos aeroportos internacionais do Espaço Aéreo Europeu que não tem essas zonas de segurança nas cabeceiras da pista, conhecidas abreviadamente por RESA.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor já aprendeu alguma coisa!

O Orador: Portanto, quer o anterior Governo da República, quer este Governo da República,...

Deputado Luís Garcia (PSD): O seu Governo da República!

O Orador: ... quer o regulador da atividade, a ANAC, devem obrigar o concessionário a garantir estas condições de operacionalidade. E a luta tem de ser por aí.

Relativamente ao voto que aqui é apresentado, é evidente que o PCP não pode deixar de apoiar as manifestações livres de cidadãos em defesa de melhores condições para a sua ilha, para a sua terra, para o seu setor de atividade e com certeza que, independentemente dos considerandos, e não vou tecer nenhuma consideração sobre os considerandos, a parte resolutiva saúda o povo do Faial, que se manifestou de forma livre e sem medo. Com certeza que o PCP também saúda o povo do Faial pela iniciativa cidadã à volta do...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor quer é corrigir o tiro no pé que o senhor deu ontem!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, quer que eu lhe diga alguma coisa? Quer que eu lhe diga alguma coisa?

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: É que se quer que eu lhe diga alguma coisa,...

Presidente: Srs. Deputados! Por favor, não entrem em diálogo!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor quer é corrigir o tiro no pé que o senhor deu ontem!

O Orador: ... os grandes responsáveis por esta situação estão sentados nessa bancada. Percebeu, Sr. Deputado? E é isso que o povo do Faial também precisa perceber: é que os grandes responsáveis são V. Ex.^{as}.

Deputado Luís Garcia (PSD): É o tiro! Bastava falar com o Sr. José Decq Mota, ontem, para ver o grande incómodo!

O Orador: Mas é evidente que o PCP...

Oh, Sr. Deputado, não me obrigue...

Presidente: Srs. Deputados! Por favor, não entrem em diálogo!

O Orador: ... a dizer alguma coisa que V. Ex.^a, eventualmente, não goste.

Deputado Luís Garcia (PSD): Um tiro no pé!

Deputado António Marinho (PSD): E foi de morteiro!

O Orador: Vamos ficar por aqui! Sr. Deputado, vamos ficar por aqui! Vamos ficar por aqui!

Presidente: Srs. Deputados, os vossos apartes...

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eventualmente, isto pode ser o último Plenário onde V. Ex.^a se senta, aqui nesta bancada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Pode, pode! Pode ser de qualquer um aqui dentro!

O Orador: Portanto, o melhor é estar caladinho, porque só tem a ganhar com isso.

Vamos ficar por aqui, Sr. Deputado!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: É bem melhor!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor está incomodado, mas já não pode corrigir o que disse ontem!

O Orador: Incomodado está V. Ex.^a!

Presidente: Srs. Deputados, vamos já deixar aqui uma coisa...

O Orador: Aliás, porque [*impercetível*]...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, quem está a falar agora sou eu!

O Orador: Oh, Sra. Presidente!

Presidente: Vamos já deixar aqui uma coisa esclarecida: cada bancada tem direito a intervir uma única vez; não é para dialogar entre bancadas. Portanto, nem os apartes podem interferir desta forma na intervenção, nem o Sr. Deputado se pode dirigir diretamente respondendo aos apartes, porque desta forma nós não nos conseguimos entender.

Portanto, agradeço que permitam que o Sr. Deputado Aníbal Pires possa concluir a sua intervenção. Dispõe de apenas um minuto para o fazer.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, assim farei.

Como estava a dizer, é evidente que o PCP saúda a manifestação que, ontem, foi realizada, assim como saúda outras manifestações. Aliás, o PCP, ontem, pediu um intervalo regimental exatamente para que os deputados desta Casa pudessem receber os manifestantes. Portanto, isso está fora de questão.

Mas há uma outra que é fundamental e que é a profunda ignorância sobre estes assuntos que algumas bancadas demonstram sobre a matéria que está em apreço.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tem havido incontáveis manifestações no nosso país, ao longo dos tempos, seja no continente, seja na Região Autónoma da Madeira, seja mesmo na Região Autónoma dos Açores, e, ontem, aquilo a que nós assistimos foi a mais uma, em que um conjunto alargado de faialenses se manifestou à porta do nosso Parlamento na reivindicação de melhores condições para a sua ilha ao nível concreto dos transportes, com a legitimidade que lhe é reconhecida num Estado de direito democrático.

Portanto, a normalidade do comportamento dos cidadãos e das cidadãs num Estado de direito democrático foi aquilo que aconteceu, ontem, à porta deste Parlamento, como acontece à porta da Assembleia da República ou à porta do Parlamento da Região Autónoma da Madeira. Não houve nenhuma anormalidade.

O Bloco de Esquerda teve a ocasião, ontem, *in loco*, a cores e ao vivo, de saudar os manifestantes, mais, de manifestar a sua concordância com as reivindicações que foram apresentadas, não precisa, não tem necessidade de marcar nenhuma posição aqui dentro desta Casa, porque a marcou, ontem, lá fora.

Portanto, o Bloco de Esquerda votará contra este voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim! O apêndice!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso chama-se cobardia! Levante-se e diga o que tem para dizer para eu poder responder!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tenho tempo!

Deputada Zuraída Soares (BE): Então cale-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os apartes são regimentais!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor!

Sr. Deputado Costa Pereira, penso que agora estão reunidas as condições.

(Pausa)

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se naturalmente e com muita satisfação a este voto, que assinala um momento histórico na cidadania da ilha do Faial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Fazemo-lo, hoje, com a mesma legitimidade e com a mesma coerência com que, ontem, entendemos que era importante o Parlamento dos Açores pronunciar-se sobre o motivo que levou um tão grande número de pessoas a manifestar-se sobre o serviço que a SATA Internacional tem vindo a realizar na linha Horta-Lisboa-Horta.

Ontem, quatro partidos desta Casa, de cabeça erguida e com coerência, puderam estar na manifestação realizada.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E nós tivemos o Sr. Presidente do Partido!

O Orador: Defenderam aqui, com o seu voto, que isso é que marca a diferença, algumas das questões que os manifestantes apresentaram aos representantes do povo dos Açores.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Onde estava o Presidente do PSD na manifestação? Eu não o vi, mas o do PS estava lá!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, esta coerência não tem preço.

Em 2004, o Partido Socialista, pela voz de Carlos César, prometeu, na ilha do Faial, o seguinte, e cito:...

Deputado Berto Messias (PS): Não é isso que está no voto!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isto não é um voto de saudação?!

O Orador: ... “Se o Governo da República e a ANA...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é isso que está no voto, Sra. Presidente!

O Orador: ... não cumprirem...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Apartes das bancadas)

O Orador: Posso, Sra. Presidente?

Em 2004, o Partido Socialista, pela voz de Carlos César, prometeu nos Flamengos, aos faialenses, o seguinte, e cito: “Se o Governo da República e a ANA não realizarem a ampliação da pista do Aeroporto da Horta, nós vamos fazê-lo”.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Disse quando?

O Orador: Em 2004.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não disse quando é que ia fazer!

(Risos da Câmara)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh, Sra. Deputada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto não correu bem! Acontece! Acontece a todos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Finalmente, caiu a máscara ao Partido Socialista!

Deputado Luís Garcia (PSD): Caiu a máscara!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor é que caiu! Ontem, deixaram-no falar, mas, hoje, já não pode falar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh, Sra. Deputada, não se aborreça!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não me obriguem a ter que interromper os trabalhos! Penso que há condições para podermos continuar o debate deste voto sem estas constantes interrupções.

Sr. Deputado Costa Pereira.

O Orador: Sra. Presidente, eu tenho que dizer que os eleitores do Faial ficaram muito confortados com este aparte da Sra. Deputada Catarina, porque Carlos César prometeu, mas não disse quando é que ia fazer. Portanto, vamos estar continuamente à espera.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Querer criminosamente fazer esquecer esta promessa...

Deputado Francisco César (PS): Atenção!

O Orador: ... com a justificação...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Triste é os senhores só terem isso para falar nas eleições!

O Orador: ... de uma omissão grave do anterior Governo da República...

Deputado Berto Messias (PS): Mas onde é que o senhor estava quando se anunciou a privatização da ANA?

O Orador: ... é absolutamente patético e revela bem a natureza...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor estava caladinho! Onde é que o senhor estava?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A privatização da ANA e da TAP!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Omissão grave, não ouviram?

Deputado Francisco Coelho (PS): Agora! Na altura, não ouvi, não senhor!

Presidente: Srs. Deputados!

Deputado Francisco Coelho (PS): Não ouvi, não senhor!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Aprovamos um voto nesta Casa, Sr. Deputado! Reavivar a memória!

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira!

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que há aqui alguns Srs. Deputados que estão com falhas graves de memória...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor também!

O Orador: ... e não há nada melhor do que consultar o Diário das Sessões e ver todas as posições que o PSD já tomou aqui, nesta Casa, sobre esta matéria, e, inclusivamente,...

Deputado Berto Messias (PS): Só que houve um hiato de tempo em que os senhores estiveram calados!

O Orador: ... a história, que é uma história que vai ficar no Diário das Sessões como o maior sinal de humor negro passado nesta Assembleia que foi o que se passou com o voto que nós apresentamos aqui, há mais de um ano, em que criticávamos o Governo da República, o Governo Regional e a ANA pelas omissões na ampliação da pista do Aeroporto da Horta, e os senhores

chumbaram esse voto para aprovarem o vosso, que só falava do Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Agradeço que termine!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós já aprendemos, nestes 20 anos:...

Deputado André Bradford (PS): Infelizmente, não aprenderam!

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Já vou terminar, Sra. Presidente.

... tudo o que de bom se faz nos Açores...

Deputado Francisco Coelho (PS): Esqueceram-se foi dos outros 20 anos!

O Orador: ... o Partido Socialista é que fez; tudo o que de mau aconteceu nos Açores, isso foram os outros. É sempre assim e os senhores não têm emenda. Agora, Sras. e Srs. Deputados, não deixa de ter profundo significado, institucional e político, de que quando se fala, neste Parlamento, neste momento, sobre o povo do Faial, os deputados do Partido Socialista eleitos por esta ilha ficam calados e fazem o costume: assobiam para o ar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor Deputado Costa Pereira tem capacidade para muito mais do que isso!

Presidente: Para concluir este debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, aquilo que acabou de ser referenciado era um dos pontos que eu tinha para assinalar, que, no âmbito deste debate sobre esta questão, os Srs. Deputados eleitos pela ilha do Faial pelo Partido Socialista não tenham vindo a debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sra. Presidente e o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues deviam ter falado!

O Orador: É lamentável. E tem um significado político, porque os políticos que são eleitos pela sua terra não podem faltar aos debates em que se abordam as questões relevantes para a sua terra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem, Sr. Deputado! Apoiado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Mas qual debate? Isto é um voto!

O Orador: A segunda questão, meus senhores, tem a ver com o facto de aqui se terem que discutir políticas, ideologias e posições diferentes sobre os muitos assuntos. E mais uma vez, o Partido Socialista, quando tem que discutir ideias, quando tem que discutir projetos, a primeira abordagem do Sr. Deputado Berto Messias foi o insulto, tentar ridicularizar os seus adversários,...

Deputado Berto Messias (PS): Insulto a este Parlamento é o vosso voto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, não! Muito bem!

O Orador: ... insultar os seus adversários políticos, e, meus senhores, esta arrogância,...

Deputado José San-Bento (PS): Que palhaçada!

O Orador: ... esta prepotência é própria de quem exerce, há 20 anos, o poder e que acha que vai aqui estar eternamente e que, não tendo argumentos, escolhe o

insulto, não tendo argumentos, escolhe o insulto pessoal, e só age assim quem não tem capacidade para apresentar projetos alternativos e quem não tem capacidade para discutir civilizadamente as questões e quem tem uma enorme arrogância e uma enorme prepotência.

Diz o senhor que eu faço rir.

Deputado André Bradford (PS): Até na monarquia!

O Orador: Eu acho que fazer rir, na nossa sociedade, é uma virtude. Na União Soviética não se podia rir dos adversários políticos, não era possível, mas a verdade é que fazer rir é uma virtude. Mas eu, ontem, Sr. Deputado, não o vi rir, quando o senhor foi apupado pelos manifestantes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que aqui estavam a apresentar as suas posições, e também não vi, além de não o ver rir, também não vi uma coisa, não o vi baixar para junto do povo, como todos os outros deputados, dos outros partidos políticos que aqui estão representados, o senhor o que fez foi voltar as costas ao povo...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Tivemos lá o Presidente do Partido!

O Orador: ... e não teve a coragem de falar com o povo,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Quem teve coragem foi o Presidente do PSD!

O Orador: ... de falar com os manifestantes, de lhes explicar a sua posição e ter a coragem de os enfrentar. O senhor não a teve.

Eu digo-lhe uma coisa: esse é o maior atestado de incapacidade de um político, é não ter a capacidade de olhar olhos nos olhos em relação àqueles que nos estão a criticar e de apresentarmos as nossas posições.

O senhor, ontem, o que fez, o senhor, o Deputado José San-Bento e o Deputado Lúcio Rodrigues, o que os senhores fizeram...

Deputado Francisco César (PS): Eu estava lá!

O Orador: ... foi o seguinte: voltar as costas ao povo.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é mentira!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Estava lá o Presidente do Partido e isso é que vos incomoda!

O Orador: ... e os senhores...

É verdade, toda a gente viu, está gravado. E mais do que isso, eu acho que ontem...

Deputado Berto Messias (PS): Se toda a gente viu, nós estávamos lá!

O Orador: ... o senhor fugiu, o senhor não teve a coragem de olhar nos olhos. Os manifestantes que estavam a exprimir a sua opinião, o senhor não teve essa coragem, o senhor agiu com arrogância e prepotência em relação ao povo que ali se estava a manifestar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O senhor prefere rir. Esta questão, para quem lá estava, eles não estavam a rir, eles estavam a dizer-vos que as vossas políticas são profundamente erradas.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Eu quero dizer-vos também o seguinte, que é muito importante. É que não consigo perceber também o posicionamento do Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda o que votou contra foi o seguinte, o voto de saudação diz o seguinte: “Voto de saudação ao povo do Faial que se manifestou de forma livre e sem medo”.

Há um voto de saudação, a senhora já aqui apresentou votos de saudação, por exemplo, em relação à marcha *gay*, manifestação *gay*, a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda apresentou aqui...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... um voto de saudação e a Sra. Deputada comete um erro político brutal, porque eu também lá vi muita gente de vários partidos, incluindo o

Bloco de Esquerda, a protestar, e era da mais elementar justiça que aqui se fizesse uma saudação, não para assumir qualquer protagonismo, que não o tivemos,...

Deputado Berto Messias (PS): Claro! Sim, sim!

O Orador: ... mas para dizer, mas para saudar a população do Faial, que ali esteve com coragem, funcionários públicos que sabem que muito provavelmente vão sofrer retaliações,...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem de terminar!

O Orador: ... mas tiveram a coragem de estar ali com coragem, a manifestar a sua posição.

Esta gente tem de ser saudada, porque eu tenho a certeza absoluta que muitos deles sabem que vão sofrer consequências e tiveram a coragem de ali estar.

Deputado André Bradford (PS): Isso é mentira! O senhor é um mentiroso!

O Orador: E eu digo-vos uma coisa: foi o início de um grande movimento, porque os que lá estiveram vão multiplicar por 10 ou por 20 na próxima manifestação se este problema não se resolver.

E quero terminar aqui...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado!

O Orador: ... também, Sra. Presidente, da minha parte há um compromisso político que eu assumo, como assumo todos e cumpro: não viabilizarei nenhum Governo Regional nos Açores que não assuma o compromisso de ampliar a pista da Horta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não apoiarei a viabilização de nenhum Governo que não assuma este compromisso de forma clara.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem de terminar.

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Presidente do Governo falou nove minutos a mais!

(Burburinho geral)

Presidente: Sra. Secretária Regional, pediu a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Um protesto, Sra. Presidente, pelo Governo ser acusado de eventuais retaliações futuras aos funcionários que, ontem, se manifestaram.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária.

Dispões de três minutos.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da primeira vez que esta matéria foi abordada aqui, hoje, eu deixei passar, procurei não valorizar e achei que estávamos apenas perante um excesso motivado pelo calor do debate. Verifico, agora, que não é assim e aquilo que...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez foi uma acusação gravíssima, não apenas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A quem?

A Oradora: ... aos membros do Governo, mas a todos os dirigentes da administração regional.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Disse retaliações!

A Oradora: Além de ter que refutar, com toda a veemência, porque não foi, não é nem nunca será prática deste Governo nem da administração regional coartar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há casos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O cartaz com o Vice-Presidente diz tudo! O que se passou, ontem, aqui foi muito grave! O Presidente do Governo, ontem, teve um erro grave nesta Casa!

A Oradora: ... a ação cívica e política dos seus funcionários.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Eu percebo a conveniência que, em tempo eleitoral, este discurso tem para vós, mas ele não tendo qualquer correspondência com a realidade, eu não posso deixar de registar aqui...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Registe!

A Oradora: ... um protesto por umas declarações que não são mais do que uma ofensa profunda a todos quantos trabalham na administração regional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro!

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para um contraprotesto, dispõe de dois minutos, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Diálogo entre a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares e o Deputado Artur Lima)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, nesta manifestação, rompeu-se o dique do medo e o que as pessoas que lá estavam disseram...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... e o que testemunharam é que nós não temos medo, nós vimos para aqui manifestar-nos democraticamente contra um Governo que exerce, de forma prepotente e arrogante, o poder, há mais de 20 anos.

Portanto, meus senhores, eu não tenho nenhuma dúvida que existiram, durante todos estes anos, perseguições políticas, e aqui referenciei muitas anteriormente, perseguições políticas, no âmbito da administração regional, perpetradas pelo Governo Regional. É uma acusação que fiz e mantenho e não tenho nenhuma dúvida que aqueles manifestantes que, ontem, ali estiveram àquela porta, muitos deles já estão referenciados, a sua fotografia já foi retirada e vão ser perseguidos nos seus empregos. Tenho a certeza absoluta disso, meus senhores.

(Burburinho geral)

O Orador: Portanto, reitero aquilo que disse...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e sei que é verdade e eles também sabem e o que disseram foi, “Nós, aqui, estamos sem medo, porque da próxima vez vamos estar aqui muitos mais”, e os senhores não controlam, não conseguem exercer qualquer tipo de controlo sobre um povo que não tem medo e o povo de Faial perdeu o medo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nunca se questionou por que é que os partidos pequenos como o CDS têm tanto *[impercetível]*!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 1 do BE; 16 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Eram 11 horas e 05 minutos.

Presidente: [*Corte na gravação*] com os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Temos o último voto desta manhã, é um voto de protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Os primeiros anos de vida são preponderantes para a formação e para o desenvolvimento da personalidade de uma criança. É aceite de forma unânime e instituído que a creche não é, nem pode ser um recurso menor do sistema educativo, nos Açores ou em qualquer outra parte do mundo, pelo contrário, é antes uma das respostas educativas essenciais para o desenvolvimento das crianças.

Considerando que as creches e os Centro de Atividades dos Tempos Livres (CATL), na sua grande maioria foram implementadas e exercerem o seu papel educativo em Instituições de solidariedade Social ou Misericórdias em resultado de uma opção política do Governo Regional.

Considerando que o estipulado no n.º 4 do artigo 45º do Decreto Regulamentar Regional, n.º 17/2001/A de 19 de novembro, que regula o DLR n.º 26/2005, de 4 de novembro, sob a epígrafe *“Aprova o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, estabelecendo o regime jurídico da relação entre a administração regional e os estabelecimentos de educação e ensino dos sectores particular, cooperativo e solidário”*, considerando que este DLR dispõe que, e cito, *“O tempo de serviço prestado por educadores de infância no exercício de funções técnico pedagógicas em creches e jardins de infância , qualquer que seja a rede onde se insiram, releva para efeitos de concurso aos quadros docentes da Região Autónoma dos Açores como se prestado em estabelecimento de educação ensino da rede pública”*.

Considerando o DLR n.26/2005/A, 4 de novembro, alterado pelo DLR n.º 6/2008/A, de 6 de março, no seu artigo n.53 *“Direito e Deveres”*, conjugado com o artigo n.º 63 *“Contagem de tempo de serviço”*, reforça a intenção do legislador ao considerar o tempo de serviço prestado por Educadores (as) de Infância, em valências educativas privadas, **reconhecido para todos os efeitos legais.**

Considerando que no âmbito dos Decretos Legislativos Regionais n.º 14/98/A, de 4 agosto, e 23/2003/A, de 9 de junho, eram contados os anos de serviço em ATL, em bibliotecas, mediatecas, ecotecas e outras instituições similares, desde que as funções se revestissem de natureza técnico- pedagógica.

Considerando que houve um retrocesso e foram coartados os direitos destes(as) docentes, tendo o Bloco de Esquerda/Açores apresentado um Projeto de Resolução, neste Parlamento, em 2012, o qual foi **aprovado por unanimidade**, resultando na Resolução da Assembleia da Assembleia Legislativa Regional n.º.

14/2012, sob a epígrafe “*Tempo de Serviço prestado em Creches e Ateliers de Tempos Livres(ATL) para efeitos de Calculo da Graduação Profissional em Processo de Concurso do Pessoal Docente*”.

Considerando que a Secretaria da Educação e Cultura não está a agir dentro da legislação em vigor.

Considerando que a Secretaria da Educação e Cultura, em 3 anos, ainda não cumpriu com a Resolução n.º 14/2012, aprovada por **unanimidade nesta Assembleia**, não tendo produzido regulamentação que garanta que o referido processo seja transparente e equitativo ao invés de permanecer na livre arbitrariedade da Secretaria e da Direção Regional da Educação e Cultura.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Protesto ao Governo Regional por não cumprir a com a Resolução da Assembleia Legislativa, nem tão pouco com a legislação em vigor sobre esta matéria.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento ao Governo Regional e aos Sindicatos de Professores SPRA e SPDA.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores: *Zuraida Soares*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS está de acordo com alguns dos considerandos deste voto de protesto. Desde logo, que é aceite de forma unânime, que é instituído que a creche não é nem pode ser um recurso menor do sistema educativo nos Açores. E, de facto, assim não é e é em coerência com este sentimento e com esta afirmação que o Governo Regional tem agido.

Pelo contrário, ao longo de todo o voto, o Bloco de Esquerda não consegue, porque não está, de facto, na sua génese, quando cita o DLR n.º 26/2005, dizer que é do estatuto do ensino privado cooperativo e solidário, porque, como nós todos sabemos, nesta Casa, o Bloco de Esquerda não é a favor de um ensino privado, o Bloco de Esquerda é contra todo o financiamento, tem vindo a ser sempre um cavalo de batalha do Bloco, mas gostaria de ter o melhor dos dois mundos: é privado, não há financiamento, mas tudo o que forem discriminações positivas e tudo o que a gente puder regular no ensino privado também vai fazer.

Ora bem, não é isso que nós pensamos e, portanto, nós temos que ser coerentes e é isso que o PS tenta ser.

Por outro lado, há aqui que distinguir duas coisas distintas. Uma coisa é entre os zero e os três anos, que não faz parte, ainda não faz parte (e acho que é bom destacar este “ainda não faz parte”) do sistema educativo regional, outra coisa é dos 13 anos em diante, em que já faz parte do sistema educativo regional, em que os Açores têm dado cartas, passo o termo, a todo o país na cobertura e no alargamento do ensino pré-escolar nesta área. Ou seja, nós temos uma cobertura que ronda quase os 95% nos quatro anos e muito perto dos 70% a nível dos três. E é assumido pelos Governos do Partido Socialista, nomeadamente este último, agora, que é uma prioridade passar a ter uma cobertura de 100% na região, a partir dos três anos.

Portanto, é bom clarificar isso.

Depois, há outra coisa, que é: não é, de facto, uma boa altura para fazer aproveitamento. Nós estamos todos na primeira semana de setembro, toda a gente sabe que é uma semana, é um tempo de grande vulnerabilidade para todos os docentes, sobretudo para os docentes contratados, que querem e veem, todos os dias, se vão ser colocados, aqueles que ainda não foram. Portanto, eu creio que não é correto, não é responsável e por isso o Partido Socialista não o faz e não embarca nisso, confundir os docentes e vir, à última hora, fazer aqui, surfar ondas a ver se calha mais uns votos em véspera de eleições.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, nós achamos que isso não é sério para com as pessoas, porque sabemos da vulnerabilidade e estamos do lado desses docentes que anseiam um lugar para trabalhar, durante o próximo ano letivo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, é preciso ter esta premissa.

Por outro lado, o PS sempre mostrou, sempre esteve e está e continua sempre disponível para, em conversações, neste caso, tripartidas com os parceiros sociais e com as instituições, trabalhar sobre essa matéria e ver até que ponto os ATLS ou o tempo prestado de docentes em ATL fazem ou farão parte, em que moldes será preciso serem feitos para integrarem e para contarem em tempo de serviço para efeitos de concurso. E digo ATLS, porque as creches já são. A Sra. Deputada quando vem aqui dizer que a resolução não está a ser cumprida, não está a dizer tudo, porque tudo o que é serviço técnico-pedagógico e tudo o que é serviço docente prestado em creche,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se sabe é quando!

A Oradora: ... desde que essas sejam reconhecidas pelo Instituto de Segurança Social dos Açores, é relevado em termos de contagem de tempo para efeito de concurso. Portanto, não é correto dizer que a resolução não está a ser cumprida;

a resolução está a ser cumprida no que às creches diz respeito, desde que essas estejam reconhecidas pelo Instituto da Segurança Social dos Açores.

Portanto, só algumas creches (que ainda as há), nos Açores, que não estejam já validadas, credenciadas pelo ISSA é que podem não estar abrangidas e não está a ser relevado.

Portanto, há que clarificar, há que ser verdadeiro, há que ser correto, independentemente do tempo em que isso acontece.

Depois, há mais. Nós tivemos aqui o Estatuto da Carreira Docente, em 2015, a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda limitou-se a uma alteração referente ao artigo 44.º, não apresentou mais nada nesse âmbito, não esteve aqui, não falou disso. Tivemos alterações recentes ao Estatuto do Ensino Privado...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... e também isto não foi um tema.

Para terminar, Sra. Presidente, e não alongar mais, o PS lamenta, mas não é, de todo, com um voto de protesto destes que o Bloco de Esquerda atingirá um Governo que tem reconhecido, que tem assumido a educação como uma grande prioridade, que sabe que ainda há muito para fazer, apesar dos 20 anos de investimento de qualificação que tem feito a todos os níveis na nossa região e tem assumido que ainda há um caminho grande a fazer para se chegar aos resultados, ao sucesso educativo que pretendemos para as nossas gerações. E é prova disso o que tem sido feito em termos de integração de docentes, em termos de integração de técnicos especializados, quer ao nível do sistema educativo regional, quer ao nível das múltiplas equipas de ação social, e a prova disso é o ProSucesso,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que tem sido implementado, desde o ano passado, e o grande caminho que se está a percorrer...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... e que se vai continuar, porque os açorianos sabem e, em outubro que vem, os açorianos vão permitir que o Partido Socialista continue a desenvolver esta matéria, este processo, este caminho connosco ao lado deles.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção que me antecedeu, eu diria que, até do ponto de vista formal, podia ter algumas correções, porque, efetivamente, a Sra. Deputada do Partido Socialista não...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A dificuldade que o senhor tem em dizer Catarina! É pior do que uma espinha de cherne!

O Orador: ... se cingiu ao objeto do voto.

Tirando esta particularidade do formalismo, em termos políticos, diria que foi uma intervenção revestida de algum delírio. Desde logo, por aquilo que foi dito ao nível da cobertura da rede do pré-escolar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Que falta de respeito!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E eu a pensar que o senhor ia falar do voto!

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, o tempo está a contar. Agradeço que continue a sua intervenção.

O Orador: Sra. Presidente, eu estava só a dar o tempo necessário à Sra. Deputada Catarina Furtado para...

Presidente: Sr. Deputado, o senhor fala para a Câmara e não para nenhum deputado em particular!

O Orador: ... poder beber alguma água, considerando que me parece que ela não estava muito bem-disposta, mas, portanto, vou continuar.

Eu estava a dizer que...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Como diria a Mafalda: as suas piadas não têm cobertura no banco da minha determinação!

O Orador: ... relativamente ao pré-escolar...

(Risos da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Eu tenho, naturalmente, muito gosto em falar à Câmara, Sra. Presidente, e também à Sra. Deputada Catarina Furtado, que me antecedeu na intervenção, mas ela está a reagir da forma como nós estamos a ver, está legitimamente,...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, o tempo está a contar, tem que continuar a sua intervenção, sob pena de não a poder fazer.

O Orador: ... isso não me incomoda...

Com certeza, Sra. Presidente.

Portanto, queria dizer que, desde logo, ao nível da cobertura do ensino pré-escolar, a nossa região está atrasada nesta circunstância, que é: este ano letivo, que agora começa, no continente, o pré-escolar tornou-se obrigatório a partir dos quatro anos, coisa que ainda não acontece entre nós. Portanto, este é um

passo que nós precisamos de dar e, então, não estamos a dar as cartas que aqui foram invocadas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Olhe o senhor a defender um governo de geringonça, quem diria!

O Orador: Mas o delírio maior vem pelo facto de o objeto deste voto de protesto ter sido aprovado pela Sra. Deputada Catarina Furtado e pela demais bancada do Partido Socialista há quatro anos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Por isso é que eu disse que o voto não estava claro!

O Orador: Portanto, trata-se de um incumprimento de algo que a bancada do Partido Socialista aprovou e, hoje,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não disse quando!

O Orador: ... com a maior da desfaçatez política, chega aqui e contesta quem se preocupa com o incumprimento dessa responsabilidade, da qual foi incumbida...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não contestei nada. Falei sobre a matéria. Mostre que é um homenzinho! Diga o que tem a dizer!

O Orador: ... o Governo Regional. Por ventura, seguindo a linha de uma intervenção anterior da Sra. Deputada Catarina Furtado, o Partido Socialista aprovou esta recomendação ao Governo Regional, mas não disse quando é que o Governo devia cumprir.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E está a ser cumprido, uma parte!

O Orador: Nisto, tenho de reconhecer a coerência da Sra. Deputada.

Portanto, trata-se de uma iniciativa política,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor gostou tanto desse pau para as colheres, da matéria é que não gostou nada!

O Orador: ... esta do Bloco de Esquerda, que é, naturalmente, oportuna, porque em qualquer momento é tempo de cumprir aquilo que são as responsabilidades e as incumbências que este Parlamento deu ao Governo Regional.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E está a ser cumprido. Eu disse que sim!

O Orador: Por fim, quando a Sra. Deputada Catarina Furtado...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas sempre eu! O voto é da Sra. Deputada Zuraida!

O Orador: (Afinal, consigo dizer várias vezes o seu nome! Já viu? Sem qualquer arrelia!)

.... diz que não é sério apresentar este voto de protesto, naturalmente que nós temos de discordar dessa observação, porque o que não é sério é aprovar e depois fazer de conta que não aconteceu nada.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O que não é sério é aprovar uma resolução que recomenda uma coisa e, depois, não a executar. O que não é sério, Sra. Deputada, é desrespeitar este Parlamento.

Disse.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor não disse nada!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Freud explicaria isso!

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver mais inscrições, portanto, a Sra. Deputada Zuraida Soares está inscrita.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Gostaria de...

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Gostaria de começar por um esclarecimento que nunca me cansarei de o fazer, na mesma medida em que há quem não se canse de insistir naquilo que não é verdade.

O Bloco de Esquerda não tem nada contra o ensino privado, o Bloco de Esquerda tem tudo contra apoios de dinheiros públicos ao ensino privado, que concorre, não é complementa, com o ensino público,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas depois quer igualdades!

A Oradora: ... que tem sido sujeito a desinvestimento. E eu clarificarei esta circunstância todas as vezes que me derem oportunidade. Não temos nada contra o ensino privado, temos tudo a favor de um ensino privado que quer concorrer, quer ser empreendedor, quer arriscar, que o faça com o seu dinheiro. Depois, quanto a fazer aproveitamentos, oh, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de lembrar que a resolução que não está a ser cumprida, que foi aprovada, nesta Casa, por unanimidade,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está a ser cumprida parcialmente. Foi isso que eu disse!

A Oradora: ... foi aprovada em junho de 2012, por acaso era ano de eleições. Falemos, então, de aproveitamento, e, agora, porque o Governo não cumpre

aquilo que aproveitou em ano de eleições para votar favoravelmente através do partido maioritário,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O Governo não vota!

A Oradora: ... um partido desta Casa, que tem a obrigação de fiscalizar exatamente estes incumprimentos, traz a esta Casa a chamada de atenção, “Façam o favor de cumprir aquilo que aprovaram e aquilo que consta da resolução desta Casa”, digamos que o comentário é, “O Bloco de Esquerda está a fazer um aproveitamento”. É curioso!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Eu até poderia dizer onde é que a senhora foi buscar isso, se quisesse!

A Oradora: Mas os professores e as professoras, os docentes que vivem estas situações todos os dias saberão tirar as suas conclusões.

Depois, já que o Partido Socialista fala em seriedade, então, vamos lá falar de seriedade. Eu gostaria de saber se é sério que quando alguns destes e destas docentes se dirigem à Direção Regional da Educação e Cultura perguntando por que é que o seu tempo de serviço não é contabilizado recebam diferentes respostas, em momentos diferentes, do género:...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Os ATLS protestam!

A Oradora: ... “Informa-se V. Ex.^a que o tempo de serviço prestado no ATL não é possível certificar...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Ah, no ATL! Eu disse!

A Oradora: (Posso continuar, Sra. Presidente?)

... por falta de enquadramento legal”. Continua: “Informa-se V. Ex.^a que apesar de ter sido [reparem bem, Sras. e Srs. Deputados] aprovada na Assembleia Regional essa resolução [esta de que estamos a falar], a mesma ainda não foi publicitada. Só após esta publicação é que serão analisados os pedidos enviados a esta Direção Regional”.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Essa resposta é de quando?

A Oradora: Passaram três anos, Sras. e Srs. Deputados, continua por publicitar, de acordo com aquilo que aqui está.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está publicado no Jornal Oficial!

A Oradora: Mas temos mais. “Informa-se V. Ex.^a que até à presente data não foi publicada legislação para a contagem de tempo de serviço em ATL”, ou seja, falando em seriedade, o Governo Regional, com a sua seriedade impecável, nem tem o pudor de esconder aquilo que está a fazer.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A senhora é que não está a ser séria!

A Oradora: Não! Assume claramente nas cartas que envia aos docentes que a resolução desta Casa não está a ser cumprida e, como não está a ser cumprida e não diz quando é que a irá cumprir nem publicar nem regulamentar, tudo continua na mesma. Mas, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa pronunciou-se, por unanimidade. Por uma questão de seriedade,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... se calhar, em ano de eleições,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A senhora não está a ser séria!

A Oradora: ... que foi em 2012.

Finalmente, dizia a Sra. Deputada Catarina Furtado que esta resolução está a ser cumprida. Eu vou repetir, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, esta resolução não está a ser cumprida e foi aprovada nesta Casa, em junho de 2012. Portanto, esta resolução – repito – não está a ser cumprida e os docentes e as docentes que passam estas situações sabem melhor do que ninguém...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que ela não está a ser cumprida.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, pede a palavra para?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, se fosse possível, que a Deputada Zuraida disponibilizasse a data da resposta em que diz que ainda não foi publicitada.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois, então, a Sra. Deputada Zuraida Soares fará chegar à Mesa...

Para uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho lamentável este pedido, porque o Governo está ali sentado, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A senhora é que tem a resposta!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares!

A Oradora: ... por acaso também. É perguntar-lhe onde é que estão estes ofícios enviados, porque eu não vou entregar com o nome das pessoas e dos docentes que disponibilizaram esta carta. Está aqui, vão à procura....

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O Governo não pode falar!

A Oradora: ... na Direção...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares!

A Oradora: ... Regional, peçam ao Sr. Secretário, que está ali sentado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, fica registado, então,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A senhora é que tem que dar a resposta! Não pedi o nome, pedi a data!

Presidente: ... que não entregará os documentos à Mesa.

Sra. Secretária Regional, pede a palavra...

Sras. e Srs. Deputados!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Tivesse dito no microfone!

Presidente: Penso que será para uma interpelação.

(* **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Peço a palavra para responder à Sra. Deputada que interpelou diretamente a bancada do Governo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Vamo-nos organizar!

Sra. Secretária Regional, pediu a palavra para? Porque, há pouco, penso que não se ouviu.

(* **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, tenho todo o gosto em repetir.

Para responder à Sra. Deputada que interpelou diretamente a bancada do Governo.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Secretária, apesar de poder ter existido efetivamente essa interpelação, como sabe, o Governo não pode, nesta fase do debate, intervir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Teve quatro anos para responder!

Presidente: Portanto, não lhe poderei conceder a palavra, nesta fase.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Vamos então continuar os nossos trabalhos. Passamos para as declarações políticas.

A primeira é do CDS e tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é o último período legislativo da X Legislatura.

Significa isso que é tempo de olhar para os últimos 4 anos, fazer balanços e apresentar contas...

No próximo dia 16 de Outubro, os Açorianos vão decidir a composição do próximo Parlamento; São os Açorianos que em liberdade escolhem os Deputados que representarão as suas ilhas nos próximos 4 anos, e em sequência quais os partidos políticos que apoiarão a formação do próximo governo.

Esta é, assim, a minha última intervenção nesta tribuna.

Fui chamada a este Parlamento para contribuir para o desenvolvimento da minha ilha e da minha Região e foi isso que tentei (sempre) fazer com a maior dignidade e com grande sentido de responsabilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

A Oradora: Saio com o sentimento de dever cumprido, apesar de ter consciência de que num parlamento sem maioria absoluta e com mais deputados do CDS teria sido possível fazer valer todas as posições que o CDS entende que são as melhores soluções para a minha terra.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

A Oradora: Mas a democracia é mesmo assim!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Há quatro anos atrás os Açorianos escolheram um parlamento com uma maioria absoluta de deputados do PS.

Dessa maioria socialista foi auto-proclamado um “novo” Governo Regional, como coisa que os socialistas não governassem esta Região há 20 anos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A governação foi turbulenta.

O PS viu-se embrulhado em várias crises na agricultura, nas pescas;

Teve problemas nos transportes, na saúde e tentou disfarçar com “pensos rápidos”, mas sem sucesso, os péssimos resultados do sistema de ensino.

Pelo caminho foi-se desculpando com um Governo da República que não era da mesma cor política, o que acabou por dar imenso jeito, porque enquanto se fazia oposição a Lisboa, tentava-se distrair os Açorianos que levaram também com a austeridade (e com as consequências dela) que foi imposta por um desgoverno nacional do Partido Socialista.

Assim, foi preciso criar agendas, escrever cartas, inventar planos integrados...

Nisso a governação do PS conseguiu ser verdadeiramente criativa.

O problema foi transpor para a realidade social e económica da Região, aquilo que os decisores idealizaram.

A taxa de desemprego nos Açores, baixou; É verdade!

Não se pode é dizer com a mesma certeza que se tenha criado emprego efetivo, duradouro e sustentável para milhares de açorianos que entraram num circuito fechado de programas ocupacionais e que, quando esgotados todos os prazos e todos os programas de ocupação de desempregados, vão voltar para o desemprego.

No meio da tempestade uma agenda ocupou desempregados, melhorando estatísticas, mas não deu estabilidade social aos ocupados/desempregados, nem assegurou dinamismo à economia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No vento, viajaram as low cost para os Açores que, efetivamente, têm contribuído para o renascer de um setor que estava moribundo e de portas fechadas: o turismo.

Só que, como sempre, os planos são traçados para um horizonte de 4 anos...

O PS não conseguiu unir esforços para que este bom desempenho estatístico do setor vire complemento efetivo à economia tradicional ligada à agricultura e às pescas.

O que é preciso é criar condições para que o turismo seja sustentável e duradouro, gerando empregos e riqueza, em vez de corrermos o risco de andarmos distraídos com tricas políticas para, qualquer dia, nos darmos conta de que os Açores passaram de moda. Depois é vê-los, de novo, a fechar as portas!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

É preciso apostar na diversificação da nossa economia.

É preciso Dar Valor aos Açores!

O Governo que foi empossado, governou assente em compromissos:

“Avaliar a possibilidade de implementar sistemas de aquicultura para espécies endémicas dos Açores”. Está no Programa do Governo, mas o Governo não concretizou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mais do que a nossa terra, os Açores têm uma riqueza ainda maior por explorar: o nosso mar, os nossos fundos marinhos. Protegê-los, valorizá-los e dinamizá-los é urgente. Somos a região da Europa com os maiores potenciais neste domínio, mas estamos quase confinados só a olhar até onde a vista alcança...

A aquicultura é uma aposta com futuro e de futuro, pois existem condições naturais propícias ao desenvolvimento desta indústria. Uma aposta efetiva neste setor cria postos de trabalho altamente qualificados e diversifica a economia regional.

Não! Com o PS não se estimulou a inovação...

Preferiram, apenas, ocupar precária e temporariamente desempregados!

Por outro lado, o PS governou sob o compromisso de “Promover um Pacto de Estabilidade para a Educação, com os parceiros representativos desta área”.

O PS governou, mas não concretizou!

Mais uma vez, a Secretaria da Educação foi alvo de mudança de titular, o Estatuto da Carreira Docente foi mudado mais do que uma vez e os concursos de professores feitos para tentar tapar o sol com a peneira.

Os resultados do nosso sistema educativo são classificados por entidades externas e idóneas com os piores resultados do País e dos piores da Europa e a renovada governação não consegue ir além de “pensos rápidos”.

Na saúde inscreveu-se no Programa do Governo um capítulo cujo o título era: “Uma Saúde para Todos”. Entre outros compromissos arrojados assumia-se a continuação “dos programas de deslocação de médicos especialistas entre todas as Unidades de Saúde” e disse-se aos Açorianos que se iriam “Contratar médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar com o intuito de disponibilizar um número suficiente de clínicos para que cada açoriano tenha o seu médico de família”.

A saúde não sofreu com nenhuma tempestade, foi mesmo apanhada pelo furacão PS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O Governo socialista da Região que tanto bradava da austeridade que emanava de Lisboa, foi do género “mais papista que o Papa”:

- Cortou a deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital;
- Cortou no apoio à deslocação de doentes e seus acompanhantes;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Cortou nos reembolsos a que os Açorianos tinham direito quando recorriam a serviços privados por falta de resposta do setor público, numa dupla missão de perseguir a iniciativa privada e coartar direitos adquiridos dos Açorianos;

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

A Oradora: Ameaçou cortar serviços de diagnóstico e terapêutica em ilhas mais pequenas;

- Impôs taxas moderadoras em exames complementares de diagnóstico que não são uma opção dos doentes, como as que são aplicadas em serviços de urgência;

- Aumentou as listas de espera cirúrgicas nos Açores, sem que nada tenha sido feito para colmatar uma das maiores vergonhas da nossa Região...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Com a crise chegou a hecatombe da construção civil açoriana. Acabou o investimento público em mega obras públicas e foram mais de 10 mil pessoas para o desemprego.

O Governo socialista criou então “a Carta Regional das Obras Públicas de forma a assegurar às empresas de construção civil um planeamento atempado através de uma visão previsível das necessidades de investimento público”.

Das 399 obras que estavam previstas na CROP apenas 30% estão concluídas, 20% estão em execução e 50% foram adjudicadas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Dos 560 milhões que se comprometeu investir, apenas pagou 91 milhões às empresas, ou seja, singelos 16%. Chegamos ao fim do mandato e as empresas de construção civil só se podem queixar de um Governo Regional que lhes apresentou, estrategicamente, uma Carta Regional... das Obras Paradas!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

A Oradora: No Programa deste “novo” Governo socialista estava também uma outra interessante intenção: “Aproveitar o reconhecimento dos prémios internacionais atribuídos aos Açores enquanto destino turístico de excelência, sobretudo nas áreas do ambiente”.

É verdade. Nos Açores há Reservas da Biosfera, áreas classificadas Património Mundial, zonas húmidas reconhecidas pela Convenção RAMSAR e ilhas que são “Quality Coast”, mas nem sequer os Açorianos sabem bem do que se trata.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Imbuído do espírito construtivo que caracteriza a oposição preconizada pelo CDS, propusemos a aprovação do Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge. A maioria socialista aprovou-o, mas o Governo socialista nada fez...

Ficou a perder a economia de São Jorge, fica a perder-se o património que não é recuperado, ficam a perder todos quantos poderiam disfrutar ainda mais e melhor de um conjunto de ecossistemas únicos nos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Fale das reservas mundiais da biosfera!

A Oradora: A construção civil, as empresas e os milhares de desempregados que, entretanto, foram ocupados pelas agendas, continuam todos à espera...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esperam pelo Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs, como também anseiam que o compromisso de apoiar “a revitalização do comércio tradicional localizado nos centros históricos das vilas e cidades” possa ser concretizado, quando se abrirem os sistemas de incentivos previstos no quadro comunitário de apoio 2014-2020.

Por fim, os transportes... Asseguraram os socialistas que iriam “consolidar o Plano Integrado de Transportes e aplicá-lo, progressivamente, em todas as ilhas”.

Ora bem, esta só pode ter sido a grande anedota do mandato!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Quarenta anos de democracia e de autonomia, mais de duas décadas após a adesão à União Europeia e muitos milhões de euros depois, os Açorianos ainda vivem constrangimentos inconcebíveis.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Nota-se!

A Oradora: O CDS reconhece a evolução registada, mas não aceita as limitações que não foram ultrapassadas por incapacidade das sucessivas governações regionais.

É paradoxal que apesar de todo o desenvolvimento verificado, a Região não consiga ser um polo catalisador de recursos humanos qualificados, como era desejável, e as nossas gentes sintam, cada vez mais, a necessidade de migrar para outros destinos em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: Que Autonomia é esta que não consegue aguentar as suas gentes?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: É imperioso lutar contra esta desertificação humana, que novamente se verifica. E não vale a pena dizer que não é bem assim... Basta olhar para o que aconteceu em São Jorge que, por causa de perda de população, também, vai perder representatividade política a partir da próxima legislatura.

Entendo que é fundamental dar mais valor à política, com credibilidade, responsabilidade e moderação.

A Região precisa de um CDS mais forte, que alerte constantemente e sem complexos, para o nosso atraso económico, cultural e social, fruto em grande medida dos condicionalismos arquipelágicos, mas também de políticas menos adequadas à realidade.

É preciso “Dar mais Valor à Sociedade”;

“Dar Mais Valor à Economia”...

É TEMPO DE DAR MAIS VALOR AOS AÇORES!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Ana Espínola, a Sra. Deputada fez uma intervenção de despedida, eu já assisti a muitas aqui no nosso Parlamento e algumas vezes elas pecam por ser ocas, por não terem conteúdo. A Sra. Deputada escolheu um registo diferente, a Sra. Deputada escolheu sair como entrou aqui nesta Casa: com conteúdo, com seriedade, com espírito crítico, com o sentido do dever, o sentido do dever é servir os eleitores que aqui representa.

Quero saudá-la neste momento, eu considero que a sua despedida é exemplar, mantendo-se em funções até ao fim, exercendo as suas funções até ao fim com espírito crítico que a caracteriza.

Devo dizer que ao longo dos anos que aqui desempenhou funções fica, à Representação Parlamentar do PPM, mas penso que será uma noção muito alargada nesta Casa, fica uma imagem da seriedade, do rigor que V. Exa. colocava no âmbito do desempenho das suas funções. Nunca vi, nunca assisti a que V. Exa. se atrasasse em qualquer relatório, em qualquer das suas competências, em qualquer das suas funções. A Sra. Deputada era fiável, foi fiável até ao fim do ponto de vista do trabalho parlamentar que tinha que fazer, séria e rigorosa!

Sra. Deputada, a Sra. Deputada sai daqui muito prestigiada desta Casa e quero assinalar esse facto e quero agradecer-lhe o trabalho que desempenhou a favor dos Açores e muito especificamente a favor do povo de S. Jorge.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Ana Espínola na sua intervenção de declaração política, trouxe-nos uma perspetiva desde logo perpassando todas as áreas da governação ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Faltou a sua!

A Oradora: ... e compreenderá que nos 5 minutos de que o Governo dispõe é impossível responder um a um aos pontos que aqui focou.

De qualquer maneira queria dizer-lhe, Sra. Deputada, que não partilhamos de maneira nenhuma da sua perspetiva pessimista ...

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Realista!

A Oradora: ... quer em relação ao trabalho desenvolvido pelo Governo, quer para o futuro.

Sra. Deputada, algumas das áreas que focou foram áreas que mereceram da parte deste Governo uma atividade muito intensa e a procura na construção de soluções que melhor servissem os desafios com que os Açores se deparavam.

Falando do emprego registámos uma redução de 31% na sua taxa. Passámos de 18% no primeiro trimestre de 2014 para 12,4 no primeiro trimestre de 2016, ...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): O Governo só fala de emprego e nunca de desemprego!

A Oradora: ... isto em circunstâncias cheias de desafios para a Região porque o País enfrentou nestes quatro anos e nós também naturalmente a maior crise desde a instauração da democracia ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 4! Oh, senhora, tenha juízo! Seja correta, para não dizer séria!

A Oradora: ... e aquilo que nós fizemos foi adotar medidas para proteger os rendimentos das famílias e para proteger as nossas empresas e ao contrário daquilo que foi feito na República reforçando o investimento e reforçando as respostas sociais para dar aos açorianos aquilo que eles necessitavam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se sabe é quando!

A Oradora: Na área da educação, que também foi abordada pela Sra. Deputada, eu acho que é justo reconhecer o trabalho que a Região tem feito nessa matéria, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o insucesso escolar!?

A Oradora: ... sendo certo que ainda temos um importante caminho para percorrer, importante sobretudo porque melhores resultados reverterão na naturalmente a favor das nossas crianças e dos nossos jovens.

Diminuímos em 34% a taxa de retenção; 15% a taxa de abandono escolar; aumentámos em 16,2% a taxa de conclusão do ensino básico, para não referir aqui, um a um, os importantíssimos investimentos que foram feitos no parque escolar.

A Sra. Deputada falou também com algum carácter depreciativo dos importantíssimos programas ocupacionais que foram desenvolvidos por este Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A perceção é sua!

A Oradora: Sra. Deputada, enquanto a economia não tinha condições para ser ela própria a gerar empregos como já está fazendo, essa resposta revelou-se essencial para dar rendimento às famílias e com isso manter a sua dignidade.

Mas há também uma nota que eu acho importante fazer, Sra. Deputada, é que a nossa postura foi muito diferente da vossa.

A sua intervenção esquece aquilo que foi aquilo que foi a génese das crises das dívidas soberanas e faz tábua rasa dos efeitos devastadores das medidas que o Governo do PSD e do PP adotaram na República e que causaram apenas a maior destruição de emprego e a maior perda de rendimento para as famílias portuguesas e sobre isso a senhora não disse nada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas a economia estava tão boa, a florescer!

A Oradora: Mas, Sra. Deputada, eu julgo que a cereja em cima do bolo da sua intervenção é a referência que a senhora faz ao plano para o desenvolvimento integrado das Fajãs de S. Jorge ao qual o Governo respondeu com uma candidatura às reservas de biosfera.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E a nossa autonomia! E a democracia!

A Oradora: A senhora gostou? Não. A senhora ficou zangada porque a senhora não queria uma reserva da biosfera, a senhora queria o Plano Integrado do Desenvolvimento das Fajãs de S. Jorge, numa visão absolutamente redutora, daquele que é o potencial do nosso património natural e edificado. Acho que essa nota Sra. Deputada diz tudo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Seja séria, Sra. Secretária!

A Oradora: Portanto para lhe dizer e concludo já, Sra. Presidente que não partilhamos da sua perspetiva.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já ultrapassou largamente o seu tempo!

A Oradora: Este Governo tem a consciência de tudo ter feito, ter usado todos os seus recursos, todas as suas competências para responder aos enormes desafios que enfrentou nestes quatro anos.

Presidente: Agradeço que termine Sra. Secretária.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já ultrapassou largamente o seu tempo!

A Oradora: Termino já, Sra. Presidente.

Nessa matéria temos a consciência de que demos o nosso melhor.

Termino apenas com uma palavra Sra. Deputada, de reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu ao longo destes quatro anos neste Parlamento, desejando-lhe em nome de todo o Governo as maiores felicidades pessoais e profissionais.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar uma palavra para a Sra. Deputada Ana Espínola que eu gostaria que ela ouvisse mas está a falar com a Deputada Graça Silveira neste momento, mas uma palavra pessoal dirigida à Sra. Deputada Ana Espínola, não só pelo trabalho que desenvolveu, e bem, nesta Assembleia, nas Comissões e nas intervenções que produziu aqui neste Plenário, mas também pela sua simpatia e pelo seu relacionamento pessoal muito bom que conseguiu estabelecer, julgo eu, com os restantes 56 Deputados desta Casa.

Por isso, naturalmente, é sempre com pena que vemos sair uma amiga, mas a política é isso mesmo. A amizade de qualquer forma nunca desaparecerá e pode contar sempre com a amizade, tenho a certeza, dos 20 Deputados do Grupo

Parlamentar do PSD e havemos de nos encontrar mais vezes que nós vamos andando sempre todos um pouco nas nossas atividades profissionais ou na atividade como Deputados, andaremos sempre a encontrarmo-nos nas ilhas todas, nas 9 ilhas desta Região.

Por isso uma vontade muito forte que vingue especialmente na sua carreira profissional para a qual lhe desejamos as maiores felicidades em termos pessoais e profissionais.

(Aplausos dos Deputados das várias bancadas)

Que maior elogio lhe poderia ser feito se não dizer-lhe que concordamos no essencial com a intervenção que ali produziu ...

Deputado Francisco César (PS): Agora é que estragou tudo!

O Orador: ... porque efetivamente fez um périplo pelas diversas áreas da governação e identificou realmente os grandes problemas por que passam os Açores 20 anos depois de uma governação da parte do PS.

Existe hoje em dia efetivamente uma economia que esmoreceu, uma economia que não cria emprego sustentado, que se socorre efetivamente dos programas ocupacionais que deveriam ser não um fim em si mesmo, não o remédio, mas uma situação de recurso que pode ser melhorada, mas também uma sociedade que tem, conhecemos bem, a grande maioria dos indicadores.

O PSD tem desfiado uma série de indicadores que são perfeitamente identificadores da situação 20 anos depois da governação socialista, sabemos o que é que se passa no setor da saúde, todos sabemos dos 50 mil açorianos que não têm médico de família, todos sabemos dos 10 000 açorianos que esperam por uma cirurgia muitas vezes 2, 3 anos, são indicadores reais; ...

Deputado Berto Messias (PS): O turismo record em 2016!

O Orador: ... sabemos o que é que se passa na educação com a mais alta taxa de abandona escolar precoce ou com a mais alta taxa da população com 15 ou mais anos que somente tem o ensino básico, 68%; ...

Deputado José San-Bento (PS): Vamos avaliar os vossos critérios!

O Orador: ... sabemos que esta é a Região que tem a mais alta incidência do rendimento social de inserção que abrange 7,4% da população quando a média do País se fica pelos 2%, portanto temos uma incidência do rendimento social de inserção quase quatro vezes superior àquilo que se passa na média do País e temos aquele indicador que o PS nunca gosta de ouvir falar que é termos mais de 70% das famílias com rendimentos familiares inferiores a 530 euros.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: No entanto tivemos uma Região ao longo dos últimos 15 a 16 anos ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... que recebeu mais de 8 a 9 mil milhões de euros e no entanto não fez repercutir os efeitos que recebeu do exterior da União Europeia e do orçamento de Estado e não foi capaz de repercutir isso na qualidade de vida das pessoas.

Deixa também responsabilidades para as gerações futuros dos açorianos mais de 2,5 mil milhões de euros para as gerações futuras pagarem aquilo de que nós estamos a usufruir.

Portanto, tal como disse a Sra. Deputada Ana Espínola é esta a Região que nós temos 20 anos depois. Os açorianos, naturalmente, dentro de pouco mais de um mês saberão com a sua inteligência avaliar o que é que querem fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Aí concordamos consigo!

O Orador: Da parte do PSD/Açores nós estamos tranquilos e aguardaremos aquilo que se vai passar no dia 16 de outubro, estamos confiantes e é assim a democracia.

Mais uma vez, Sra. Deputada Ana Espínola muitas felicidades e obrigado por este último testemunho que aqui nos deixou.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem agora a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Sra. Deputada, queria em primeiro lugar deixar aqui um testemunho pessoal e político, uma vez que nós trabalhamos na mesma Comissão, Comissão de Política Geral, pelo seu empenho e a determinação com que sempre trabalhou e sempre defendeu as suas causas, muitas vezes discordando de nós, como é natural, a democracia é isso, mas de facto foi um elemento de grande préstimo na Comissão de Política Geral e eu queria deixar aqui esse testemunho e o PS, obviamente, deseja-lhe as maiores felicidades pessoais no seu futuro.

Sra. Deputada, eu não quero repetir muito em relação àquilo que ainda no último Plenário aqui referi, mas nós discordamos totalmente da avaliação que faz sobre os malefícios da maioria absoluta do PS. Esta é uma maioria absoluta positiva, reformista e dialogante e que nos últimos quatro anos assumiu um carácter essencial de ser também uma maioria anti austeridade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que o senhor consegue dizer isso sem se rir!?

O Orador: Sr. Deputado, o seu Governo na República cortava e nós aqui nos Açores anulávamos ou compensávamos esses cortes. Esta é que é a verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fale do Sócrates, do Ferro Rodrigues e companhia limitada!

O Orador: Também queria dizer que é por isso Sra. Deputada que nós estamos convictos que no caso dos Açores, no caso das maiorias absolutas do PS nos Açores há muito mais vantagens do que desvantagens nessas maiorias e é por isso que o povo nos tem dado também essa confiança.

Queria também dizer, Sra. Deputada, que nós não concordamos com a avaliação que faz sobre o mandato desta legislatura.

A Sra. Secretária dos Assuntos Parlamentares já teve oportunidade de debater o essencial dessa avaliação. Eu queria deixar aqui uma nota sobre aquilo que o PS tem feito em política de coesão, coesão territorial com inúmeras infraestruturas, coesão social com serviços e infraestruturas em enormes valências e também a coesão económica que tem envolvido todas as ilhas dos Açores.

Nós continuaremos a desenvolver essas políticas, apesar de muitas vezes as más políticas nacionais terem afetado as boas políticas regionais, mas continuaremos certamente neste caminho. Obviamente que nem tudo está bem, nem tudo está feito, nós reconhecemos que há assimetrias nos Açores que são incompatíveis com o desenvolvimento que o PS deseja, mas se me permite esta é até uma justificação para nós voltarmos a pedir a confiança dos açorianos. Nós já fizemos muito, aquilo que falta fazer é menos do que já está feito, mas nós temos que continuar esse percurso de recuperação e de desenvolvimento dos nossos Açores, para isso eu deixava uma última nota, Sra. Deputada e para isso eu recorria-me do critério de avaliação quer do CDS, quer do PSD, por exemplo, quando nós aqui debatemos o Orçamento para 2015.

O PSD na altura fez uma viragem, depois de dois anos a abster-se nesses documentos passou a votar contra e as justificações eram, entre outras: o desemprego era um descalabro total, o turismo era uma razia que ia levar à falência de todos os empresários pelos Açores fora e também ao nível dos transportes tínhamos inúmeros problemas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Exagero!

Deputado Berto Messias (PS): Basta ler as vossas intervenções!

O Orador: Sr. Deputado, não é exagero, lamento dizer! Não é exagero, nem sequer antes, nas vossas declarações, antes do debate parlamentar, como no próprio debate parlamentar. Hoje o que é que nós assistimos? O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar já disse em aparte: no turismo, Sra. Deputada, record absoluto em 2016 em todos os três principais indicadores; transportes, uma verdadeira revolução ao nível dos transportes aéreos, marítimos nos Açores; ao nível do desemprego, Sra. Deputada, basta dizer isso, o mais baixo desemprego nos últimos 5 anos.

Portanto, utilizando os próprios critérios da oposição é este o balanço que nós temos para apresentar aos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Nós vencemos! Nós conseguimos com a ajuda dos empresários, dos açorianos e é este o nosso património e que nós, sem qualquer complexo e com enorme orgulho, iremos apresentar aos açorianos, e repito, segundo os vossos próprios critérios de avaliação, é um percurso de sucesso inegável.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, sei bem que não tenho tempo já regimental para intervir neste ponto, mas se me permite gostaria de desejar à Deputada Ana Espínola as maiores felicidades na sua vida futura, havemos, com certeza, de nos encontrar por aí e dizer-lhe que respeito muito o seu trabalho, o seu contributo e a sua presença neste Parlamento e espero, quem sabe, revê-la noutra altura.

Muito obrigada.

O Orador: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Para encerrar a declaração política tem novamente a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer todas as palavras dirigidas pelas diversas bancadas à minha pessoa.

Uma vez que estamos em fim de Legislatura queria também aproveitar para dizer que foi uma honra poder partilhar com todos vós estes últimos 3 anos. Aprendi imenso com todos vós! Com os colegas de Comissão de Política Geral, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Inquérito! Com todos vós aprendi imenso! Mas sobretudo aprendi imenso com o Grupo Parlamentar do CDS-PP, a quem reconheço e agradeço o apoio incondicional, a amizade e sobretudo a capacidade de trabalho na apresentação de iniciativas, sempre com o objetivo de melhorar a vida dos açorianos e na defesa intransigente dos açorianos.

A política é isso mesmo, assim o entendo, como uma missão, uma missão de encontrar as melhores soluções para as dificuldades daqueles que em nós depositaram a confiança e que nos tornaram pelo seu voto os representantes das suas preocupações.

Este é o lado nobre da política, a procura incessante pelo bem comum e foi com esse espírito de missão que eu aqui entrei e tentei dar o meu melhor.

Como já referi ali da tribuna, reconhecemos a evolução registada, mas existem setores estruturais que não se compadecem nem com medidas, nem com políticas cujo prazo temporal seja apenas de quatro anos ou com vista ao próximo momento eleitoral.

Por isso apelo, apelo aos próximos eleitos que vierem a constituir este Parlamento, alguns deles serão repetentes, outros serão novatos, mas que se sentem, encontrem consensos porque mais que do que as tricas políticas, importa encontrar consensos e estabilidade em áreas tão importantes como a saúde, como a educação, como as pescas, como a agricultura, isto para que não passem mais 40 anos de autonomia e se continuem com os mesmos problemas estruturais.

Quanto aos programas de emprego, Sra. Secretária, eles são apenas a maior evidência de que o Governo Regional não foi capaz de gerar as condições de estabilidade na economia que a iniciativa privada necessitava também para conseguir geral empregos, estável e duradoura que absorvessem os desempregados desta Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, PPM e CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PPM e CDS-PP)

A Oradora: Sra. Secretária, não sou eu que quero o Plano Integrado das Fajãs, foi esta Assembleia que o aprovou por unanimidade e que o seu Governo não implementou.

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Deputado Francisco César (PS): Não é assim que se faz!

Deputado Luís Garcia (PSD): Que desagradável! Até nestas situações!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Peço aos líderes parlamentares e à Sra. Secretária Regional o favor de se abeirarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, considerando o nosso horário, vamos encerrar os trabalhos.

Regressamos às 15 horas com a agenda.

Eram 12 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então entrar na Agenda, estamos no debate do ponto 8.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes para a intervenção no debate.

Secretário: Governo Regional – 4 minutos:

PS – 15 minutos e 35 segundos;

PSD – 11 minutos e 5 segundos;

CDS-PP, já não tem tempo;

BE – 10 minutos;

PCP, também já não tem tempo;

PPM – 2 minutos e 5 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então abrir novamente as inscrições para o debate, uma vez que de momento a Mesa não tem nenhuma.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Na sessão de ontem à tarde, o Deputado Paulo Estêvão referiu que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, terá ou poderia vir a ter uma concretização difícil em todas as nossas ilhas, sobretudo nas ilhas mais periféricas dado o elevado teor das suas exigências.

O Deputado Paulo Estêvão referiu que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, é uma proposta que uma vez aprovada, coloca um sem número de problemas a empresários, eventualmente aos próprios profissionais.

Bem, isto não é verdade!

Antes demais porque ao longo dos anos nos ginásios e nas instituições afins e por incentivo do Governo tem-se avançado e tem-se avançado muito na formação dos profissionais.

Mais, nem todos estes profissionais precisarão de fazer uma licenciatura de raiz, somente aqueles que vierem a ser diretores técnicos, os demais podem

simplesmente seguir uma outra formação disponível no âmbito do sistema nacional de qualificações.

Agora, a propósito da alínea f), do n.º 3, do art.º 1.º, todos os cidadãos que desenvolvam uma atividade física em ginásios ou instituições afins, estão subordinados à alçada do regime que agora se propõe.

Não é possível que um qualquer cidadão, num qualquer ginásio, ou afim, definido nos números 1 e 2 do art.º 1.º, obtenha dispensa do acompanhamento técnico especializado. É a própria Lei de Bases da Atividade Física e Desportiva, a n.º 5/2007, citada no preâmbulo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o impõe ao determinar que as obrigações das entidades prestadoras de serviços desportivos abrangem as entidades que exploram as instalações desportivas.

Mas no propósito de tudo esclarecer com a humildade que fica bem na política, não deixará mesmo assim o PS, em consonância com o Governo, de introduzir as alterações e os melhoramentos tidos por mais adequados à clarificação da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Quanto ao Sr. Deputado Cláudio Almeida, neste caso em particular, eu tenho a impressão que o Sr. Deputado tinha muito pouco a dizer, ou praticamente nada a dizer, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olha quem fala!

O Orador: ... quase que absolutamente nada, mas como ouviu outros falarem sentiu-se talvez relativamente diminuído e então resolveu falar e perguntar, mas mesmo assim não perguntou grande coisa, mas mesmo assim eu vou responder, pelo menos tentar responder.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Terminou já, Sra. Presidente.

Eu não sou nenhum dicionário ambulante, cheio de significados; eu não sou nenhuma enciclopédia ambulante cheia de definições ou caracterizações, mas

sempre direi que as atividades físicas, desportivas são atividades que promovem o benefício físico para os indivíduos à margem da atividade competitiva formal. Isto toda a gente sabe.

Deputado Graça Silveira (CDS-PP): Não sabia, mas agora já sei!

O Orador: As atividades físicas desportivas, é aquilo que fica para além do desporto federado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, eu diria que quem não disse nada ontem foi o Sr. Secretário, até por que a prova disto é que o senhor andou a insistir numa determinada solução, não digo solução, mas digo interpretação deste artigo n.º 1 e o que é certo é que a interpretação que o senhor tinha ontem já não é a interpretação que o senhor tem hoje.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): É a mesma!

O Orador: O senhor deu uma cambalhota invertida de ontem para hoje, talvez durante o Comício ontem do PS, o senhor tenha repensado ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Não estive lá!

O Orador: ... e tenha tido uma ideia daquilo que pretendia sobre este diploma e a prova disto é mais uma proposta de alteração trazida aqui pelo PS hoje, ou seja ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Esclarece o que lá existe, o essencial!

O Orador: Não esclarece. O que está aqui, o que está nessa proposta de alteração do PS é completamente diferente daquilo que estava ontem apresentado no diploma.

Por que é que não manteve a de ontem, se não é diferente?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Bem podia manter!

O Orador: Então digamos que de facto efetivamente o Governo deu uma cambalhota de ontem para hoje completamente diferente...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): É a mesma! Esclarecida!

O Orador: ... eu diria mais, com tantos técnicos que o senhor tem na sua secretarias, tanta gente especialista em desporto, eu sei que a sua formação é mais na área da cultura ...

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): E a sua é do desporto!

O Orador: ... e agora durante esses 4 anos sempre aprendeu alguma coisa a mais sobre educação, compreendo, tudo bem, mas o que é facto é que na área do desporto ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Dois!

O Orador: Não, aprendeu durante estes quatro anos com os erros do seu anterior e com os seus erros agora durante estes dois anos.

Portanto, eu diria que efetivamente foi uma cambalhota que o PS deu porque ontem veio dizer aqui claramente e explicar o que este artigo dizia num determinado sentido e hoje já muda o sentido do artigo, e bem, e bem, ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Não muda, não!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não percebeu nada!

O Orador: ... para que as coisas fiquem esclarecidas, e bem, que o PS apresenta esta proposta de alteração.

Sendo desta forma o PSD votará com certeza favoravelmente esta proposta de alteração, à proposta que o PS apresentou ontem, de alteração também, ou seja o PS apresentou 3 propostas de alteração ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Fez mais que o PSD!

O Orador: ... a um diploma trazido pelo Governo Regional...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): É o espírito democrático!

O Orador: ... digamos que o PS retalhou completamente o diploma do Governo Regional.

Nós compreendemos, compreendemos que este diploma, a ideia do diploma, compreendemos que efetivamente este diploma vem dar aos ginásios alguma formação e disciplina para que os ginásios possam exercer com condições a sua atividade...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Ainda bem!

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Ainda bem!

O Orador: ... e sendo assim desta forma, como é óbvio, vamos aprovar o diploma efetivamente com essas alterações que foram apresentadas pelo PS.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos passar então à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, uma abstenção do BE, uma abstenção do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Não havendo inscrições vou colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao art.º 1.º, nomeadamente à alínea f), do n.º 3.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Julgo que não tenho tempo.

Presidente: Dê-me só um segundo que eu já confirmo.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para o Grupo Parlamentar do PS relativamente á alínea f), o PCP retira a sua proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sendo assim coloco apenas à votação a proposta de alteração para esta mesma alínea, do CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do PS a esta mesma alínea.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP, uma abstenção do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea h) do n.º 3, deste artigo primeiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Fica prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo CDS a esta mesma alínea, por isso passamos então à votação do art.º 1.º, com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e um voto contra do PPM.

Presidente: Coloco à câmara a possibilidade de votarmos do art.º 2.º ao 9.º, em conjunto.

Sr. Deputado Artur Lima, se quiser fazer o favor de informar os artigos que quer votar em separado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, se pudesse ser do 2.º ao 7.º.

Presidente: Voto em conjunto do 2.º ao 7.º.

Está então à votação este conjunto de artigos do 2.º ao 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra, faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Art.º 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao art.º 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Pergunto à câmara se posso votar em conjunto até ao art.º 32.º?

Do 10.º ao 32.º.

Pode ser? Não?

Então vai ser artigo a artigo.

Está então à votação o art.º 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Art.º11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE, 3 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Art.º 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A partir de agora pode ser tudo em conjunto.

Presidente: Pode ser em conjunto? Então irei votar em conjunto até ao 32.º, portanto do 13.º ao 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 33.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Coloco à câmara a possibilidade de votar em conjunto os restantes quatro artigos deste diploma.

Julgo não haver oposição. Estão então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Regressamos então às 15 horas e 55 minutos.

Eram 15 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 02 minutos.

Entramos agora no ponto 9 da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/X – “Condiciona o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Janeiro de 1978, foi aprovado pela UNESCO - ONU a Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Nesta Declaração, nos seus mais diversos artigos, nomeadamente, no artigo 3.º pode ler-se o seguinte: "Nenhum animal será submetido a maus tratos e atos cruéis".

Esta Declaração foi o corolário, de um processo de cada vez maior consciencialização e preocupação a nível mundial sobre a problemática da vida animal, mas foi também o catalisador de novos debates e progressos legislativos por todo o mundo em defesa dos animais.

Em Portugal, a Lei 92/95 de 12 de Setembro de "Proteção dos Animais" estabelece: "São proibidas todas as violências injustificadas contra animais". Apesar do princípio acima afirmado, a mesma Lei, determina para as touradas um regime de exceção.

É hoje ampla e inquestionavelmente reconhecido pela ciência, que tal como muitos outros animais os touros são animais sencientes. Desta forma, os espetáculos como as touradas implicam a imposição de sofrimento aos mesmos.

É ainda verdade, que cada vez mais Estudos apontam que as touradas parecem causar um impacto emocional negativo em quem assiste, com especial incidência nos níveis de agressividade e ansiedade das crianças.

Com base nestas premissas países como a Argentina, Canadá, Cuba, Dinamarca, Alemanha, Itália, Holanda, Nova Zelândia ou Reino Unido, entre outros, proibiram a realização de touradas.

Mesmo em Espanha, as ilhas turísticas das Canárias, proibiram as touradas em 1991 e a Catalunha fez o mesmo em 2012, para além de muitas outras cidades na Galiza, País Basco e outras Regiões do Estado Espanhol.

Apesar da controvérsia de que este assunto é alvo em Portugal e particularmente na Região Autónoma dos Açores, a quem tem o poder de decisão política exige-se que faça escolhas.

A escolha da modernidade terá de ser a escolha de uma sociedade com padrões éticos elevados que não aceita que a exibição do sofrimento animal seja um divertimento.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda/Açores, considera que a realização de espetáculos com animais que impliquem o seu sofrimento físico ou psíquico não pode ser alvo de apoio institucional.

Por isso no Projeto de Decreto Legislativo Regional que apresentou nesta Casa, permitam-me realçar o art.º 1.º, com o objeto deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, que diz o seguinte: “O presente Decreto Legislativo Regional condiciona o apoio institucional ou a cedência de recursos públicos para a realização de espetáculos com animais à não existência de atos que inflijam sofrimento físico ou psíquico, lesionem ou provoquem a morte do animal”.

No seu art.º 2.º, sob a epígrafe “Âmbito de aplicação”, o nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional diz o seguinte: “O presente Decreto Legislativo Regional aplica-se a todos os espetáculos com fins comerciais, repito, com fins comerciais, desportivos ou beneméritos, em que estejam envolvidos animais”.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me só um esclarecimento desnecessário, obviamente, mas que faço questão de fazer de acordo com os dicionários de língua portuguesa, nomeadamente o dicionário Priberam, que é um dos mais comuns e frequentes na net, comercial, entre outros significados, quer dizer o seguinte: criado para ser vendido e que gera lucro.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na lei portuguesa de proteção dos animais, Lei 92, de 95, de 12 de setembro, ou na sua versão mais recente Lei 69/2014 de 29 de agosto, podemos ler no ponto 1 do seu art.º 1.º que: “são proibidas todas as violências injustificadas contra animais, considerando-se como tais os atos consistentes em, sem necessidade, se infligir a morte o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões de um animal”.

A alínea b), do ponto 3 do mesmo artigo refere: “ser proibido utilizar chicotes com nós, agulhões com mais de 5 milímetros ou outros instrumentos perfurantes na condução de animais, com exceção de os usados na arte equestre e nas touradas autorizadas por lei”.

Esta é a lei em vigor no todo nacional e por isso é a lei em vigor na Região, com a qual o PSD está inteiramente de acordo.

Ora, se as práticas são proibidas não se podem realizar e se não se podem realizar, logo, também não se podem apoiar. Não faz sentido apoiar um espetáculo ou um qualquer evento que não se possa realizar.

Portanto, eu poderia até terminar aqui a minha intervenção, vou, no entanto, continuar porque há alguns aspetos que me parecem importantes clarificar.

O Projeto de Decreto Lei em apreço, seguiu a tramitação normal tendo sido apreciado em sede de Comissão dos Assuntos Sociais, onde foram feitas audições e pedidos pareceres.

Neste âmbito foi ouvido o Sr. Secretário da Educação e Cultura, que informou a Comissão daquilo que já é do conhecimento geral.

A Direção Regional da Cultura não apoia espetáculos com animais nomeadamente touradas de praça, para nos referirmos aos espetáculos constantes no preâmbulo do documento ou aos circos conforme foi referido pelo líder do BE, aquando da apresentação que fez da iniciativa.

Ora, a Assembleia Regional não tem competência para legislar sobre essas situações, sobre esses apoios que são dados pelas autarquias e não pelo Governo Regional.

Por se tratar do poder local, de princípios da autonomia local plasmados na Constituição da República Portuguesa.

Consideramos que o Projeto de DLR não se aplica no momento atual porque não há apoio institucional para a realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais.

O PSD não pode, portanto, dar um voto favorável à iniciativa por várias razões: Primeira, porque a situação de apoio a espetáculos com animais não se verifica conforme já referi;

Segunda, porque não se realizam nos Açores espetáculos que provoquem a morte de animais, realizam-se noutros locais do País, em regime de exceção por se tratar de uma tradição, mas nos Açores isso não acontece;

Terceira, porque entendemos que o condicionamento, o corte ou o fim dos apoios institucionais, não fazem cessar o sofrimento físico ou psíquico dos animais;

Quarta e última razão, porque se o sofrimento físico já é difícil de avaliar, o sofrimento psíquico do animal não é mensurável, o que dificulta a definição de espetáculos que causem este tipo de sofrimento (se são feiras, concursos, exposições caninas, caça desportiva, columbofilia, hipismo, cortejos etnográficos, ou outros).

O diploma é omissivo nesta matéria, não clarifica, portanto nós não podemos avaliar uma coisa que é omissiva no diploma.

Pelo já exposto, o PSD entende que o diploma enferma de incongruências e inconsistências, não tendo por isso razão de ser. Não podemos votá-lo favoravelmente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Meneses, tem a palavra.

Deputado Nuno Meneses (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Drs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo, em relação ao projeto de DLR agora em debate, por fazer uma breve referência àquela que foi a minha perceção tida aquando da primeira perceção, tida aquando da leitura deste projeto de DLR:

- Da análise do seu conteúdo nomeadamente do seu preâmbulo, quando lemos a sua parte introdutória parece-nos com certeza que o diploma irá recair sobre as touradas;

- No entanto, quando se entra no seu articulado, dissipa-se essa certeza e fica-se com a sensação de que o pretendido é que se deixe de apoiar os espetáculos onde participem animais e de forma, talvez, propositada gerar a confusão sobre quais os espetáculos que eventualmente poderiam caber no proposto artigo 3.º do referido Projeto de DLR.

Percebe-se sim que o objetivo do Projeto de DLR é mais alargado. Abrange um leque mais amplo de espetáculos que envolvam animais:

Ora, quando se fala em sofrimento físico ou psíquico, quererá a proponente referir-se exatamente a quê? E é essa a nossa dificuldade. Refere-se:

- às cavalcadas na Ribeira Grande;

- aos cortejos etnográficos;

- aos bodos de leite que incorporam também animais;

- aos cortejos de Espírito Santo;

- enfim, será que as touradas à corda cabem neste artigo, são só as touradas de praça?

Esta é uma dúvida que nos fica também.

Enfim, a forma sucinta como se apresenta o articulado deste projeto de DLR, leva a que, na minha opinião, se peque por defeito, e volto a reforçar, não sei se propositadamente ou não, mas o que é certo é que no geral esta proposta parece-me no mínimo pouco clara.

Se assim for, entendo que quando se tenta recriar o estilo de vida dos nossos antepassados e quando se tenta perpetuar a cultura e as raízes de um povo, quando se organizam eventos onde se pretende demonstrar aos mais novos as nossas origens e aos que nos visitam, penso que se pode afirmar que isso é também cultura.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por outro lado:

É certo que a nível nacional tem havido de algum tempo a esta parte um conjunto de iniciativas legislativas anti touradas que deram entrada na assembleia da república. Foram propostas para vedar o acesso dos menores às touradas, as transmissões televisivas e mais recentemente também os apoios públicos à tauromaquia.

Confesso que me causou alguma estranheza o aparecimento deste projeto de DLR por parte do BE, visto que o Governo Regional não apoiou nesta legislatura diretamente nenhum espetáculo tauromáquico.

Mas depois de fazer alguma revista de imprensa percebi que na quinta-feira, 16 de março de 2016, o Movimento Cívico Abolicionista da Tauromaquia nos Açores criticou o apoio do Governo Regional à realização de um fórum taurino considerando que o evento é “vergonhoso para os Açores” e pode afetar o desenvolvimento turístico do arquipélago. Saiu no Açoriano Oriental esta notícia da Lusa.

Como o diploma do BE entra a 01 de abril, percebi o que eventualmente pudesse estar na origem de tal iniciativa.

E deduzi não sei se de forma abusiva ou não que a posição do BE não será só contra as touradas, mas pior do que isso, na minha opinião, não acha sequer que se deva apoiar ao abrigo do **regime jurídico de apoios a atividades culturais** iniciativas que promovam o debate sobre algo que está tão entranhado na cultura das nossas gentes como os touros e as touradas.

Entendo que este é um diploma que não é claro e que me parece que propositadamente procura induzir e levantar a dúvida.

Portanto o que acho que seria importante clarificar por parte do BE é efetivamente o que acha que não devemos então apoiar:

- touradas de praça;
- touradas à corda;
- cortejos etnográficos e bodos de leite;
- as cavalhadas;
- ou só os fóruns taurinos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A posição do PCP relativamente à questão dos maus tratos dos animais é por demais conhecida e relativamente a algum tipo de espetáculos também o é, aliás lembro que aquando da discussão de um regulamento dos espetáculos tauromáquicos, em praça, que apresentámos aqui uma proposta para a proibição de entrada a menores de 16 anos, a esse regulamento acabámos por ficar sozinhos exatamente nessa iniciativa, votando todas as bancadas contra essa proibição.

Portanto, é conhecida, aliás recentemente tivemos aqui uma iniciativa que visou e foi aprovada para proibição do abate dos animais, depois desvirtuada por uma proposta de alteração do PS que prolonga a sua execução por seis anos.

Mas relativamente a este diploma sobram-nos aqui algumas dúvidas pelo seguinte:

Por exemplo no art.º 2.º, o âmbito de aplicação diz que “o presente Decreto Legislativo Regional aplica-se a todos os espetáculos com fins comerciais, desportivos ou beneméritos em que estejam envolvidos animais”.

Bem, isto é tão vasto que certamente as touradas à corda estão incluídas aqui também e eu gostaria de perceber se efetivamente as touradas à corda também aqui estão incluídas no âmbito deste diploma do BE.

Mas tenho aqui uma outra questão que pode parecer somenos importância, mas que para o PCP é muito importante até porque tem a ver com a independência de poderes e que no ponto 2, do art.º 3.º: “considera-se apoio institucional a atribuição de qualquer subsídio ou a criação ou aplicação de qualquer isenção ou taxa de licença a que o evento seja sujeito”.

Pressuponho que aqui esteja incluído as taxas ou isenções que os municípios possam eventualmente criar ou atribuir à realização de espetáculos que envolvem animais.

Isto deixa-me aqui um problema complicado, até formal e que tem a ver com o seguinte: o PCP como é sabido tem um profundo respeito pela independência dos poderes, designadamente pelo poder local. Por outro lado tenho algumas dúvidas que através de Decreto legislativo Regional, seja possível, digamos, a proibição que os municípios possam exercer a este tipo de competências, aliás a Deputada Judite Parreira já colocou também, penso eu, esta questão, mas eu quero reforçá-la porque efetivamente parece-me que há aqui dois aspetos, para além doutros, porque acaba por ser efetivamente muito vago mas que se dirige

essencialmente à questão das touradas, há aqui duas questões que me parecem fundamentais:

Primeiro é que era preciso clarificar e o PCP sem dúvida nenhuma votaria favoravelmente se se tratasse de touradas de praça, não tínhamos a menor dúvida, mas ficamos aqui com a ideia de que isto também pretende atingir as touradas à corda e as touradas à corda são de facto uma apropriação popular, enfim, da festa dos touros, portanto é significativamente diferente e não é claro que se inflija sofrimento ao touro.

Por outro tem a questão dos municípios que tenho dúvidas sobre a competência desta Assembleia para legislar e proibir que os municípios possam atribuir apoios através da isenção de taxas ou outra qualquer forma, a espetáculos que envolvam animais designadamente as touradas à corda.

Aguardo os esclarecimentos da Sra. Deputada Zuraida Soares e eventualmente até algumas propostas de alteração que eventualmente queira fazer ao seu diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Para não deixar avolumar as questões às quais as Sras. e os Srs. Deputados solicitam o meu esclarecimento, vou desde já aproveitar esta segunda intervenção para começar a fazer esses mesmos esclarecimentos.

Perguntam-me a que é que se refere, o que é que quer dizer esta iniciativa legislativa quando fala em sofrimento físico e psíquico, uma pergunta que está a ser feita.

A minha resposta só pode ser a seguinte: se as Sras. e os Srs. Deputados não sabem o que é que quer dizer sofrimento físico e psíquico, bom eu não posso

fazer nada, mas eu penso que já têm idade suficiente para conhecerem o significado, quer de uma coisa, quer de outra coisa.

Portanto nem acho que seja pergunta que se faça, nem acho que seja resposta que se dê na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Perguntam-me também, uma das perguntas que foi feita, se as touradas à corda estão implicadas neste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Sras. e Srs. Deputados, façam um exercício comigo simples, que é soletrar, Sras. e Srs. Deputados, o artigo 2.º, que é o “âmbito de aplicação”, soletremos, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: “O presente Decreto Legislativo Regional ...

Deputado Francisco César (PS): Isso não é soletrar!

A Oradora: ... aplica-se a todos os espetáculos com fins comerciais, desportivos ou beneméritos, em que estejam envolvidos animais”. Fim de soletração.

O que é que então quererá isto dizer, Sras. e Srs. Deputados, eu explico: é que a tourada à corda não é nem um espetáculo com fins comerciais, porque não tem venda de bilhetes, nem de procura ao lucro; não é um espetáculo desportivo e também não é um espetáculo benemérito.

Deputado André Bradford (PS): Mas para que é esse ar sarcástico!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Os espetáculos, ...

Oh, Srs. Deputados, se me pedem esclarecimentos eu dou, se não os querem ouvir eu sento-me. Pediram esclarecimentos eu estou a dar.

Há espetáculos com fins desportivos que cobram bilhetes; há espetáculos com fins beneméritos, ainda não há muito tempo tivemos um exemplo na nossa

Região, com a Liga da luta contra o cancro, que exatamente haveria um espetáculo benemérito mas benemérito como? Pagando os bilhetes em que os bilhetes e o lucro iria para onde? Para a Liga de apoio às pessoas cancerosas.

Isto é um espetáculo benemérito com fins comerciais e há espetáculos desportivos com fins comerciais.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é com fins comerciais!

A Oradora: Resumindo, Sras. e Srs. Deputados, venda de bilhetes, procura de lucro.

Isto responde às acusações das Sras. e Srs. Deputados que esta iniciativa legislativa é omissa, confusa e não explica o que é o sofrimento.

Volto a repetir, Sras. e Srs. Deputados, já não têm idade para precisarem dessa explicação.

Continuemos: em sede de Comissão o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, vou citá-lo, disse o seguinte: “Não apoiamos diretamente espetáculos tauromáquicos, apenas a um nível muitas vezes residual de algumas publicações e colóquios sobre matéria tauromáquica”, fim de citação.

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, por favor peço-lhe que ponha o dedo no ar quando eu cometer algum erro.

“Associação Regional de criadores de touros, da tourada à corda e TTT, Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande instituição!

A Oradora: Por Portaria, no dia 6 de janeiro de 2004, foi atribuído à Associação Regional, 50 000 euros, já era Governo o PS;

Por Portaria, no ano de 2004, em setembro, foi atribuído à mesma Associação Regional, 35 000 euros;

Por Portaria, em dezembro de 2005, foi atribuído à mesma Associação Regional, 66 000 euros;

Por Portaria, em julho de 2008, foi atribuído à mesma Associação, 109 000 contos, 448 euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora sabe para quê!

A Oradora: Por Portaria, no ano de 2005, foi atribuído à TTT, 50 000 euros;

Por Portaria, no ano de 2008, foi atribuído à Tertúlia Tauromáquica, 7 500 euros;

Por Portaria, em junho de 2009, foi atribuído à Associação Regional, 69 850 euros.

Deputado André Bradford (PS): É contra as touradas! A gente já percebeu!

A Oradora: Ainda não o vi pôr o dedo no ar, Sr. Secretário Regional, o que quer dizer que não vou continuar com a leitura deste elenco, mas não estou a dizer nenhuma mentira.

Deputado André Bradford (PS): Quer acabar com os apoios à tauromaquia. Diga!

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Eu espero Sra. Presidente, que estas interrupções não sejam retiradas do meu tempo.

Presidente: A Mesa tem sempre isso em consideração, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada.

Disse ainda o Sr. Secretário Regional, em sede de audição em Comissão o seguinte, e cito: “A regulamentação regional a favor do touro e o respeito do povo pelo touro, garantem civilidade na relação entre o homem e o animal”.

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura: civilidade! É isto que o senhor chama civilidade na relação entre o animal e o homem?

(Mostra uma foto à câmara)

Isto é civilidade?

Sras. e Srs. Deputados, está aqui a civilidade|.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é em Espanha!

A Oradora: Não é, não!

Quer mais civilidade?

Quer mais civilidade, Sr. Secretário Regional: sorte de varas em Angra, em 2012. Sorte de varas que os senhores souberam que foi feita. O BE denunciou-a nesta casa.

Várias iniciativas, vários cidadãos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga qual é praça?

A Oradora: Sra. Presidente, posso continuar?

Vários cidadãos e cidadãs desta Região dirigiram-se diretamente ao Governo Regional denunciando com fotos esta ilegalidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a praça!

A Oradora: O BE fê-lo aqui! Isto é sorte de varas!

O Governo Regional não fez coisa nenhuma, assobiou para o lado.

Isto é civilidade, Sr. Secretário Regional? Esta é a civilidade entre o animal e o homem?

Vamos continuar com a civilidade. Este espetáculo é civilidade também?

Sr. Secretário Regional, eu não vou ter que explicar aos Deputados e às Deputadas desta Casa o que quer dizer sofrimento físico e psíquico, mas pelos vistos tenho que explicar ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura o que é que quer dizer civilidade, porque isto que aqui está é tudo menos civilidade. Isto é desumanidade, animalidade e é inqualificável para uma Região moderna, progressista e que se vende como verde e de natureza intacta.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é a sua opinião, Sra. Deputada!

A Oradora: Para já ficava-me por aqui.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): O Sr. Secretário pronunciou-se em sede de Comissão! Era o que faltava que não pudesse agora referi-lo!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Posso falar, Sra. Deputada Zuraída Soares?

Deputada Zuraída Soares (BE): Está incomodado, Sr. Deputado! Até que enfim!

O Orador: Estou!

Deputada Zuraída Soares (BE): Finalmente! O prazer me dá, Sr. Deputado!

O Orador: Ah, eu gosto sempre de lhe dar prazer, sra. Deputada!

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo soletrar da Sra. Deputada Zuraída Soares e vou lembrar-lhe o que ela aqui disse ontem e que dizia o Sr. Presidente Francisco Coelho, quando era Presidente: “Isto não é uma creche e eu não sou o mestre de escola”, portanto Sra. Deputada nós dispensamos as suas lições de soletramento.

Agora, o que aqui se trata, duas folhinhas ...

(O Orador mostra duas folhas à câmara)

... isto é uma hipocrisia em 3 páginas, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não tem desenhos as suas folhas!

O Orador: ... é o que a Sra. Deputada do BE traz aqui e um medo atroz que o PAN lhe inflija sofrimento e a Sra. Deputada vem aqui atacar o partido

“Pessoas, Animais e Natureza”, é o que a Sra. Deputada vem aqui fazer para se proteger do sofrimento psíquico ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E eleitoral!

O Orador: ... e eleitoral que o PAN lhe pode fazer.

Sra. Deputada, a prova absoluta que isto é única e exclusivamente contra as touradas, é em primeiro lugar as fotos que a senhora trouxe aqui, não trouxe mais nenhum animal, só touros.

Segunda prova inequívoca: no preâmbulo aqui desta hipocrisia em três atos, a senhora escreve: “É hoje ampla e inquestionavelmente reconhecido pela ciência (não sei onde), que tal como muitos outros animais os touros são animais sencientes”, os touros aqui, os touros na fotografia da Sra. Deputada Zuraída Soares.

Portanto, trata-se aqui de uma iniciativa contra a tradição de um povo, contra as tradições culturais e religiosas de um povo e que neste caso é o povo da Terceira, é o povo de S. Jorge, é o povo da Graciosa. Esta senhora vem aqui contra as tradições, porque as touradas que a Sra. Deputada não sabe, são financiadas pelo povo, as touradas que a Sra. Deputada não sabe, são comerciais, as touradas à corda, porque o povo paga, é comércio, paga ao ganadeiro para levar lá os touros,

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: É comércio, paga! Portanto não está excluído do seu diploma. O que está excluído do seu diploma é a ignorância, que aqui mostra sobre esta matéria. A senhora nunca pôs os pés numa tourada à corda, nem sabe o que é uma tourada à corda e vem aqui ofender as tradições de um povo, que se esforça, que dá do seu bolso, para ter a tourada da festa da sua freguesia, o bodo de leite, a procissão e a tourada e a Sra. Deputada não quer e vem aqui fazer aproveitamento eleitoral, eleitoralista e populista das iniciativas do povo e populares. É o que a senhora quer fazer! A prova apresentou nas suas

fotografias algumas delas falsas que não são tiradas na Terceira e a senhora traz de outra praça qualquer para vir aqui... Mas a senhora aqui neste Parlamento não engana ninguém! Nem na Terceira, nem na Graciosa! Nem nos Açores tão pouco!

Agora, o que fica claro é que o BE é contra a tourada à corda, é contra as tradições populares e é contra a cultura de um povo. Isso é que é a realidade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A tauromaquia é uma prática secular com enraizamento profundo na cultura portuguesa e reconhecida pelo Estado.

É parte integrante do património da cultura popular portuguesa e é composta por diversas expressões, práticas sociais e eventos festivos, reconhecida no Decreto Lei n.º 89/2014 de 11 de junho.

A ilha Terceira adotou a tauromaquia como a mais representativa forma de expressão cultural do seu povo, quer através das touradas de praça, quer através das genuínas touradas à corda que complementam as festas de verão e as festas do culto do Divino Espírito Santo, não há festa que não termine com uma tourada à corda.

Sem a mesma evidência, é certo, chegando mais tarde a outras ilhas como S. Jorge e Graciosa e posteriormente à ilha do Pico e S. Miguel.

Relativamente ao Projeto de DLR em análise, no fundo o que o mesmo pretende é aos poucos acabar com o património cultural dos Açores, a cultura de um povo.

O que está em causa neste Projeto de DLR vai para além dos espetáculos taurinos ou das touradas à corda.

Também estão implícitos os cortejos etnográficos, os desfiles pelo culto do Divino Espírito Santo, os bodos de leite, entre outros.

Aliás basta ler o parecer da APA no seu último parágrafo para percebermos isso mesmo.

(Diálogo entre a Deputada Zuraída Soares, Deputado Artur Lima e Vice-Presidente do Governo Regional)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Toste Parreira está no uso da palavra.

O Orador: Não será demais lembrar que as touradas, quer de praça, quer de corda, para além de serem património cultural e de estarem consagradas e regulamentadas por lei, também representam um impacto financeiro considerável na economia regional, particularmente na Ilha Terceira, sendo os apoios públicos na sua esmagadora maioria atribuídos pelas autarquias locais, câmaras municipais e juntas de freguesia, a festa brava que dê emprego, dinamize a economia da Ilha Terceira e conseqüentemente dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Nunca pensei apoiar o Sr. Deputado, mas hoje quase tudo pode acontecer!

O Orador: Os dinheiros públicos investidos na tauromaquia servem também para isso.

Pela complexidade desta matéria e sem querer ferir a consciência das Sras. e dos Srs. Deputados, fica à vossa consideração.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parece que houve aqui a descoberta da pólvora, que esta iniciativa legislativa, este Projeto de Decreto Legislativo Regional, pretende acabar com os apoios de dinheiros públicos às touradas de praça.

Oh Sras. e Srs. Deputados, não é novidade nenhuma, eu juro que é mesmo essa a intenção! Não tenho a mínima dúvida! Está aqui quem dá a cara por isso! A intenção desta iniciativa legislativa é acabar com o dinheiro de todos os açorianos e açorianas no apoio às touradas de praça. Não tenham a mínima dúvida a esse respeito!

Depois, se os graciosenses, os terceirenses ...

Deputado André Bradford (PS): Porque é que não escreveu isso na proposta!

André Bradford

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os jorgenses!

Deputado Berto Messias (PS): E os picarotos!

A Oradora: Os jorgenses!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Vamos permitir que a sra. Deputada Zuraida Soares possa continuar a sua intervenção.

A Oradora: ... ficarão muito zangados com o BE por causa desta iniciativa?

Sras. e Srs. Deputados, eu gostava de dizer aos jorgenses, graciosenses, terceirenses, dar-lhes apenas uma pequena notícia, entre outras: numa fase da vida deste povo como de uma maneira geral o povo português, em que não há dinheiro para coisa nenhuma, em que a pobreza bate à porta da esmagadora maioria das pessoas, é muito bom ...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Sra. Presidente, eu não vou continuar enquanto não se criarem condições para isso! Eu não faço isto a ninguém, não vou permitir que me façam!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, também para mim se torna difícil estar constantemente a chamar-vos a atenção. Nós não estamos propriamente numa escola, por isso agradeço a todos que moderem os vossos apartes para que as intervenções possam ser audíveis.

Sra. Deputada Zuraida Soares, penso que estão reunidas as condições.

A Oradora: Obrigada, Sra. Presidente.

Então a notícia entre outras que eu gostaria de dar, volto a repetir, aos graciosenses, aos jorgenses, e aos terceirenses é a seguinte: no orçamento da Câmara de Angra do Heroísmo, para o ano de 2014, foram gastos 125 mil euros, repito, 125 mil euros, só numa feira taurina quando durante todo o ano a mesma Câmara só gastou 52 mil euros em ação social.

A pergunta que o BE faz muito diretamente aos graciosenses, aos jorgenses e aos terceirenses, é se na realidade eles preferem que o dinheiro dos seus impostos, vá para isto; que o dinheiro dos seus impostos vá para isso ou vá para apoiar as suas dificuldades?

É essa a pergunta.

Depois, Sras. e srs. Deputados, eu tenho uma má notícia para vos dar:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais uma?

A Oradora: ... o sangue é vermelho em qualquer parte do mundo, diz que há uns que são azuis mas não é verdade. É mentira! Não há azul! É vermelho em todo o lado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o bloco de esquerda!

A Oradora: O sangue que escorre neste animal é o mesmo em qualquer parte do mundo, seja na Terceira, em S. Jorge, na Graciosa ou na Rússia. O sangue é este! Os buracos feitos no animal, são estes! As farpas são estas! E esta imagem é a mesma em qualquer parte do mundo.

Portanto não venham com essa história de que na Terceira os touros morrem devagarinho e de forma anestesiada. Não! É da mesma maneira que morrem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto não é assim!

A Oradora: É assim, Sras. e Srs. Deputados! É para isto que o nosso dinheiro vai e é contra isto que o BE apresenta esta iniciativa e enquanto o povo escolher e decidir que o Bloco estará aqui representado continuará a apresentá-la as vezes que forem necessárias até ela fazer o seu caminho. Disso podem ter a certeza absoluta.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, como todo se devem ter apercebido nós tivemos um pico de luz.

Em termos de áudio e plenário on line está tudo a funcionar de forma normal e a luz aos poucos vai voltar a retomar.

Eu punha à vossa consideração, continuarmos os trabalhos, se entenderem que não tempos condições.

Isto é uma questão de alguns minutos e penso que teremos as condições suficientes de iluminação, sendo que o áudio está ok e a gravação do Plenário está a funcionar normalmente.

Vamos e então continuar?

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A máscara do BE e da Sra. Deputada Zuraida Soares caiu sangrentamente até ao chão, arrancou-lhe a pele, veio até ao chão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Cruzes!

O Oradora: A Sra. Deputada é assim: desde que se pague pode-se matar toiros; desde que se pague pode-se sangrar toiros; desde que se pague ... a questão é dinheiro! A questão é dinheiro para a senhora! Não é a questão do sofrimento para o animal! Se não houver financiamento público, pode-se haver touradas picadas, no Corvo, na Graciosa, em Espanha, na Cochinchina, na Rússia.

O seu problema não é com o sofrimento do animal, é com dinheiro e aí está a hipocrisia em três páginas que a senhora traz aqui e a hipocrisia do BE. Foi o que a senhora aqui disse. A senhora é contra que se use dinheiros públicos, mas não contra o sofrimento dos animais e sobre essa matéria a senhora não dá lições a ninguém e muito menos com quem lida com a festa brava. Muito menos a ignorância que traz aqui sem saber como são tratados os toiros depois de uma tourada de praça na Terceira.

A senhora não sabe porque nunca viu e porque é ignorante nessa matéria e porque quer ser nessa matéria.

Portanto, o que aqui se trata Sra. Deputada é do cúmulo da hipocrisia trazido pelo BE aqui, desde que não haja dinheiros públicos, arraste-se o toiro na rua, espete-se o toiro como quiser, metam lá as farpas que entenderem, o BE concorda com isso tudo.

Já agora, Sra. Deputada, o problema é que quando passa uma lagartixa à sua frente que não lhe fez mal nenhum, a senhora põe-se aqui aos pulos e a pedir para matar a lagartixa. Isso é que é a lagartixa. Isso é que é o problema! E o animalzinho não sofre? A morte da lagartixa não incomoda? Não Sra. Deputada? Não incomoda? A senhora põe-se aí na cadeira: “Matem a lagartixa! Matem o bicho! Matem o bicho!”. O bicho tem direito á vida, é um animal

senciente a lagartixa, Sra. Deputada! Oh a senhora julga que não? Entre os animais sencientes acha que a lagartixa não é um animal senciente? Olhe que é Sra. Deputada! Se lhe cortar o rabo ela sangra e o sangue da lagartixa é vermelho, Sra. Deputada Zuraida Soares! Não sabia? Experimente! Quando mata a lagartixa ela fica a sangrar, a sangrar o sangue vermelho que a senhora diz da Rússia até à estratosfera, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Portanto, a hipocrisia tem limites e o que a senhora traz aqui é a hipocrisia levada acima da estratosfera, a célere espaço mais infinito, Sra. Deputada Zuraida Soraes, por isso o que a senhora traz aqui é populismos com medo o PAN e perder votos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está em grande forma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

Prescinde?

Sendo assim passo a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço à Deputada Zuraida Soares o esforço que fez na leitura do art.º 2.º, face a uma dúvida que eu tenho, mas de facto a dúvida subsiste e parece que não é apenas minha.

De facto, não está claro que as touradas à corda estejam excluídas aqui do âmbito de aplicação.

Portanto não me parece que com esta redação estejam excluídas e como tal se de facto aquilo que pretende é excluir as touradas à corda do âmbito deste diploma, julgo que devia ser mais rigorosa na especificação.

Depois, tem a questão dos municípios e do facto de nós termos de garantir a independência do poder local e estarmos de algumas forma impedidos de

legislar sobre competências que, ou pelo menos algumas das competências que os próprios municípios têm e como tal se V. Exa. no ponto 2, do art.º 3.º, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem razão, Sr. Deputado!

O Orador: ... explicitar que o apoio é apenas do Governo Regional e excluir os municípios, o PCP estará disponível para apoiar a sua proposta, mas é necessário que isto fique perfeitamente claro:

Primeiro, que isto não exclui as touradas à corda; Segundo, que isto não interfere com as competências e com a independência do poder local.

Se assim não for o nosso sentido de voto será contra esta iniciativa do BE.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais: Este é um tema que todos sabemos muito sensível que acende vivas discussões, nem sempre equilibradas de um lado e do outro, convenhamos, como aliás aqui já ficou mais ou menos demonstrado, se por um lado uns evocam a tradição para manutenção de apoios públicos a estes espetáculos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A sua questão também é dinheiro!

A Oradora: ... outros, onde julgo ser evidente que me enquadro evocam o sofrimento animal para o impedimento desses apoios.

Sem que a razão esteja necessariamente de um lado ou do outro, até porque aqui não se trata de todo de ter ou não ter razão, a verdade é que todos nos posicionamos num dos lados do debate e dificilmente chegaremos, por mais argumentos que aqui sejam apresentados, a um talvez desejável, mas muito pouco provável consenso.

Ora, no PS como partido plural e abrangente que é, coexistem saudavelmente essas várias sensibilidades. Uns são mais sensíveis aos argumentos aqui aduzidos pelo BE, e que não irei agora multiplicar, até porque enfim não acrescentaria nada de muito significativo à discussão que, permitam-me o desabafo, na minha opinião já enferma de alguma demagogia de ambos os lados aqui em debate, outros, realmente não se reveem nos fundamentos aqui apresentados nesta posposta de diploma.

O que é facto é que no PS discutimos estes temas, convicta e apaixonadamente, de acordo com questões de consciências ou da identificação ou não com práticas eminentemente culturais, mas encarando sempre estas vivas dissonâncias como absolutamente positivas para o são debate democrático.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que a Sras. Deputada Zuraída Soares, fez uma abordagem absolutamente demagógica e populista deste assunto. Lamento ter que dizê-lo mas é aquilo que eu penso verdadeiramente, por isso digo-lhe com inteira liberdade e respeitando com certeza a sua postura, mas dizendo-lhe que a forma como aborda este assunto e esta temática também não ajuda ninguém, porque o que a Sra. Deputada fez tem de facto uma motivação e a motivação que tem é uma motivação eleitoral.

No último plenário desta Legislatura, V. Exa. traz fotografias, arma um espetáculo aqui nesta Assembleia para que se faça o ruído suficiente no sentido de condicionar o possível crescimento eleitoral de uma força política que lhe pode fazer concorrência. Essa é a sua motivação, Sra. Deputada.

Depois, analisando o conteúdo da legislação é preciso verificar o seguinte: em primeiro lugar, eu não tenho qualquer tipo de dúvida, embora a Sra. Deputada se tenha centrado no mais espetacular naquilo que lhe pode dar maior projeção mediática e maior ruído, a Sra. Deputada sabe perfeitamente que no art.º 3.º “Norma de condicionalidade”, diz o seguinte: “o apoio institucional ou a cedência de recursos por parte de organismos públicos para a realização de espetáculos com animais, fica condicionado pela não existência de dados que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou lesionem”.

A questão aqui definida assim é evidente que afeta por exemplo as touradas à corda. A Sra. Deputada se quer analisar este assunto de forma séria, frontal, com coragem política diz: “Sim senhora! De facto, o espírito do legislador, que sou eu, a leitura que está a fazer é correta, não pode ser outra e quem tiver que aplicar esta legislação, evidentemente não pode fazer outro tipo de interpretação, afeta as touradas” e a senhora teria que ter a coragem de dizer frontalmente “Sim, é verdade!”.

Mas afeta por exemplo também as Cavalhadas de S. Pedro em S. Miguel. Eu não tenho nenhuma dúvida, que os animais que participam nestas festas em S. Miguel, também de acordo com o condicionante que V. Exa. aqui está a definir, ficariam afetados, também lhes provoca stress, evidentemente, também lhes pode infligir dano psíquico, portanto não tenho nenhuma dúvida que as Cavalhadas de S. Pedro, de acordo que quem tem que aplicar esta legislação inclui obviamente também este tipo de eventos.

Portanto, Sra. Deputada, a Sra. Deputada o que apresenta aqui é um exercício de eleitoralismo atroz, absolutamente hipócrita e aproveitando uma questão que é uma questão sensível para muita gente.

Termino esta primeira intervenção para dizer o seguinte também: está na hora de dar luta a este tipo de ideologias, porque este tipo de programas, não acabam de chegar ao contrário do que muita gente possa pensar. O nacional socialismo

na década de 30 aprovou um conjunto de legislação em relação à proteção dos animais que é em tudo igual ou que agora apresenta o PAN e às preocupações do BE, que vinculam diretamente no nacional socialismo e em que nas escolas em que foi credibilizado este tipo de questão, em que a aprendizagem nas escolas deste tipo de questões foi inserida nos manuais escolares, em que foi aprovado um conjunto vastíssimo de legislação em relação à defesa dos animais mas há uma questão que se colocou aqui: e o homem? E a hierarquização de afetos?

O que se verificou depois é que este tipo de políticas quando não respeita a identidade e a cultura do homem levou a que aqueles que protegiam os animais provocassem o holocausto, provocassem o sofrimento de milhões de pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a falar da política nazi!

O Orador: Veja bem, alguns partidos, como aquele que foi o partido que preocupa V. Exa. e o seu partido também, o que é que querem colocar no debate? A eutanásia?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A redefinição do conceito de pessoa para poder enquadrar os animais? A redefinição está lá, verifiquem os programas eleitorais, definição do conceito de pessoa, para poder incluir um cão, por exemplo, no conceito de pessoa.

Isto significa um combate tremendo à dignidade do ser humano e por isso que depois o holocausto aconteceu perante aquela ideologia nacional socialista; ou a inclusão dos animais no agregado familiar; ou a criação de benefícios fiscais e a concessão de apoios para as famílias que integrem animais. Os apoios são para quem tem bebés, mas para quem tem também animais, os dinheiros públicos, quem faz esse tipo de opção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Meus senhores, está na hora de dar combate político a este extremismo, está na hora de dizer que há uma diferença fundamental aqui, há uma hierarquia e a hierarquia é combater a pobreza dos seres humanos, é dar-lhes dignidade todos os dias, para quem é que se deve vocacionar o nosso dinheiro em primeiro lugar.

Portanto está na hora de dar o combate político. Não se deu na década de 30 e por isso tivemos a II Guerra Mundial e tivemos o holocausto. Não se toca na dignidade dos seres humanos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Eu gostaria de começar por dizer o seguinte: eu respeito, obviamente, democraticamente que haja Deputados e Deputadas nesta Casa que não respeitam a vida dos animais, nem o seu sofrimento. É legítimo! É democrático! Agora façam um favor em nome da dignidade desta Casa: respeitem a história e respeitem os humanos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora não respeita os humanos!

A Oradora: Muito obrigada.

Dizer a esta câmara que este diploma entrou nesta Casa no dia 4 de abril deste ano. Abril!

Vamos soletrar novamente, Sras. e Srs. Deputados: maio, junho, julho, agosto, setembro. Há cinco meses que este diploma entrou nesta Casa.

Se agora e só agora veio a discussão no Plenário não é responsabilidade do BE.

Não é responsabilidade do BE!

Portanto, não admito a nenhum Grupo ou Representação Parlamentar que diga

que a apresentação deste diploma tem qualquer intenção eleitoral porque há eleições no dia 16 de outubro. Entrou no dia 4 de abril nesta Casa!

Mais, eu não pretendo e o BE não pretende excluir coisa nenhuma, pretende é incluir Sras. e Srs. Deputados. Eu já dei a cara por isso, já o disse claramente: o BE quer e vai continuar a tentar enquanto estiver sentado numa destas bancadas que o dinheiro dos açorianos e açorianas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que interessa é o dinheiro não é o sofrimento!

A Oradora: ... que não existe nem para a saúde, nem para a educação, nem para a segurança social, nem para o emprego, nem para salários decentes, nem para coisa nenhuma, não vão para isto. É isto que nós queremos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Oradora: Mais, o BE não pretende imiscuir-se obviamente na autonomia e na independência do poder local. O poder local fará o que muito bem entender. Esta Casa tem legitimidade para dizer que do Governo Regional não vai dinheiro para touradas de praça. Sras. e Srs. Deputados, não é verdade aquilo que o Sr. Secretário Regional disse, em sede de Comissão, porque a lista está aqui, Sras. e Srs. Deputados, não é o poder local! É verdade que a Câmara de Angra gastou três vezes mais, com a Tertúlia Tauromáquica do que com a ação social no ano de 2014. É verdade! Não vou dizer aqui o contrário! Mas também é verdade que o Governo Regional há anos a esta parte, Sras. e Srs. Deputados não acaba de apoios.

Portanto, não venha o Sr. Secretário Regional dizer que só uns dinheirinhos para uns fóruns, porque mesmo que fosse para uns fóruns, Sras. e Srs. Deputados, os fóruns de que estamos a falar é para isto e continuamos na mesma e voltamos ao princípio.

Portanto, estão bem enganados as Sras. e os Srs. Deputados, a Sra. e os Srs. Membros do Governo, se pensam que com o tipo de ataques, eu não lhe vou

chamar demagógicos porque alguns deles foram de uma deselegância de uma baixeza que não dignifica esta Casa.

Se pensam que esse tipo de ataques intimida o BE ou nos impede de continuar a defender isto que estamos neste momento aqui a defender, Sras. e Srs. Deputados, estão muito, muito enganados porque não será desta vez, não será de uma próxima, mas há de haver uma vez em que uma iniciativa com este objetivo há de ser aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em nome da humanidade, em nome da modernidade, em nome do progresso, em nome da decência no uso dos dinheiros públicos. Pode não ser agora, mas o caminho Sras. e Srs. Deputados, faz-se caminhando e o BE com esta bandeira e esta batalha há de continuar a caminhar dentro ou fora desta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu vou dizer-lhe uma coisa mas vou fazê-lo sem soletrar por respeito pela sua capacidade intelectual, porque tenho a certeza que a senhora compreenderá perfeitamente aquilo que eu vou dizer.

Eu tenho a certeza que todos os Deputados e Deputadas desta Casa e todos os Membros do Governo, sabem a diferença entre sofrimento físico e sofrimento psíquico.

Não foi isso que eu questioneei em relação ao seu diploma, Sra. Deputada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que eu lhe quis dizer, o que eu lhe perguntei, foi como é que definia o sofrimento psíquico porque não é fácil, mas eu concretizo.

Como é que num concurso canino tem um cão na passerelle que poderá estar mais ou menos stressado. Se tiver stressado logo estará em sofrimento psíquico. Mas como é que a Sra. Deputada avalia isso? Como é que mede?

Portanto, era isso que eu queria dizer quando me referia à dificuldade de medir, de avaliar o sofrimento psíquico.

Bom, passando esse assunto, se é verdade, se é certo que no preâmbulo desta iniciativa é feita uma referência às touradas, se é certo que na apresentação da iniciativa o colíder do BE se referiu às touradas, se é certo que em sede de Comissão, nas várias reuniões, praticamente só se falou de touradas, é certo também que no articulado deste diploma não há qualquer referência às touradas. Diz o povo, Sra. Deputada, na sua imensa sabedoria que “quando um não quer, dois não brigam” e, penso que a Sra. Deputada não me está a ouvir, mas também pronto, se eu esperar muito tempo estou a perder o meu tempo ... pois é está a contar.

Sra. Deputada, dizia eu que diz o povo na sua imensa sabedoria que “quando um não quer, dois não brigam” e foi por isso mesmo que na minha primeira intervenção eu tentei não fazer qualquer referência às touradas. Porém a Sra. Deputada não resistiu a fazer um ataque cerrado e eu Sra. Deputada Zuraida Soares, sou da Terceira, sou da terra dos bravos, da terra da Brianda Pereira. O assunto das touradas é um assunto que me é claro, ao qual eu sou muito sensível, portanto também não resisto agora a responder-lhe.

Sra. Deputada Zuraida Soares, a Sra. Deputada é livre de discordar da realização de touradas. Nós respeitamos, agora o que a senhora não pode é diabolizar todos aqueles que não são da sua opinião, todos aqueles que são aficionados, todos aqueles que são taurinos, todos aqueles que gostam de touradas e não é só, estamos aqui a falar essencialmente da Terceira, Graciosa e S. Jorge, mas também nas outras ilhas dos Açores há pessoas que gostam de touradas.

Agora, Sra. Deputada, se o que a senhora quer é acabar com as touradas, então faça-nos um favor: tenha a coragem e eu repito, tenha a coragem de apresentar aqui uma iniciativa que vise acabar com as touradas. O que a senhora apresentou foi uma tentativa encapotada de o fazer, numa atitude quase que de Pilatos, de lavar as mãos porque se não houver apoio institucional não faz mal haver touradas, o mal é se houver apoios.

Portanto, Sra. Deputada não gostaria que fossemos por aqui, gostaria que a senhora apresentasse uma iniciativa que visasse essencialmente ou exclusivamente aquilo que a senhora quer que é acabar com as touradas.

Num dos parágrafos do preâmbulo da iniciativa diz que: “estudos apontam que as touradas parecem causar um impacto emocional negativo em quem assiste com especial incidência nos níveis de agressividade e ansiedade das crianças”.

Isto não está muito claro, Sra. Deputada e gostaríamos que a senhora esclarecesse a câmara de que estudos é que se trata para podermos compreender melhor a que é que se refere e em que é que se baseia.

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura ainda não se pronunciou sobre este assunto, gostaríamos muito de o ouvir, mas eu vou deixar já esta pergunta, eu sei que o Sr. Secretário se pronunciará quando assim o entender, mas eu deixo-lhe já esta pergunta, Sr. Secretário: se possui algum estudo ou se chegaram aos seus serviços da Secretaria que o senhor tutela alguns relatórios ou dados que confirmem que as crianças da Terceira, Graciosa e S. Jorge, ilhas em que a cultura taurina está mais enraizada, onde as crianças assistem a espetáculos tauromáquicos e onde brincam aos toiros nos recreios da escola, pergunto se há dados que revelem comportamentos desrespeitosos ou desviantes que indiquem uma maior agressividade ou ansiedade por parte das crianças dessas ilhas do que das crianças das restantes ilhas dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pela Representação parlamentar do BE, pretende interditar a concessão de apoio institucional e a cedência de recursos públicos à realização de espetáculos com animais que impliquem sofrimento físico ou psíquico até suscetível de provocar lesões e a própria morte.

Disse, na Comissão de Assuntos Sociais, repito neste Parlamento, que no departamento governamental que se acha sob a minha tutela não encontro prova da atribuição de tais ajudas, aliás perante a panóplia de prioridades, mesmo de urgências, todas elas tendentes à supressão do sofrimento físico e psíquico do ser humano, para mim é sempre secundário porque nem justificava todo o investimento em espetáculos e festividades, quer envolvam ou não a participação de animais e particularmente de toiros.

De resto não incluo em tal categoria de ajudas os eventuais apoios no âmbito do RJAC com chancela de júris independentes para a promoção de encontros e a edição de publicações sobre tauromaquia, mas jamais para a realização de espetáculos tauromáquicos.

De resto não incluo em tal categoria de ajudas, nem tão pouco a isenção legal de taxas de todos os espetáculos promovidos por todas as entidades beneficiárias do estatuto de utilidade pública.

De resto não incluo em tal categoria de ajudas nem sequer a assunção pela Direção Regional da Cultura dos encargos com os diretores técnicos das touradas estabelecida pelo regulamento dos espetáculos tauromáquicos da Região Autónoma dos Açores, aprovado por Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/A de 16 de março.

Factos estes, aqueles que acabei de referir que reputo de normais numa Região que possui uma ilha, concretamente a Terceira, que é seguramente a terra mais tauromáquica de Portugal, quiçá do próprio mundo se considerarmos a realização anual de umas poucas touradas de praça e de cerca de 250 touradas à corda.

Todavia, no caso terceirense a regulamentação regional a favor do toiro, repito, e o respeito do povo pelo toiro asseguram, repito, civilidade na relação do homem com o animal.

Além disso, eventualmente no apoio a espetáculos taurinos e seguramente no licenciamento de espetáculos taurinos impera muito mais o poder local, não propriamente o poder regional e como é sabido a Região não possui a capacidade política e legislativa para a intromissão na área da jurisdição municipal.

A preocupação com o bem-estar animal, uma trave mestre da sociedade contemporânea, fez surgir por iniciativa da UNESCO, no ano já longínquo de 1978 e como hoje foi aqui lembrado a Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

Portugal, e por consequência o dos Açores, é um dos países melhor dotados de legislação sobre animais que assegura a prevenção dos maus tratos e regulamenta convenientemente os espetáculos com toiros.

Se no passado o aperfeiçoamento da legislação se traduziu na melhoria do bem-estar animal, no presente e no futuro devemos estar atentos e abertos para a introdução de novas alterações que melhorem e dignifiquem a relação do homem com a natureza.

Contudo, de momento não vislumbro qualquer urgência que obriga a reforma do edifício legislativo e em matéria de técnica logística o Projeto de Decreto Legislativo Regional da Representação Parlamentar do BE evidencia algumas deficiências avultando como um texto demasiado simplista, escasso e

indeterminado que submete o intérprete e o aplicador da lei a uma exegese difícil.

Para terminar e tendo em consideração o repto que me foi levantado pela Deputada Judite Parreira, direi única e simplesmente que não disponho dos dados que questiona.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Dizer à Mesa que o BE entregará a lista de apoios concedidos através de portaria pelas diferentes Secretarias do Governo Regional, desde o ano de 2004, até ao ano de 2014 com o respetivo link que é para ser mais fácil de identificar para as portarias e as diretivas que atribuem esses valores que são na ordem das dezenas e dezenas de milhares de euros.

Portanto, será entregue e depois peço à Sra. Presidente o favor de fazer distribuir por todas as Sras. e Srs. Deputados e já agora também pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que pelos vistos desconhece o dinheiro que anda a ser atribuído pelos diferentes departamentos do Governo Regional a este tipo de espetáculo.

Depois, dizer o seguinte e penso que é a minha última intervenção, por óbvia falta de tempo.

O BE quer acabar com as touradas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quer, quer!

A Oradora: O BE não quer acabar com as touradas! O BE quer acabar com o apoio de dinheiro público a qualquer tourada para fins comerciais e volto a dizer não vou pedir desculpa por causa disso.

Deputado Berto Messias (PS): Tivesse dito isso!

A Oradora: Quem quiser fazer touradas paga-as do seu bolso. As pessoas são livres. Compram os seus bilhetes, correm os seus riscos como empreendedores, não é com o dinheiro dos impostos dos açorianos e das açorianas que custa muito a ganhar e a pagar também aqui os respetivos impostos.

Presidente: Agradeço que termine Sra. Deputada.

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, se para Vs. Exas. isto é um ato de pouca coragem, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hipocrisia!

A Oradora: ... eu convido-os a fazer um exercício, venham para aqui para esta bancada desde que se iniciou este debate e depois falamos de coragem uns com os outros.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um ato de hipocrisia!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas porque o Governo não pode ficar aqui a assistir passivamente à tentativa, às várias tentativas aliás, que a Sra. Deputada Zuraida Soares fez ao longo do debate de confundir as pessoas e dando a ideia de que o Governo dos Açores financia a realização de touradas.

Agradeço muito a distribuição da lista Sra. Deputada, mas eu própria darei um exemplo de uma portaria que aqui tenho, em que através da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, em abril de 2008, é atribuída à Associação Regional de Criadores de Toiros da tourada à corda Quinta da Maromba, Vinha Brava, Angra do Heroísmo, um subsídio a fundo perdido no valor de 45 mil euros,

destinado a compartilhar as primeiras jornadas açorianas de gado bravo, a realização da semana do cavalo e do touro, no âmbito da formação do melhoramento animal, da divulgação e da promoção destes produtos específicos da atividade agropecuária destas explorações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A ignorância é que faz isto!

A Oradora: Aliás, Sra. Deputada, todas essas portarias estão publicadas em Jornal Oficial e não poderia haver maior transparência do que esta na atuação do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Nunca pensei dizer isto!

A Oradora: Aquilo que se lhe pede Sra. Deputada é que em nome dos princípios que todos os dias apregoa nesta Casa vá até ao fim naquilo que diz, diga tudo, diga toda a verdade!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo e do

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Francisco César (PS): Não estrague!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao aparte do Sr. Deputado Francisco César eu quero dizer-lhe que esse é um hábito seu, não meu.

Mas devo dizer o seguinte: em nenhum momento a Sra. Deputada Zuraida Soares teve a frontalidade de dizer ao que vinha, nunca teve a coragem de dizer

ao que vinha e a sra. Deputada vinha com um propósito, atacar as touradas à corda na Terceira. Este era o seu grande objetivo!

Aliás, foi anunciado um movimento de protesto, que o movimento de protesto viria de Lisboa e doutros sítios do País para inviabilizar as touradas à corda na Terceira. Eu não os vi, tive muito atento ao longo de todo este Verão, na Terceira em relação a estes movimentos de boicote, em relação às touradas de corda e sinceramente se aconteceram eu não me apercebi, eu não me apercebi que tenham conseguido realizar e concretizar esse propósito porque isto significa um ataque à cultura destes povos: da Terceira, da Graciosa, de S. Jorge, do Pico e até em S. Miguel que já se realizam também muitas touradas à corda.

A Sra. Deputada, mesmo tendo sido por diversas vezes questionada sobre este assunto, nunca respondeu. O que lhe perguntámos diretamente inclui ou não inclui neste seu conceito as touradas à corda? A Sra. Deputada não respondeu.

Portanto, não é assim com esta falta de frontalidade que se fazem os debates democráticos. Nós temos que dizer claramente, olhos nos olhos, não enganando o povo, qual é o propósito que pretendemos atingir.

Em segundo lugar e para terminar dizer o seguinte: quero reiterar isto porque eu vejo que poucas vezes é referenciado, o perigo que representam este tipo de ideologias que retiram dignidade, hierarquia, em relação à condição humana e a mim preocupa-me muito isto porque eu já vi este filme na década de 30, na Alemanha Nazi, eu já vi este filme na década de 30 e muitos dos percursos deste tipo de políticas que querem redefinir o conceito de pessoa humana, que querem benefícios fiscais equivalentes para quem tem um cachorro ou quem tem um bebé porque é mesmo assim, conceitos é benefícios fiscais e é assim que eles escrevem, é igual ter o cachorro ou é igual ter um bebé.

Portanto, este tipo de discurso é um discurso que teve resultados pavorosos na década de 30, na década 30 na Alemanha Nazi, que se inscreve diretamente na

Extrema Direita e eu penso que isto não pode triunfar meus senhores. Este discurso não pode triunfar! Não podemos ceder no âmbito da defesa da dignidade das pessoas e da cultura que livremente todos exercem.

Portanto, era este o propósito desta iniciática do BE e é um propósito muito, muito perigoso e que já tem muitos precedentes na história.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos chegados ao fim do debate, a Deputada Zuraída Soares já não tem tempo mas eu posso concluir que relativamente às questões que eu coloquei e que fariam certamente com que a Representação Parlamentar do PCP se fossem alteradas apoiassem esta iniciativa, e a saber se fosse definido claramente o âmbito da proposta, isto é o seu art.º 2.º e que relativamente à questão dos apoios, da atribuição dos apoios que fosse definido claramente que era a Região, antes pelo contrário, é tão amplo que inclui aqui o poder local.

Portanto, a Sra. Deputada não fez nem demonstrou nenhuma abertura a fazer essas alterações e como tal e por estes motivos a Representação Parlamentar do PCP, primeiro porque o âmbito não está claramente definido e depois porque o articulado, designadamente naquilo que diz respeito ao ponto 2 do art.º 3.º, acaba por interferir com a independência do poder local e como tal por estes dois motivos a Representação Parlamentar do PCP, irá votar contra esta iniciativa do BE.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

Vamos começar pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. que se abstêm façam o favor de sem sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 21 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 5 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE e 2 abstenções do PS.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito simples, apenas para dizer que às vezes estar sozinha é motivo de orgulho.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não está sozinha!

A Oradora: Neste momento sinto orgulho em meu nome pessoal, em nome do BE pelo projeto que apresentámos e sinto-me muito bem...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares ainda não acabou a sua declaração de voto.

A Oradora: Estava eu a dizer e sinto-me muito bem acompanhada pelas pessoas que dentro desta Casa e fora desta Casa, estiveram a ver, a ouvir e a registar e cá estaremos novamente, Sras. e Srs. Deputados, numa próxima oportunidade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Primeiro informar a câmara que conforme foi deliberado na Conferência de Líderes, ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor não me façam ter que repetir as coisas duas vezes. É muito chato para quem está aqui todo o dia e não se pode levantar para ir beber um cafezinho, portanto agradecia algum silêncio para que seja mais fácil.

Sr. Deputado Aníbal Pires eu ia dar conta à câmara da alteração do ponto da Agenda.

Ia dar conta à câmara que conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, apresentado pelo PPM que constitui o ponto 15 e 16 da Agenda será debatido de imediato e depois entraremos novamente nos pontos da Agenda normais.

O Sr. Deputado Aníbal Pires ainda quer fazer uma interpelação?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já não!

Presidente: Muito bem.

Vamos então avançar.

O ponto 15 da nossa Agenda, como eu dizia, é o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 73/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de**

inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”.

Este pedido de urgência é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM e para justifica-lo tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é uma questão relativamente simples e é a seguinte: em relação à frequência com que se realizam as inspeções dos motociclos e dos ciclomotores existe um desfasamento entre a legislação nacional e a legislação regional.

Na legislação nacional em relação aos motociclos com cilindrada superior a 250 centímetros cúbicos, quatro anos após a data da primeira matrícula e em seguida de dois em dois anos até perfazerem oito anos e depois anualmente. Esta é a frequência com que se realizam as inspeções a nível nacional.

A nível dos Açores inclui os motociclos e também os ciclomotores e o que a legislação diz é que é de quatro anos após a data da primeira matrícula e em seguida anualmente.

Em relação aos ciclomotores a mesma coisa, quatro anos após a data da primeira matrícula e em seguida anualmente.

Portanto, existe no âmbito da legislação regional uma menor flexibilidade nesta matéria. Por parte dos interessados tem existido, inclusivamente nós já recebemos uma Petição do Clube de Motards em relação a esta matéria, portanto tem existido um sentimento de injustiça e despropósito em relação a esta diferença entre a legislação nacional e a legislação regional que os penaliza de forma evidente.

Aliás, no âmbito da Petição que foi apresentada o Governo Regional o que disse foi o seguinte, vou aqui lembrar ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: É absolutamente essencial que eu diga isto para fundamentar a urgência.

Presidente: Isso é fundamental para fundamentar a urgência?

O Orador: É fundamental para justificar a urgência.

Presidente: Ficarei a aguardar então, sr. Deputado.

O Orador: É muito rápido. São dois parágrafos.

O Sr. Secretário Regional na altura referiu o seguinte: referiu que a propósito dessa legislação a primeira inspeção era feita 4 anos após a data da primeira matrícula e a partir daí era anual, reconhecendo que o Governo era sensível a esta matéria e que essa questão se enquadrava num quadro mais vasto de alteração da legislação que já estava a trabalhar.

Deputado André Bradford (PS): Isso é a urgência! Está a apresentar o diploma!

O Orador: O Deputado Jorge Macedo na altura perguntou-lhe então qual era o timing da alteração e a resposta foi ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, lamento mas já lhe permiti que fizesse citações ...

O Orador: Sr. Presidente, deixe-me terminar, são duas ...

Presidente: Sr. Deputado, tem que concretamente justificar por que é urgente justificar por que é urgente a iniciativa, o que o senhor está a fazer é a apresentar um argumentário sobre a iniciativa.

O Orador: Lamento que em esteja a interromper porque como vai verificar ...

Presidente: Mas o senhor tem que usar os seus próprios argumentos, não é citar...

O Orador: Sra. Presidente, por favor.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso não é a urgência!

O Orador: Está a interromper a fundamentação da urgência porque o Governo Regional, Sra. Presidente, tinha-se comprometido até ao final de 2015, portanto

o que acontece é que estamos no final da Legislatura e o compromisso do Governo não se efetuou por isso é que é urgente, sabe por que é que é urgente? Porque está a terminar a atual Legislatura e o Governo não cumpriu aquilo a que se comprometeu e que está aqui referenciado no relatório. Pronto! É simplesmente esta a questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, por ter efetivamente feito a justificação da urgência.

Eu pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, há um ano houve uma Petição de igual teor porque os açorianos que possuem motociclos sentem-se penalizados pelo facto de terem que fazer uma inspeção anual, com custos acrescidos.

Foi colocada a questão há um ano atrás, não poderia ser respondido porque eram necessários dados técnicos que estavam a ser elaborados com um compromisso, de um espaço de tempo, até final de 2015, portanto existe urgência, passado um ano que haja efetivamente esses dados técnicos para poder dar uma resposta se os açorianos têm que continuar ou não a fazer inspeções anuais quando no continente são de dois em dois anos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos passar então à votação deste Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 3 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e um voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, em relação à explicação que foi apresentada para a urgência da nossa parte a questão era a seguinte: existia por parte do Governo um compromisso em apresentar não só uma solução para esta questão mas uma solução mais alargada que mexesse no diploma de forma mais profunda, inclusivamente como sabem está em vigor uma circular que faz com que se aplique aqui a legislação nacional em todas as matérias que não estão previstas na legislação regional referente a esta matéria.

Eu considero que existindo um compromisso por parte do Governo e sendo esta a última oportunidade, este é provavelmente o penúltimo dia da realização do atual Plenário, portanto a última oportunidade de aprovar legislação sobre esta matéria antes que termina a Legislatura, existindo um compromisso por parte do Governo de ter concluído essa Legislatura até 2015, a verdade é que essa questão não se concretizou.

Como nós, da nossa parte tínhamos esse compromisso, nós o que fizemos foi cumprir o compromisso que tínhamos em relação a esta matéria.

Nesse sentido lamentamos que o PS tenha inviabilizado esta situação e que fundamentalmente até que não a tenha discutida, ou seja, que não tenha

discutido a questão da urgência e não tenha permitido que todos soubessem quais são os argumentos que o PS tem em relação a esta matéria.

Seja como for, para concluir muito rapidamente eu considero que esta é uma penalização absolutamente incompreensível para os proprietários de motociclos na Região Autónoma dos Açores, eles não compreendem por que é que a autonomia dos Açores cria constrangimentos e cria um conjunto de regras que os penalizam gravemente em relação aos proprietários de motociclos e de ciclomotores no âmbito do País e portanto não percebem este desfasamento entre estes dois códigos legais e também não percebem por que é que têm que ser eles os prejudicados.

Há obviamente interesses, interesses muito grandes em relação aos centros de inspeção, há aqui interesses do ponto de vista financeiro e obviamente este é um *lobby* nacional e há gente que quer ganhar dinheiro com este tipo de questões.

Portanto seja como for isto é uma injustiça, uma injustiça que o PPM tentou corrigir e que foi inviabilizado pela maioria absoluta do PS.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigada Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para dizer o seguinte: sem prejuízo de nós concordarmos ou não com algumas das questões referidas pelo Sr. Deputado do PPM, ou com algumas das matérias referidas na proposta que apresenta, não nos parece que uma alteração do regime inspetivo de veículos deva ser feita desta forma, à pressa, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já devia era ter sido!

O Orador: ... através de um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão e parece-nos que uma matéria destas deveria seguir o processo legislativo comum, ouvindo em sede de audição os vários intervenientes porque

estas são na nossa perspetiva questões de grande importância e que têm até a ver com a segurança dos motociclistas, com a segurança dos condutores e portanto, sem prejuízo de concordarmos ou não com aquilo que é defendido, não nos parece que uma matéria como esta deva ser tratada formalmente desta forma com Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, daí termos chumbado o pedido de urgência desta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Obrigada Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É lamentável que se venha aqui chumbar uma urgência, a dizer que um assunto desta natureza não pode ser tratado à pressa, quando há um ano atrás os estudos técnicos já estavam a ser feitos, ia haver uma alteração que se concretizaria até ao final de 2015, estamos no final de 2016, os Deputados trazem a esta Casa um Decreto Legislativo Regional que o Governo não foi capaz de fazer e comprometeu-se e ainda chumbam com a desculpa do costume porque ou é precoce, ou é extemporâneo.

Não foi à pressa, o Governo comprometeu-se que estava a fazer os estudos técnicos necessários para fazer uma alteração da legislação, não o fez. O Deputado do PPM traz aqui com toda a justiça porque os açorianos estão a ser fortemente penalizados, todos os anos têm que ir à inspeção, sem razão nenhuma que o justifique e o Governo não dá soluções e o PS chumba porque estamos à pressa. Um ano de atraso, eu peço imensa desculpa, não estamos a tratar este assunto à pressa. Os senhores é que continuam a suportar com os vossos chumbos a inoperância do vosso Governo.

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, se não houver mais votos.

Presidente: Eu penso que a sua interpelação era para requerer um intervalo regimental.

Sendo assim, eu própria vou conceder o intervalo.

Regressamos às 18 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Presidente: Entramos agora no ponto 10 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 76/X – “Cria a derrama regional a vigorar na Região Autónoma dos Açores e aprova o respetivo regime jurídico”.**

Eram 18 horas e 26 minutos.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que aqui trazemos hoje visa exercer as competências legislativas da Região definidas e enquadradas no âmbito da Lei de Finanças Regionais, nomeadamente assegurando um diferencial fiscal face àquilo que é o enquadramento nacional dos impostos, neste caso concreto do IRC, impostos sobre o lucro das empresas.

Até agora as empresas com um lucro tributável acima de um milhão e meio de euros pagavam a derrama estadual. Em primeiro lugar, pagavam à taxa nacional e, em segundo, pagavam como receita dos cofres do Estado e não da Região, porque nunca tinha havido uma adaptação regional dessa mesma derrama.

O que nós pretendemos aqui é uma proposta que sendo simples obtém dois objetivos:

Primeiro assegura que as empresas que pagam a derrama estadual tenham um desconto de 20% sobre a taxa que até agora pagavam;

Segundo, essa receita que era uma receita do Estado, passe a ser uma receita da Região. Ou seja, é um diploma que sendo simples, exercendo as competências da nossa autonomia em termos de matéria de adaptabilidade fiscal, assegura que as empresas que pagam esta derrama vão pagar menos impostos e a receita que até agora era receita do Estado passa a ser receita da Região, ou seja, as empresas sobre as quais incide este imposto paguem menos imposto e a Região tem mais receita do que tinha.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, é evidente que estas matérias fiscais revestem sempre alguma complexidade. Quero dizer-lhe que este princípio da adaptação ou da criação da derrama regional, uma vez que a receita que era do Estado, a partir do momento em que entrará em vigor esta iniciativa, que julgo que independentemente da posição que o PCP venha a tomar, certamente irá ser aprovada, passará a ser receita da Região e, portanto, haverá um aumento certamente das receitas próprias da Região. Isso é motivo para nossa satisfação.

Eu de qualquer forma tenho aqui algumas dúvidas que gostaria que o Sr. Vice-Presidente me pudesse clarificar, até porque estas discussões são sempre, digamos, muito importantes até para a compreensão de algumas questões.

Por exemplo, V. Exa., ou melhor, o Governo, tem o seguinte, no fim do preâmbulo da iniciativa:

“Assim, nos termos da alínea f) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo o Governo Regional apresenta à Assembleia...”

Isto é o que justifica, digamos, no Estatuto, a possibilidade de apresentação de diplomas pelo Governo à Assembleia.

Mas no que diz respeito à questão do poder tributário o que está consagrado no Estatuto é no artigo 50.º: “poder tributário próprio e adaptação do sistema fiscal”.

Deputado Francisco César (PS): Não é por aí!

O Orador: Não. Pelo amor de Deus. É para perceber. Eu tenho esta dúvida e julgo que é legítimo...

Deputado Francisco César (PS): É a questão das taxas e dos impostos!

O Orador: Sr. Deputado, depois dê uma explicação, mas acho que posso pôr a dúvida ou não posso?

Deputado Francisco César (PS): É como os outros impostos todos!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, eu não acho que deva ser nada. Vamos lá ver, eu vou repetir.

O Governo coloca o artigo 88.º, mas eu entretanto fui ver no Estatuto e no Estatuto o artigo 50.º é que fala do poder tributário próprio e adaptação do sistema fiscal.

E a minha pergunta que pode revelar toda a ignorância do mundo relativamente a estas questões, estou a colocá-la.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Mas não interessa.

Com toda a humildade estou a colocar esta questão: porquê o artigo 88.º e por que não o artigo 50.º?

Sr. Vice-Presidente, é como lhe digo: com toda a humildade estou a pedir que me expliquem. É só isso, mais nada. Aliás, até pelo seguinte, porque no artigo 50.º, por exemplo, no ponto 2 do artigo 50.º, fala-se aqui em poder criar e regular impostos e na alínea b), no poder de adaptar impostos. Portanto, há aqui algumas diferenças.

Eu gostaria de ser esclarecido e estou a fazer isto com toda a humildade...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Com certeza! Eu também não sabia!

O Orador: ... para ser esclarecido sobre este aspeto, mais nada. É tão-somente isso.

Depois voltarei ao debate se, entretanto, entender que deva vir.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, de facto a Lei 12/2010, de 30 de junho, aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental e nesse conjunto de medidas adicionais, que na altura foram tidas como as chamadas medidas de austeridade que foram necessárias para a consolidação orçamental do último PEC de Sócrates, foi criada a derrama estadual.

Era uma medida adicional, estava-se a taxar os lucros das empresas portuguesas. Na altura isso não foi consensual, porque se achava que as empresas que tinham mais lucro eram as que mais contribuía para a economia

e que esta receita fiscal que o Estado encontrou para conseguir a consolidação orçamental não era a melhor estratégia.

Na altura, a Madeira, fazendo uso das suas prerrogativas autonómicas, regionalizou o lucro ou esta receita fiscal no Decreto Legislativo Regional 14/2010, de 5 de agosto.

A questão que se coloca é, numa altura em que nós, supostamente e defendido pelos senhores, estamos a sair de uma época de austeridade, em o Governo Socialista começou a aliviar as taxas aplicadas, esta, a derrama estadual, que devia neste momento até ser revogada, passado seis anos (só passados seis anos!), é que o Governo Regional resolve usar as prerrogativas autonómicas e aliviar esta taxação das empresas açorianas.

Eu gostava de saber por que é na altura o Governo Regional não o fez, passado seis anos, quando esta taxação devia acabar porque era uma medida extraordinária, necessária, única e exclusivamente para....

Deputado Francisco César (PS): E por que é que a senhora não se lembrou disso?

A Oradora: Não!... Porque agora vimos regionalizar uma coisa que andámos durante seis anos a aplicar, a derrama estadual com as taxas que todas as outras empresas portuguesas taxam.

Neste momento, o Sr. Vice-Presidente, com uma atitude de que será uma *win-win situation*, o Governo Regional irá ficar com a receita fiscal e as empresas açorianas, aplicando o diferencial fiscal, vão ser menos taxadas.

Eu pergunto é por que é que (em 2010 a Madeira regionalizou a derrama estadual) o Governo Regional, nessa altura, porque era efetivamente necessário nessa altura, porque era a altura da crise, deixou as empresas regionais serem taxadas com a uma taxa elevada, a estadual, e só veio fazer numa altura onde supostamente as medidas de austeridade deviam era acabar? O Governo Regional decide adaptar à Região. Esta era a primeira questão, que não é

técnica, é meramente política, e que o Sr. Vice-Presidente nos pudesse esclarecer.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou responder à questão do Sr. Deputado Aníbal Pires, com o apoio da Sra. Secretária. Para lhe explicar, Sr. Deputado, que o artigo 88.º do Estatuto é o artigo que define a competência da iniciativa legislativa, ou seja, define a competência do Governo em ter uma iniciativa legislativa para a Assembleia.

Cabe depois, em termos de redação final, à Assembleia, definir o outro artigo que se associa a este, o artigo 50.º, que define a competência legislativa que é da Assembleia.

Aqui, o que é referido, é a competência da iniciativa e de remeter à Assembleia, que é a alínea f) do artigo 88.º, que é aquilo que o Governo tem. Não tem competência legislativa, tem competência da iniciativa, de propositura legislativa. Daí essa referência.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Muito obrigado!

O Orador: Em sede de redação final estarão evidentemente conciliados os dois artigos que define cada um a competência, ou seja, passará para o 50.º, porque aí é que define a competência do próprio Governo.

A segunda questão em relação ao porquê agora?

Porquê agora, é muito simples, Sra. Deputada. Nós, Governo, assumimos que agora é o momento certo para tomar esta iniciativa e esta proposta.

Como referiu, essa proposta é uma iniciativa legislativa do Governo aprovada pela Assembleia.

Qualquer partido político nesta Assembleia podia ter tomado essa iniciativa mais cedo.

A pergunta que a Sra. Deputada faz ao Governo é com a mesma legitimidade com que eu posso fazer essa pergunta ao PP. Se o PP achava que devia ser mais cedo que devia ter sido feito essa mesma adaptação, teria apresentado aqui uma proposta de igual teor nesta mesma Assembleia, porque a competência é da Assembleia, não é uma competência legislativa do Governo.

Foi altura que o Governo considerou oportuno o fazer. E mais uma coisa: o Governo neste momento faz uma proposta que retira receitas ao Estado para atribuir receitas à Região, e uma proposta que reduz os encargos das empresas que pagam este momento imposto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então o Sr. Vice-Presidente acha que nos últimos seis anos as empresas açorianas podiam estar a ser bem taxadas! Agora é que foi oportuno!

O Orador: Achámos tanto como achou o PP.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não! A iniciativa é vossa. Tenho toda a legitimidade de perguntar porquê agora e não antes!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Há uma diferença substancial, é que nós achámos que agora era a altura de apresentar esta proposta. A Sra. Deputada ainda não acha que é altura de apresentar esta proposta...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não!... Não!... Eu não disse isso!

O Orador: ... porque até à data de hoje não apresentou nenhuma proposta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Vice-Presidente, eu não disse isso! Eu coloquei-lhe uma questão!

O Orador: Esta matéria é competência da Assembleia Legislativa.

Qualquer partido político pode, em qualquer momento, apresentar esta iniciativa legislativa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: A senhora não pode é criticar quem apresenta a iniciativa legislativa...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não estou a criticar, estou perguntando!

O Orador: ... quando a Sra. Deputada esteve seis anos para apresentar uma iniciativa legislativa idêntica e até agora não apresentou nada.

Nós não podemos é ser criticados por fazer...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ninguém criticou. Está muito incomodado com uma pergunta! Eu fiz-lhe uma pergunta legítima!

O Orador: Sra. Deputada, dei-me falar.

Presidente: Sra. Deputada, por favor não entre em diálogo.

O Orador: Não pode é criticar por fazer e por não fazer, mas essa não é a matéria relevante, se me permite. Eu também não quero entrar nesta matéria em debate sobre isso, porque isso não é o mais relevante.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É, é!

O Orador: O mais relevante clarificar é que o Governo considerou que agora se devia tomar esta iniciativa.

Evidentemente podia ter sido tomada mais cedo, é verdade. Podia ter sido tomada mais cedo, mas a iniciativa legislativa não é uma iniciativa e uma competência do Governo. É uma competência da Assembleia.

Portanto, quem achava que se devia ter tomado mais cedo tinha apresentado a proposta mais cedo. Ninguém apresentou a proposta, foi o Governo que a apresentou agora. Portanto, ninguém pode criticar por esta medida não estar em vigor mais cedo, porque ninguém propôs que ela tivesse em vigor mais cedo.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Quem é que não gosta de um descontozinho? Aliás, somos fãs da época dos saldos e é precisamente na época dos saldos (e elas existem para isso mesmo) que os portugueses, os açorianos, o ser humano de um modo geral, é fã, gosta muito de um descontozinho.

Sr. Vice-Presidente, nós, em Comissão de Economia, perguntámos-lhe, por diversas vezes, qual é o impacto da vossa iniciativa que chegou agora, como V. Exa. explicou, porque tem poder de iniciativa e esta Assembleia tem poder legislativo.

Perguntámos qual é o alcance desta iniciativa? Como pode ser visto no relatório, pode ser lido no relatório, o Sr. Vice-Presidente nunca respondeu. Dizia apenas que era um desconto de 20%.

Quando nós perguntávamos:

- Mas isso em euros, em milhares de euros ou em milhões de euros quanto representa para as empresas esse desconto?

O Sr. Vice-Presidente dizia:

- É um desconto de 20%”.

- Mas quanto é que neste momento as empresas dos Açores pagam de derrama estadual para os cofres do Estado?

O Sr. Vice-Presidente dizia:

- É um desconto de 20%.

Sr. Vice-Presidente, nós, na Comissão de Economia tivemos um diálogo de surdos. O Sr. Vice-Presidente por fim disse que não tinha qualquer informação, que essa informação apenas podia ser disponibilizada pela Autoridade Tributária.

Mesmo que nós façamos um grande, grande, grande esforço para acreditar que V. Exa. não tem um número para informar esta Assembleia, é muito, muito

estranho que o Governo tome uma iniciativa e não consiga quantificar o alcance dessa iniciativa.

É tão simples. Apenas e só quantos milhares, centenas de milhares ou milhões de euros as empresas dos Açores pagam atualmente (pode ir buscar os números de 2014 ou de 2015) pela derrama estadual e quanto é que representa o respetivo desconto? Depois fazemos as contas, porque é só multiplicar por 80% ou fazer um desconto de 20%.

Outra pergunta que V. Exa. nunca quis responder é quantas empresas pagam derrama estadual? É uma? São duas? São três? São dez? São vinte?

Sr. Vice-Presidente, nós vamos votar uma coisa, vamos votar um diploma nesta Assembleia e V. Exa. vai fazer-nos o favor de dizer qual é o alcance da sua medida, porque, caso contrário far-me-á lembrar uma situação, que não acredito que V. Exa. anuisse: passava, por exemplo, na Rua da Sé e encontrava uma vitrine que anunciava um desconto de 20%. Estava por acaso interessado em comprar um fato. Quando entrava perguntava:

- Quanto custa o fato?

- Não se preocupe. Tem um desconto de 20%!

- Não, não quero saber se tem desconto. O desconto de 20% eu já vi ali fora, na vitrine. Quero saber quanto custa o fato?

- Não, não se preocupe, Sr. Vice-Presidente, ou Sr. Doutor Sérgio Ávila. Tem um desconto de 20%.

Sr. Vice-Presidente, o senhor comprava o fato ou saía da loja? É isso que queremos que V. Exa. nos esclareça, não só a primeira parte, como também a segunda, se comprava ou não o fato quando o dono da loja nunca lhe queria dizer qual era o preço.

Deputada Judite Parreira e Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Deputado Jorge Macedo, sabendo que este será o seu último plenário, e dizer que tive um prazer muito grande em trabalhar com o Sr. Deputado e que aprendi muito com o Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não aprendeu muito bem!

O Orador: É um Deputado que orgulha este Parlamento. Eu não poderia deixar de fazer a minha intervenção aqui sem referir isso sobre o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Iremos sentir saudades, com certeza, das suas histórias e dos seus ditados populares.

Sras. e Srs. Deputados, estamos perto de eleições e acontece sempre isto. O que é que o Governo nos trouxe hoje? Trouxe-nos uma proposta que permite, por um lado, baixar os impostos às empresas e, por outro lado, aumentar a sua receita.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quantas empresas?

O Orador: Portanto, esta é uma situação em que as empresas que pagam esta derrama estadual sabem que vão ter um desconto de 20%.

Deputados Joaquim Machado e Luís Rendeiro (PSD): Quais empresas?

O Orador: As empresas sabem que vão ter um desconto de 20%...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah! Isso é secreto!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas os açorianos também gostavam de saber!

O Orador: ... e o orçamento terá necessariamente um impacto positivo ao nível da sua receita.

Portanto, esta é uma proposta que é difícil de criticar.

Como é costume, a nossa oposição, ou pelo menos alguma oposição, o que é que tenta fazer?

Tenta desvalorizar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Basta dizer quantas empresas!

O Orador: Em primeiro lugar, a Sra. Deputada a primeira coisa que aqui veio fazer foi tentar divergir as atenções.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Queremos saber quanto pagam!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nós estamos a regionalizar uma derrama estadual que foi imposta como uma medida de austeridade!

O Orador: Esta é uma boa proposta e se é uma boa proposta como a Sra. Deputada reconhece, eu já percebi e nós percebemos todos, que aquilo que lhe cria uma pequena “azia” é o facto de não se ter lembrado de propor isto a esta câmara anteriormente.

Sr. Deputado Jorge Macedo, não é verdade que o Sr. Vice-Presidente não tenha respondido a essa pergunta.

O Sr. Vice-Presidente respondeu em Comissão que quem tinha os dados, quer sobre as empresas, quer sobre a receita, era a Autoridade Tributária.

E todos nós concordamos na Comissão pedir à Autoridade Tributária, que é quem tem conhecimento de facto sobre esta matéria (nós concordamos, aliás penso até que o CDS queria ter presencialmente a Autoridade Tributária),...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Conte a história toda!

O Orador: Sr. Deputado, eu não estou a esconder nada, está no relatório.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O CDS propôs uma audiência presencial para constar do relatório, porque o Sr. Vice-Presidente nunca respondeu!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: Sr. Deputado, descanse porque só falta um mês e meio para as eleições. Não há necessidade de ter nervosismo. Sobre essa matéria a lotaria do círculo de compensação irá ditar o futuro.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está preocupado com isso? Eu não estou nada preocupado, por uma razão contrária à sua e isso faz toda a diferença!

O Orador: Aquilo que ficou decidido foi pedir à Autoridade Tributária que desse dados.

E a Autoridade Tributária, na passada semana, na sexta-feira, respondeu a dizer que iria enviar os dados.

Até ao momento ainda não nos chegaram os dados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que coincidência!

O Orador: Gostaríamos de os ter mais cedo. A responsabilidade de não termos os dados e de não sabermos essa informação é da Autoridade Tributária, porque foi a quem a Assembleia pediu.

Portanto, esta é a situação sobre os dados que foram solicitados.

O que é que nos interessa aqui?

O que interessa é que o Partido Socialista e o seu Governo estão a cumprir aquilo que prometeu, ir até ao limite dos seus recursos, até ao limite das suas competências para melhorar a vida das empresas e a vida dos açorianos. Foi isso com que nós nos comprometemos e este é um dos pontos que permite manter esta agenda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente não respondeu à minha pergunta, mas eu respondo-lhe.

O Governo, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Francisco César diz, não está a fazer o que prometeu, porque o Sr. Vice-Presidente variadíssimas vezes

nesta Casa disse que ia tudo fazer para não deixar que a austeridade chegasse à Região.

Deputado Berto Messias (PS): E fizemos!

A Oradora: Tinha um mecanismo na sua mão, que era aplicar o diferencial fiscal à derrama estadual, como de resto o fez a Madeira, e não o fez durante seis anos.

Deputado Francisco César (PS): Por que é que a senhora não fez antes?

A Oradora: Deixou que as empresas açorianas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas por que é que a senhora não fez?

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, não vire a conversa ao contrário. O senhor prometeu, enquanto Governo da Região, que não ia deixar que a austeridade chegasse à Região.

Esta medida, a derrama estadual, foi uma medida de austeridade, criada para uma consolidação orçamental, como uma medida provisória. Neste momento devia estar a acabar.

O Sr. Vice-Presidente vem oferecer um presente de gregos aos açorianos. Agora que a derrama estadual devia acabar, o Sr. Vice-Presidente, afinal, vai fazer-lhe um desconto de 20%.

Eu pergunto por que é que durante os últimos seis anos não fez o desconto de 20% e deixou que as empresas açorianas estivessem a ser taxadas, por completo, com o mesmo valor da derrama estadual, quando tinha autonomia para o ter feito?

Isso é o que está aqui em questão e não vale a pena inverter a discussão para colocar o ónus da responsabilidade no CDS por estar a questioná-lo sobre isso.

A pergunta é: não acha que a derrama estadual devia ser eliminada por total, agora que acabou a tão malfadada austeridade?

Era uma medida de austeridade, transitória. Devia acabar e não só não acaba como o Sr. Vice-Presidente diz que afinal, agora para os Açores, vamos ter um desconto. Então por que é que não o fez? Por que é deixou as empresas açorianas durante seis anos? Mas eu explico-lhe:

É sempre a mesma questão. É que o tal Memorando que o senhor assinou não lhe permitia aplicar isso...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E agora permite?

A Oradora: ... na Região ou diga que não.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E agora permite?

A Oradora: Não sei! Pergunto-lhe!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E agora permite?

A Oradora: Não me pergunte a mim. Aqui, quem vai ter que dar as respostas, se quiser esclarecer os açorianos, é o senhor e não vale a pena voltar a inverter a conversa.

Isto era uma medida de austeridade que o senhor podia ter aliviado aos açorianos e não o fez.

Agora, que na voz dos socialistas, do Governo Socialista, já acabou a austeridade para os portugueses, o Sr. Vice-Presidente vem fazer uma medida de austeridade com um desconto de 20% aos açorianos.

Já agora, gostava de saber e volto a perguntar-lhe em plenário, quantas empresas é que na Região têm lucros tributáveis acima dos 35 milhões? E quantas é que têm lucros acima dos 7,5 milhões? Quantas é que têm acima de 1,5 milhões?

Deputado Francisco César (PS): Já dissemos isso!

A Oradora: E já agora, Sr. Deputado (tenha calma!)...

Deputado Francisco César (PS): Estou calmíssimo!

A Oradora: ... se de facto as coisas aconteceram como se passou na Comissão, em que o CDS depois de ter questionado várias vezes o Sr. Vice-Presidente, que

se recusou sistematicamente a responder, porque a única entidade que poderia dar as informações que o CDS precisava era a Autoridade Tributária, propôs que houvesse uma audição presencial da Autoridade Tributária. O PS votou contra e achou que a Autoridade Tributária devia ser ouvida por escrito.

Eu agradecia, para que tudo isto ficasse esclarecido, que o Sr. Presidente da Comissão fizesse chegar à Mesa a data do pedido da audição da Autoridade Tributária para a gente saber se afinal a Autoridade Tributária está em incumprimento ou não, porque quando se pede audições dá-se um prazo.

Eu gostaria que fizesse chegar, até porque eu gostava de ser esclarecida em relação a isso, porque até ao momento ainda não tivemos nenhum dado que nos pudesse esclarecer qual o alcance da receita fiscal que o Sr. Vice-Presidente vai conseguir meter nos cofres da Região taxando as empresas açorianas.

Eu duvido que depois de se ter dado cabo da economia açoriana e de já praticamente não haver empresas viáveis na Região, consiga ter um alcance da receita fiscal que vá ser significativo, mas já agora é só uma questão de termos os números na nossa mão.

Muito obrigada.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Deputada, não brinque com isto! Pelo amor de Deus!

Deputado Francisco César (*PS*): Não há uma empresa viável na nossa Região, na sua opinião!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou restringir-me àquilo que é o objeto deste diploma.

Percebo que algum nervosismo, aliado a um sentimento de despedida de alguns, e algum nervosismo pelo período em que se vive...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está a despedir-se de mim, Sr. Vice-Presidente? Eu não sou permanente, eu sou flutuante!

O Orador: ... em que as perspetivas de futuro levam a algumas intervenções que não vou ter na devida consideração nestes conteúdos que não têm a ver com o presente diploma.

Vamos às questões objetiva e concretas.

Começando pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, a quem agradeço a questão (não vou ainda fazer a abordagem que o Sr. Deputado Francisco César fez, farei mais tarde, porque também não quero ainda falar dessa matéria), gostaria de dizer ao Sr. Deputado que isto não é a questão, que tentou fazer, de quem desce a Rua da Sé, vê um desconto de 20% e não sabe qual é o valor desse desconto.

Sabe exatamente qual é o valor do desconto e está no diploma. Essas empresas pagavam, no lucro tributável, entre um milhão e meio e sete milhões e meio de euros, uma derrama de 3%. Passam a pagar 2,4%. É este o desconto, menos 0,6%.

Portanto, não diga que não sabe, porque está aqui.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é um atentado à inteligência!

O Orador: O lucro tributável entre os sete e meio e os trinta e cinco milhões, pagavam 5%, passam a pagar quatro. É este o desconto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ó Jorge, não adianta!

O Orador: A partir dos trinta e cinco milhões pagavam 7%, passam a pagar 5,6%. Mais claro e objetivo do que isto é impossível.

Segunda questão:

Eu acho extraordinária que um diploma, que acho que deve ser dos poucos diplomas... aliás, pelo menos nos anos que estou aqui, é o único diploma que conheço nesta Casa com estas características, que é, normalmente quando se

baixa os impostos, baixa-se a receita da Região; quando se aumenta os impostos, aumenta-se a receita da Região. Ou seja, há um custo e um benefício.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nós percebemos que o senhor precisa de receita fiscal!

O Orador: Aqui, pela primeira vez temos um diploma onde as empresas açorianas pagam menos e a Região recebe mais, haja alguém que discorde disto.

Deputada Luís Maurício (PSD): Não é essa questão!

O Orador: Haja alguém que discorde de um diploma onde as empresas pagam menos e a Região recebe mais.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não! Só queremos que o senhor explique aos açorianos por que é que não os aliviou mais cedo?

O Orador: O único nervosismo que eu vejo aqui é como é que os senhores, cada um dos senhores, podem estar aqui e não aprovar um diploma onde as empresas pagam menos e a Região recebe mais. Não vejo! Não vi ainda um único argumento que contrarie um diploma onde as empresas pagam menos e a Região recebe mais.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quer ou não responder às perguntas que lhe foram feitas?

O Orador: É tão simples quanto isso. Portanto, podemos andar aqui às voltas, tentar desviar o assunto, falar de coisas tão diferentes mas é esta aqui a única matéria que está no diploma.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Vice-Presidente, só temos estado a falar do diploma!

O Orador: As empresas pagam menos, a Região recebe mais. A discussão coloca-se é se devia ter sido mais cedo?

Sra. Deputada, a senhora vem perguntar-me por que eu não fiz mais cedo?

Mas a iniciativa legislativa é tanto sua como...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já lhe disse na pergunta por que é que o senhor enquanto governante não aliviou as empresas da Região antes?! E o senhor é que vai ter que responder, porque é quem está a governar, não sou eu!

O Orador: A senhora não percebeu ainda, ao fim destes anos todos, a diferença entre poder executivo e poder legislativo. Esta é uma matéria de poder legislativo. Não é competência do Governo, é competência desta Assembleia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sim, mas está a usar essa competência agora!

O Orador: É competência da Sra. Deputada! E a Sra. Deputada por nunca ter usado essa competência está a criticar os outros por usarem a competência que a senhora nunca quis usar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não estou a criticar. Só estou a perguntar por que é que só aplica agora e não aliviou os açorianos mais cedo?

O Orador: Sra. Deputada, tenha mais calma, tenha mais calma.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estou calmíssima! O senhor é que não quer responder!

O Orador: Tenha mais calma e mais serenidade, que é bastante importante neste debate.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estou muito serena e muito lúcida!

Deputado Francisco César (PS): A falta que faz um homem nessa bancada!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Esse tipo de comentários ficam consigo! Questões do género...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Ficam registados no diário das sessões!

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, eu estou brincando!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Segunda questão essencial sobre o mesmo:

Efetivamente o que nós estamos aqui neste diploma a discutir é uma redução, não é criar um imposto na Região.

A Sra. Deputada pergunta: então por que é que não se acaba com a derrama estadual?

Isso não é competência da Região, a Região não tem competência sobre esta matéria.

A Região apenas tem competência para definir um desconto em relação à taxa nacional...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro! Nós sabemos!

O Orador: ... no limite de 30%.

Legítimo seria dizer: então por que é que fazem o desconto de 20 e não de 30? Era uma discussão legítima. Agora, mais do que isso, não é competência legislativa da Região.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, porque o senhor sabe que é o diferencial fiscal que tem!

O Orador: Tão simples quanto isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradecer ao Sr. Vice-Presidente a explicação que deu com o auxílio, com o suporte da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência. Entretanto, aqui mais algumas questões que têm a ver com o seguinte:

Tanto quanto eu percebi desta proposta, estamos aqui a criar uma derrama regional...

Deputado Francisco César (PS): Não estamos não! Estamos a adaptá-la cá!

O Orador: Estamos a criá-la ou a adaptar...

Deputado Francisco César (PS): Ela já existe!

O Orador: ... uma derrama que já existe a nível estadual para a Região e que visa, esta derrama, tributar as empresas que têm lucros superiores a um milhão e quinhentos mil euros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade! Já são tributadas. Visa baixar a tributação!

O Orador: Já são tributadas, visa baixar a tributação.

Deputado Francisco César (PS): Está a correr mal, Sr. Deputado!

O Orador: Não está a correr mal, não. Não está não senhor.

A questão é esta: de que empresas é que estamos a falar?

Deputado José San-Bento (PS): Daquelas que têm trabalhadores!

O Orador: Estamos a falar de empresas que têm lucros tributáveis acima de um milhão e quinhentos mil euros e até superior a 35 milhões de euros. Portanto, não estamos a falar de micro, pequenas e médias empresas.

Não! Estamos a falar de grandes empresas.

A minha discordância relativamente a esta iniciativa do Governo Regional não é a criação, ou melhor a transferência da derrama do Estado para a Região. Aí estamos perfeitamente de acordo.

Aquilo com que nós não concordamos é com o desconto exatamente, Sr. Vice-Presidente. Não concordamos com o desconto.

A derrama deveria ser transferida mantendo-se exatamente os valores da derrama Estadual, até porque não há motivo nenhum para que exista esse desconto.

É bom que nós nos entendamos, aliás, a intervenção da Deputada Graça Silveira que falou nisto como uma medida de austeridade, não, isto não foi uma medida de austeridade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foi, foi! Isto veio no pacote de medidas de austeridade!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A austeridade foi criada por Sócrates!

O Orador: Isto foi uma medida para aumentar a receita do Estado, para fazer face a determinado tipo de dificuldades e a derrama foi criada para um determinado nível de empresas que têm lucros acima de um milhão e quinhentos mil euros.

A maioria das nossas empresas na Região Autónoma dos Açores não paga derrama, não vai pagar derrama e não vai usufruir do desconto que esta proposta do Governo Regional nos traz aqui.

Portanto, a nossa discordância relativamente a esta iniciativa do Governo é exatamente o valor do desconto e a Representação Parlamentar do PCP, até em virtude dessa discordância, vai dar entrada a uma proposta de alteração para que os valores da derrama regional, seja no pagamento por conta, seja relativamente ao valor da incidência da derrama, sejam exatamente iguais à derrama do Estado.

(Diálogo entre o Deputado José San-Bento e a Deputada Graça Silveira)

O Orador: Eu ainda não acabei, Sra. Presidente.

Presidente: Eu sei que não acabou, mas é preciso que todos façam silêncio para que seja possível o Sr. Deputado Aníbal Pires continuar.

(Pausa)

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado perdeu-se. Não há barulho aqui!

O Orador: A questão é efetivamente esta:

Nós temos vindo a propor algumas medidas até de apoio às empresas, por via indireta, mas é para todas as empresas e aqui estamos a falar apenas...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Eu não faço ideia de quantas empresas é que terão um valor tributável acima de um milhão e quinhentos mil euros, mas tenho algumas dúvidas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E trinta e cinco milhões?!

O Orador: E trinta e cinco milhões.

... que o número dessas empresas ultrapasse eventualmente as dez. É disso que estamos a falar. São grandes empresas, logo, essas grandes empresas devem efetivamente contribuir e não têm que ser objeto de desconto.

Aliás, há aqui uma questão que já agora associo a esta e tem a ver com o seguinte:...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Uma das propostas que o PCP tem vindo a fazer, em matéria fiscal, é a diminuição da taxa superior do IVA, aplicando-lhe os 30%, e, portanto, reduzindo na Região de 18 para 16% e que tem sido sistematicamente recusada pelo Partido Socialista.

Mas anuncio uma vez mais que o PCP vai fazer dar entrada de propostas de alteração no sentido de repor nesta derrama regional os valores que estão consagrados na derrama estadual.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, na realidade nunca o Bloco de Esquerda, neste Parlamento, inviabilizou qualquer proposta, iniciativa, fosse do Governo ou fosse dos outros partidos, que se afigurasse como um instrumento de política fiscal para promoção da economia e reforço dos meios dos agentes económicos na concretização de investimento e criação de emprego, em benefício do desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que o Sr. Vice-Presidente, sintetizando, resumiu como as empresas pagam menos e a Região recebe mais, nunca o Bloco de Esquerda inviabilizou uma proposta como essa e também não o faremos desta vez. Não iremos inviabilizar.

Mas, Sr. Vice-Presidente, permita-me que teça um comentário que é absolutamente inevitável e irresistível.

Lembra-se bem que em sede de Comissão, quando o Sr. Vice-Presidente foi ouvido, numa curta intervenção, eu perguntei por que é que a displicência com que o Sr. Vice-Presidente tinha adiado para a próxima legislatura a atualização da remuneração complementar, não se aplicava também a esta proposta?

O Sr. Vice-Presidente, pouco antes tinha sido ouvido exatamente por causa da atualização da remuneração complementar, ou seja, para aliviar a vida dos trabalhadores, e o Sr. Vice-Presidente disse que o melhor era não fazer isso agora, era esperar pela próxima legislatura, o povo é que havia de escolher.

A conclusão inevitável é esta Sr. Vice-Presidente, há sempre pressa para aliviar a vida das grandes empresas, mas nunca há pressa para aliviar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras na Região.

Isto é uma marca da governação do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores.

A coerência do Bloco de Esquerda, Sr. Vice-Presidente, é a seguinte: é que o Bloco de Esquerda vota favoravelmente todas as iniciativas que permitam criar e facilitar investimento, dinamizar a nossa economia, criar postos de trabalho do

lado dos empregadores, mas também vota favoravelmente, e apresenta propostas nesse sentido, para criar condições dignas aos trabalhadores da nossa Região. E a sua pressa para uma coisa colide com a sua calma e o seu adiar para a próxima legislatura da outra.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários:

Sr. Vice-Presidente, eu vou utilizar as palavras da sua última intervenção:

“Não sei como é que há eventualmente partidos que não concordem quando se consegue duas coisas: as empresas pagam menos, a Região recebe mais”, estou a citá-lo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos a discutir isso de há três quartos de hora a esta parte, e todos nós nesta Casa estamos à espera das suas respostas que lhe permitem fazer essa afirmação. É que quando diz que as empresas pagam menos, os açorianos e nós aqui nesta Casa queremos saber quantas empresas pagam menos. A Região recebe mais, todos nós, aqui, queremos saber quanto é que a Região recebe mais, porque no limite podemos estar a aprovar um diploma perfeitamente inócuo (no limite!). Acreditamos que não.

Acreditamos que há empresas que tenham um lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros. Portanto, a partir daí, nem que fosse uma empresa, o diploma deixaria de ser inócuo. Mas no limite o diploma poderia ser perfeitamente inócuo.

Podíamos estar aqui a aprovar e a discutir há três quartos hora, e termos tido uma ou duas horas de trabalho em Comissão, a discutir um diploma que V. Exa. diz, e nós concordamos, que as empresas pagam menos e a Região recebe mais,

portanto à partida eu compro, o PSD compra, mas o Sr. Vice-Presidente continua a dizer:

- Não digo qual é o preço do fato; é um desconto de 20%.
- Mas qual é o preço do fato?
- Mas eu não quero dizer qual é o preço do fato, é um desconto de 20%.

Sr. Vice-Presidente, nós estamos aqui a ter novamente um debate, não é diálogo, porque não são permitidos diálogos aqui no plenário, mas é um debate de surdos, porque nós fazemos perguntas e o Sr. Vice-Presidente insiste em não responder, insiste em escudar-se de que a Autoridade Tributária é que sabe.

Sr. Vice-Presidente, então por que é que se deu ao trabalho de fazer um diploma que não sabe se tem aplicação prática?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sabe, não quer é dizer! Sabe! Até eu sei! O senhor sabe que eu sei!

O Orador: Nós todos percebemos, ou pelo menos desconfiamos que V. Exa. sabe, porque não se ia dar ao trabalho de fazer um diploma que fosse perfeitamente inócuo.

Quando nós perguntamos:

- Quantas empresas são?
- O desconto é de 20%.
- Quanto é que a Região vai receber a mais?
- O desconto é de 20%.

Sr. Vice-Presidente, assim não dá.

Nesta Assembleia devemos votar diplomas conhecedores de toda a realidade e de todo o alcance dos diplomas.

Nós votarmos diplomas que não sabemos qual é o alcance nem o Membro do Governo responsável por ele nos consegue esclarecer e consegue esclarecer os açorianos, julgo que não é um bom serviço à democracia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não é um bom serviço para que os açorianos percebam que as discussões que nós temos aqui no Parlamento são discussões sérias, sobre temas concretos, com valores objetivos, que nós possamos votá-las perfeitamente em consciência.

Obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós ainda havemos de ter um dia neste Parlamento um momento em que as oposições, concordando com um diploma do Governo, tenha coragem de vir aqui dizer “boa iniciativa; o Governo esteve bem; estamos a atrair investimentos; nós estamos convosco nesta medida”.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ninguém disse aqui que ia chumbar! Só queremos saber por que é que o Governo só aplica agora!

O Orador: Mas sucessivamente o que acontece nesta Assembleia, e isto não é um bom serviço à Autonomia, nem aos açorianos, é as pessoas estarem em casa a ver nós a discutirmos neste Parlamento uma medida que baixa impostos, sobe a receita da Região, que é raríssimo nós conseguirmos encontrar uma conjugação de dois bons fatores (não é?)...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já devia ter sido desde 2010!

O Orador: ... e aquilo que nós temos é um Deputado a tentar desacreditar esta medida e uma Deputada a dizer por que é que não fez antes, quando ela própria podia ter feito essa proposta neste Parlamento.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro! Se a proposta é tão boa, tão boa, tão boa, por que é que não aplicou nada!

O Orador: É isso que nós temos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E isto não é a melhor forma de valorizar um Parlamento.

Eu percebo a argumentação do Deputado do PCP. O Deputado do PCP acha que não se deve baixar impostos, acha que a receita deve ser da Região, mas que não se deve baixar impostos.

Este Governo e esta bancada acha que se deve baixar impostos às empresas (neste caso, já referidas em montante de derrama estadual, porque noutros impostos já o fez), portanto, devemos acrescentar essa descida e subir a receita da Região. É aquilo que chamam *win-win*, ganham todos.

Os senhores o que vêm fazer sucessivamente a esta câmara é tentar desvalorizar, é tentar arranjar defeitos, é tentar arranjar qualquer coisa que perante a discussão e perante a comunicação social pareça que a boa medida que estamos aqui a propor não é uma boa medida.

Deputados José San-Bento e André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Deputado, ninguém disse que não era uma boa medida!

O Orador: Isto não é um bom trabalho à democracia, isto não é um bom trabalho para quem quer esclarecer o povo açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

Deputado Bruno Belo (PSD): Esclarecer o povo é responder às perguntas da oposição!

O Orador: Da nossa parte sabemos ao que viemos, nós sabemos que nas dúvidas que podiam existir foram solicitados esclarecimentos. Nós estamos de consciência tranquila, porque esta é uma medida positiva e aquilo que esta bancada vos pede é que tenham a coragem de dizer: “esta é uma boa medida do Governo dos Açores”.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Depois da intervenção do Francisco César...

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era exatamente quase isso, porque depois da intervenção do Sr. Deputado Francisco César não tenho muito mais a acrescentar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Tenho que dizer uma coisa, com toda a objetividade, nesta Assembleia:

Concordar também não desmerece ninguém.

Uma questão que qualquer pessoa percebe é que quem sempre discorda não tem razão; quem sempre apoia não tem razão; quem sempre aplaude não tem razão; quem sempre critica não tem razão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não faça isso! Não se faça de santo aqui, porque é uma pessoa inteligente!

O Orador: Essa é uma matéria básica que os açorianos percebem muito bem e que infelizmente há muitos que ainda não perceberam. Essa perceção em relação a esta abordagem é diretamente proporcional ao apoio que têm e que sentem dos açorianos.

O que tenho pena é que continuem a ir por esse caminho, porque continuar a ir por esse caminho, continuarão a ter da parte dos açorianos o apoio ou a falta de apoio que se tem vindo a revelar sobre esta matéria.

Efetivamente uma proposta destas em que as empresas que têm lucros acima de um milhão e meio de euros...

Deputado Luís Maurício (PSD): Quantas empresas? Diga lá, quantas empresas?

O Orador: ... pagam menos e em que a Região passa a receber mais receita não gera a unanimidade.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas que receita a mais?

O Orador: E o argumento que colocam é um argumento tão simples quanto isto:...

Deputado Luís Maurício (PSD): Queremos saber quanto é que é?

O Orador: ... é quantas empresas são?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Fui bem tua amiga, Francisco!

O Orador: Perguntam ao Governo quantas empresas são e que receita é que geram?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Queremos saber quais são as empresas?

O Orador: Estão a tentar passar uma rasteira no Governo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Responda!

O Orador: Tão simples quanto isso. Como sabem, a Região Autónoma dos Açores, nos termos da lei, não tem acesso às declarações contributivas das empresas.

Se o Governo desse essa informação estaria a cometer uma ilegalidade, porque estaria a ter acesso a informação que é da exclusiva competência, nos termos da lei, da Autoridade Tributária.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor está a fazer isso sem saber quais são os impactos!

O Orador: Neste contexto obviamente das duas uma: ou os Srs. Deputados conhecem a lei e não deviam fazer essa pergunta...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor sabe quanto recebeu o ano anterior, faça o cálculo!

O Orador: ... ou se não conhecem a lei lamento que assim o seja.

Mas digo-lhe que o dado que nós podemos recorrer se formos, por exemplo, ao anuário publicado das 100 maiores empresas de 2014, com a devida ressalva

que pode não estar correto, pode não estar lá as empresas todas, seriam seis empresas, mas esse dado não é um dado de referência,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São os dados que o senhor utiliza para fazer os orçamentos regionais!

O Orador: ... porque esse anuário pode não ter o universo de todas as empresas, porque quem tem esse universo é exclusivamente a Autoridade Tributária.

Portanto, Srs. Deputados, e Sr. Deputado Jorge Macedo, tenho que lhe dizer que tive ao longo destes anos uma imensa consideração pelas suas intervenções.

Deputado Luís Maurício (PSD): E aprendeu com ele!

O Orador: E aprendi muito também consigo.

Registei sempre nas suas intervenções um sentido de discordância legítima, mas também um sentido de correção na abordagem, na forma como colocava as questões e sempre senti em si uma pessoa que aqui defendia as suas convicções acima da mera estratégia partidária.

Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que nesta matéria, a forma como a abordou, não foi o melhor exemplo do mesmo,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Há sempre a exceção para confirmar a regra!

O Orador: ... mas fica em mim, na memória, no registo e nesta referência, essa imagem que o Sr. Deputado Jorge Macedo que, sabendo defender as diferenças de opinião, sempre soube distinguir aquilo que é o debate das ideias de outras abordagens que não têm a ver com as ideias e com os princípios que defende.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Acho que o Sr. Deputado Jorge Macedo foi nesta Assembleia um exemplo para todos os deputados, uma referência que registo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nunca aqui, hoje, a bancada do CDS disse que esta era uma má medida.

O Sr. Deputado Francisco César fica muito admirado e critica o facto do CDS perguntar por que é que esta medida não foi implementada mais cedo.

Então se é uma medida fantástica em que as empresas açorianas vão ser menos penalizadas, o Governo Regional vai arrecadar mais receita fiscal, eu acho que é legítimo colocar uma questão muito clara ao Sr. Vice-Presidente, que é, se nós passámos nos últimos seis anos um período muito difícil, em Portugal e na Região também, para todas as empresas, por que é que o Governo Regional não fez este desconto de 20% às empresas açorianas que estavam a passar por um período difícil? Eu penso que isto é a mais legítima questão que se pode colocar aqui.

Deputado Francisco César (PS): E a senhora pode responder por que é que não apresentou até agora?

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, é frequente, quando lhe são colocadas as questões, o Sr. Vice-Presidente fazer lembrar, para não usar outra expressão mais forte, a vossa maioria absoluta.

Deputado Humberto Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas eu devo dizer-lhe que a democracia não se pode resumir às maiorias absolutas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ninguém está a falar de maiorias aqui! Está fora do debate!

A Oradora: O poder da democracia não se pode restringir ao poder da maioria absoluta.

Todos os Deputados desta Casa têm legitimidade, porque foram todos sentados aqui com os votos dos açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... uns com mais, outros com menos e eu, no desempenho das minhas funções, tenho a obrigação de lhe colocar a questão que provavelmente é a questão que todos os açorianos neste momento se perguntam:

Então se é uma medida fantástica onde todos vão beneficiar, por que é que nos últimos seis anos, quando as empresas açorianas estiveram a passar por um momento difícil, o Governo Regional, que sempre prometeu que não ia deixar que a austeridade chegasse à Região, não a implementou mais cedo?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas quais empresas! São três ou quatro empresas que estão em questão!

A Oradora: Esta questão é legítima e o Sr. Vice-Presidente faz questão de não a responder.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem agora a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço as palavras do Deputado Francisco César e do Sr. Vice-Presidente. Permitam-me que depois, na minha última intervenção, que julgo será a propósito do diploma do PCP sobre o barco de passageiros que fará a ligação entre São Miguel e Santa Maria, nessa altura, e com a autorização da Sra. Presidente, farei aquilo que se chama a despedida.

Relativamente a este diploma (agradecendo as palavras e as referências que foram feitas agora) eu gostaria de dizer o seguinte:

O PSD, tal como eu disse no princípio, tal como qualquer ser humano, tal como qualquer açoriano, português ou de qualquer outra nacionalidade, gosta de um desconto.

Portanto, quando lhe dizem pode comprar isto com um desconto, obviamente que é melhor do que comprar sem desconto, com a exceção do Sr. Deputado Aníbal Pires que referiu que não deveria haver qualquer redução na derrama.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só mais tarde e aumento de impostos!

O Orador: Disse mesmo na minha última intervenção que o PSD “compra”. É um desconto de 20%, o PSD “compra”.

Se abrange uma empresa apenas é uma boa medida. Não tenho nenhum problema.

Se reduz o que as empresas pagam e se aumenta a receita da Região é uma boa medida. Se abrange dez empresas, também é bom, muito bom. Se abrange cinquenta empresas ou cem empresas, significa que a nossa economia está pujante, é excelente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é isso que está em causa!

O Orador: O PSD nunca questionou a valia desta medida. O que o PSD questionou sempre e continua a questionar é qual é o impacto desta medida, porque *"a contrario"*, no limite, podemos estar a aprovar uma proposta que seja perfeitamente inócua. No limite, sem termos conhecimento de quantas empresas são, poderão ser zero. No limite, sem termos conhecimento de quantas empresas são, a receita da Região pode ser zero (no limite). Acreditamos que não.

Sr. Vice-Presidente, levantou a ponta do véu e disse que nas cem maiores empresas havia seis empresas que estavam abrangidas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Podem ser mais!

O Orador: Podem ser mais. Podem ser seis, dez... É uma ordem de grandeza. Não é o valor que nós perguntamos. Nós perguntamos o valor objetivo e concreto, quer no número de empresas, quer no valor absoluto, em milhões de euros que constituía a receita da Região e também (era fácil fazer contas) o desconto que as empresas teriam.

Deputado André Bradford (PS): Isso faz variar o vosso sentido de voto?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nada! Esclarece!

O Orador: Nada, nada, mas nunca, desde o princípio nós desmerecemos esta proposta e não temos nenhum problema em dizer que o PSD vai votar a favor de um desconto de 20%. Agora queríamos era votar com o conhecimento total do impacto da proposta que o Governo apresenta nesta Assembleia.

Deputado André Bradford (PS): Então não vai votar a favor!

O Orador: Até agora, o Sr. Vice-Presidente levantou a ponta do véu e falou numa ordem de grandeza de seis. Nós queremos é saber em concreto quantas é que elas são.

Evidentemente vamos votar a favor? Claro que sim! Vamos votar a favor. Isso beneficia nem que seja uma empresa, nem que permita que um euro que ia para os cofres do Estado possa vir para os cofres da Região. Obviamente que sim, mas o debate que o PSD quis fazer, os esclarecimentos que o PSD queria eram outros, era saber em concreto qual era o número de empresas e quais eram as receitas.

Essa informação, infelizmente, não chegou à nossa posse em tempo útil, nem nos foi possível ser transmitida pelo Sr. Vice-Presidente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção final.

Em relação à Sra. Deputada do CDS-PP, não tenho mais a acrescentar. Nós todos tentámos e, aliás, penso que todos percebemos, que a Sra. Deputada confunde iniciativa legislativa com competência legislativa.

A competência legislativa era desta Assembleia, logo qualquer partido podia apresentar uma proposta que criasse a derrama regional em qualquer momento.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ninguém tem confusões. O senhor tem é que esclarecer os açorianos!

O Orador: Foi o momento que nós consideramos oportuno e é perante ele que respondemos aos açorianos e que aqui nos apresentamos aos açorianos, sendo que o Governo é a única entidade que apresentou uma proposta nesse sentido, como o PP podia ter apresentado há seis anos, desde que essa matéria foi criada, mas esse assunto está encerrado.

Segunda matéria:

Em relação ao Sr. Deputado Jorge Macedo também só para clarificar uma matéria, é que nós não estamos a falar sobre... Eu expliquei que nós não temos acesso legal à base de dados contribuintes em sede de IRC.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Legal!

O Orador: Legal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas tem informal!

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas tem uma estimativa!

O Orador: Não temos essa informação. Não é legal. É uma competência exclusiva da Autoridade Tributária. É tão simples quanto isso.

Mas essa segunda matéria é a mais importante. É que nunca seria possível aqui, apurar o número de empresas, mesmo que tivesse acesso, e o valor da receita, porque estamos a falar sobre um diploma que irá incidir sobre o lucro tributável das empresas em 2016 (certo?) e o ano de 2016 ainda não acabou.

Deputado António Marinho (PSD): Mas pode dar uma ordem de grandeza!

O Orador: Nós não sabemos quantas empresas terão lucro tributável em 2016, que empresas terão lucro tributável acima de um milhão e meio de euros, não sei eu, não sabe a Autoridade Tributária, não sabe absolutamente ninguém,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pode ser 2015!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas 2015 já serve!

O Orador: ... o exercício económico.

Portanto, ninguém pode argumentar. Tem que saber exatamente qual é o impacto em termos de valor e do número de empresas que abrange, porque isso varia de ano para ano, em função dos resultados das empresas, ou seja, no momento em que se aprova um diploma, por mais informação e acesso, informação que é exclusiva da Autoridade Tributária, essa questão nunca será colocada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pode haver uma ordem de grandeza!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Basta referir 2015!

O Orador: A ordem de grandeza que referi, com base no indicador que aqui referi é esta, mas é esta com base num levantamento privado feito por uma entidade que tem essa ordem de grandeza.

Em 2015, tem mais três empresas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que o Sr. Vice-presidente prevê receita para elaborar o Orçamento da Região?

O Orador: Diga?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que o Sr. Vice-presidente prevê receita para elaborar o Orçamento da Região?

O Orador: Olhe, prevejo a receita da seguinte forma:...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Numa bola de cristal!

O Orador: No Orçamento da Região de 2015 foi prevista uma receita, de receita fiscal, de 628 milhões de euros.

Deputado Bruno Belo (PSD): Com base em quê?

O Orador: Sabe qual foi a execução, com essa nossa total incapacidade de prever receitas?

A execução foi exatamente 628 milhões de euros, uma execução de 100%. É esta a minha incapacidade de prever receitas fiscais. Está aí a sua resposta.

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual é a sua estimativa para 2016, baseado em 2015? Não quer dizer! Não é totoloto!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida...

(Diálogo entre o Deputado Luís Maurício e o Vice-Presidente do Governo Regional)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão está no uso da palavra.

O Orador: ... para fazer três referências e as três referências são as seguintes: Em primeiro lugar, a questão que aqui foi levantada por parte do CDS-PP. Nós estamos a 38 dias das eleições (38 dias das eleições).

É evidente que quando alguém pergunta sobre a data em que está a ser aprovada esta medida que altera até o próprio contexto em que o próximo Governo irá realizar a sua governação, é uma pergunta legítima. Porquê só agora, a 38 dias das eleições? Portanto, há aqui uma questão pertinente.

É evidente que o Partido Socialista que acha que é uma medida fantástica tinha capacidade para legislar neste sentido e obviamente se o Governo já tinha estes dados, já tinha esta perspetiva, por que é que só o faz a 38 dias das eleições?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi a 21 de maio!

O Orador: A conjuntura e a forma como ele está a ser apresentado, que é praticamente à boca das urnas, é algo que evidentemente não pode deixar de criar suspeitas, evidentes suspeitas em relação ao propósito da medida. Este é o primeiro ponto.

A segunda questão que aqui foi já levantada é também em relação à estimativa, porque evidentemente o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional só não conseguiu quantificar. Apenas nos disse que era muito boa e que aumentaria a receita.

Portanto, não apresenta a esta Assembleia uma estimativa, porque eu estou absolutamente convencido que a tem. Nenhum Governo no mundo prepara uma proposta deste tipo sem ter uma estimativa rigorosa em relação aos efeitos, à projeção que está à espera de alcançar ou aos resultados que está à espera de alcançar.

Evidentemente que o Sr. Vice-Presidente, do Governo Regional tem esses dados, tem essa estimativa.

O facto de não a revelar aos Deputados desta Assembleia é algo que não é normal numa instituição parlamentar, porque evidentemente essa é uma informação importante e relevante, até para que todos tenham uma informação importante sobre essa matéria e estejam esclarecidos sobre aquilo que estão a votar e o impacto daquilo que estão a votar.

Esta questão é bastante relevante e o Sr. Vice-Presidente ao fim de quase duas horas de debate ainda não revelou a estimativa, ainda não nos deu dados concretos.

Portanto, estas questões são relevantes. Eu insisto. Não sou o primeiro que o faz, mas as diversas bancadas que o têm feito têm razão em relação a esta questão que têm vindo a levantar de forma sistemática.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme ficou acordado com os líderes parlamentares, eu vou interromper agora os trabalhos.

O PCP entregou uma proposta de alteração à Mesa que está neste momento nos serviços para se preparar a distribuição, será distribuída amanhã de manhã e continuamos às 10H00 com este ponto da Agenda.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 36 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Miguel António Moniz Costa

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Maria de Medeiros de Andrade

Paulo Henrique Parece Batista

Transcrição efetuada pelos serviços de redação.

